

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola
Familiar

Tese



ESTUDO SOBRE A DINÂMICA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS
DO MUNICÍPIO DE JATAÍ, GO

Euter Paniago Júnior

Pelotas, 2015.

EUTER PANIAGO JUNIOR

**ESTUDO SOBRE A DINÂMICA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE JATAÍ, GO.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Coorientadora: Dra. Fernanda Novo da Silva

Pelotas, 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

PAN/est	<p>Paniago Júnior, Euter</p> <p>Estudo sobre a dinâmica da assistência técnica e extensão rural em assentamentos rurais do município de Jataí/Go [manuscrito] / Euter Paniago Júnior. - 2015. 208 f. il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos. Coorientadora: Dra. Fernanda Novo da Silva Dissertação (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.</p> <p>Bibliografia. Apêndices.</p> <p>1. Assistência Técnica e Extensão Rural. 2. Assentamentos da Reforma Agrária. 3. Desenvolvimento Territorial. 4. Metodologias Participativas. I. Anjos, Flávio Sacco dos. II. Universidade Federal de Pelotas. III. Título.</p> <p>CDD 333.3181</p>
---------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Téc.: Aquisição e Tratamento da Informação.
Bibliotecária – Wilma Joaquim Silva – CRB-1/1850 – Campus Jataí. Cod. FP001/15.

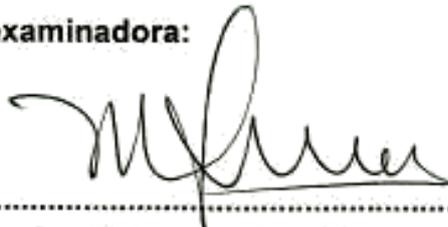
EUTER PANIAGO JUNIOR

**ESTUDO SOBRE A DINÂMICA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE JATAÍ, GO**

**Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em
Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola
Familiar, Universidade Federal de Pelotas.**

Data da Defesa: 09 de julho de 2015,

Banca examinadora:



.....
Dr. Mário Conill Gomes (Presidente)
**Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa
Catarina**



.....
Prof. Dr. Cláudio Becker
Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas



.....
Prof. Dr. Hélio Debi Casalinho
Doutor em Ciências pela Universidade Federal de Pelotas



.....
Dra. Jaqueline Sgarbi dos Santos
Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas

*À minha esposa e companheira
Zenilda e aos meus filhos Marcela e
Mateus.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, o qual esteve e está presente em toda minha jornada, especialmente nos momentos mais difíceis, sendo o meu alicerce.

À minha esposa e companheira, Zenilda, e a meus filhos, Marcela e Mateus, o meu eterno reconhecimento, muito obrigado.

Aos assentados e aos técnicos que contribuíram com esta tese, através das entrevistas, tornando-se a base deste trabalho.

Ao orientador desta tese, Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos, pelo apoio durante toda a construção deste trabalho.

À coorientadora, Dra. Fernanda Novo da Silva, pela atenção e amizade, sempre passando competência e segurança nas etapas finais deste trabalho.

Aos professores, Prof. Dr. Mário Conill Gomes, Prof. Dr. Cláudio Becker, Prof. Dr. Hélio Debli Casalinho e Dra. Jaqueline Sgarbi dos Santos que contribuíram com este trabalho, participando da banca examinadora. Suas sugestões e críticas enriqueceram o conteúdo desta tese, além de proporcionar uma grande troca de conhecimento e experiência, por ocasião da defesa.

À Universidade Federal de Goiás, que concedeu minha liberação para este curso compreendendo a sua importância para as minhas atividades acadêmicas.

À Universidade Federal de Pelotas pela oportunidade de realizar o doutorado com todo apoio que precisei.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de uma bolsa, durante um ano.

Aos professores do PPGSPAF, com os quais tive a oportunidade de aprender, não apenas o conhecimento científico, mas, sobretudo, aquele advindo do exemplo de compromisso com nossa formação, permitindo que construíssemos uma visão mais humana e fraterna das nossas atividades profissionais.

Ao grupo de pesquisa NUPEAR (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar), pela acolhida e por dividir comigo suas experiências e conhecimentos.

Aos amigos e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPGSPAF), que a cada passo de minha caminhada contribuíram com o companheirismo que nos permitiu chegar ao final desta jornada.

Ao meu amigo Nicolau, companheiro desde a chegada a Pelotas, com o qual sempre buscamos partilhar e superar as dificuldades naturais dessas longas jornadas, como a que empreendemos.

E, finalmente, aos meus pais, Euter e Maria do Carmo, que ininterruptamente demonstraram, por meio do exemplo de vida, a importância do conhecimento e da solidariedade em nossa formação humana.

RESUMO

PANIAGO JUNIOR, Euter. **Estudo sobre a dinâmica da assistência técnica e extensão rural em assentamentos rurais do município de Jataí, GO.** 2015. 206 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Após a implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), foi uniformizada a atuação das prestadoras de serviços de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) no intuito de contribuir e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Essa nova legislação gerou grande expectativa no sentido de realmente contribuir para consolidar os serviços de ATER no Brasil. Este estudo teve por objetivo: 1) Verificar a participação da ATER no processo de desenvolvimento das áreas de assentamentos rurais do município de Jataí, analisando em que medida esse serviço colabora para a consolidação desses assentados dentro da nova abordagem preconizada na PNATER; 2) Analisar em que medida os procedimentos metodológicos estabelecidos na PNATER têm sido efetivamente assimilados pelos técnicos de campo, observando se está contribuindo para melhorar as condições de vida dos assentados do município de Jataí; 3) Identificar e descrever a percepção dos assentados da reforma agrária e dos técnicos de campo sobre os serviços de ATER no município de Jataí, correlacionando-a com as propostas para a reestruturação da ATER, oriundas da PNATER. O trabalho de campo ocorreu entre os meses de setembro e dezembro 2013, havendo sido realizadas 10 entrevistas com lideranças dos assentados, 30 com assentados e 6 com técnicos que atuam nestes assentamentos. Com base nos resultados obtidos, foi possível inferir que a atuação da ATER continua utilizando métodos e práticas que remetem ao período em que predominou a abordagem difusionista. Foi constatado também que os serviços de ATER não privilegiam o enfoque preconizado na PNATER, e que os procedimentos metodológicos participativos não são utilizados pelos técnicos em seu cotidiano. Finalmente, observou-se que os assentados apresentam uma percepção dos serviços de ATER diferente da percepção dos técnicos. Os assentados defendem uma atuação mais dialogada e mais comprometida com os interesses dos assentados. Quanto à percepção dos técnicos de campo, observou-se que os conceitos e conteúdos da abordagem difusionista ainda são muito fortes nos circuitos técnicos que atuam no município, ajudando a perpetuar o modelo extensionista, baseado na Teoria da Difusão de Inovações.

Palavras-chave: Assistência Técnica e Extensão Rural; Assentamentos da Reforma Agrária; Desenvolvimento Territorial; Metodologias Participativas.

ABSTRACT

PANIAGO JUNIOR, Euter. **Study on the dynamics of technical assistance and rural extension in rural settlements in the municipality of Jataí, GO.** 2015. 206 sh. Thesis (Ph.D.) - Graduate Program in Family Agricultural Production Systems. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brazil.

After the implementation of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension (PNATER), the performance of providers of ATER (Technical Assistance and Rural Extension) services was standardized in order to contribute and consolidate sustainable rural development strategies. This new legislation has generated great expectations in order to really contribute to consolidate ATER services in Brazil. This study had as objectives: 1) Verify the participation of ATER in the development process of the areas of rural settlements in the municipality of Jataí, analyzing to what extent this service collaborates for the consolidation of these settlers inside the new approach preconized in PNATER; 2) To analyze the extent to which the methodological procedures laid down in PNATER have been effectively assimilated by field technicians, noting it is contributing to improving the living conditions of the settlers of the city of Jataí; 3) Identify and describe the perception of agrarian reform settlers and field technicians on ATER services in the municipality of Jataí, correlating it with the proposals for the restructuring of ATER, arising from PNATER. Fieldwork took place between September and December 2013, having been conducted 10 interviews with leaders of the settlers, 30 with settlers and 6 with technicians who work in these settlements. Based on the results obtained, it was possible to infer that the action of ATER is still using methods and practices that refer to the period in which predominated the diffusionist approach. It was also found that ATER services do not favor the approach advocated in PNATER, and that participatory methodological procedures are not used by the technicians in their daily work. Finally, it was observed that the settlers have a perception of ATER services different from the perception of technicians. The settlers defend an acting that is more dialogued and more committed to the interests of the settlers. As for the perception of field technicians, it was observed that the concepts and contents of diffusionist approach are still very strong in technical circuits that act in the municipality, helping to perpetuate the extension model based on the Theory of Diffusion of Innovations.

Keywords: Technical Assistance and Rural Extension; Agrarian Reform Settlements; Territorial Development; Participatory methodologies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metodologias tradicionais versus participativas	67
Quadro 2 - Caracterização resumida dos três períodos do processo evolutivo da extensão rural no Brasil.....	83
Quadro 3 - Caracterização resumida dos assentamentos estudados no município de Jataí	112
Quadro 4 - Questões colocadas à apreciação das lideranças dos assentados e suas respectivas manifestações.....	137
Quadro 5 - A etapa do planejamento dos técnicos que atuam na ATER no município de Jataí	171
Quadro 6 - Aspectos sobre as metodologias utilizadas pelos técnicos de campo que atuam nos assentamentos da reforma agrária, no município de Jataí	175
Quadro 7 - Atividades executadas pelos técnicos de campo que atuam nos assentamentos da reforma agrária, no município de Jataí.....	177

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Mapa do Brasil e mapa do estado de Goiás, destacando a localização do município de Jataí..... 104
- Figura 2** - A finalidade dos serviços de ATER de acordo com os agrupamentos identificados 117
- Figura 3** - Avaliação do serviço de ATER realizado pelos assentados da reforma agrária segundo semelhanças e proximidade das respostas 121
- Figura 4** - Atividades consideradas importantes e que foram executadas pelos técnicos da ATER por assentamento pesquisado..... 127
- Figura 5** - O que pode ser melhorado nos serviços prestados pela ATER, segundo os assentados e distribuídos pelos diferentes assentamentos pesquisados 133
- Figura 6** - Frequência de visitas dos técnicos aos assentamentos estudados 136
- Figura 7** - Como você definiria um perfil adequado para um técnico que deseja atuar na ATER, por assentamento pesquisado..... 140
- Figura 8** - Quais as perspectivas quanto ao futuro deste assentamento na percepção dos assentados e lideranças 144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projetos de assentamentos de reforma agrária no município de Jataí, nº de famílias e ano de implantação.....	30
Tabela 2 - Entrevistas realizadas por assentamento – município de Jataí.....	32
Tabela 3 - Número de famílias assentadas que receberam assistência técnica – Brasil 2003-2010 (em 1.000 famílias).....	94
Tabela 4 - Lavouras temporárias – Quantidade produzida (em toneladas), área plantada (hectares), rendimento médio (kg por hectare).....	105
Tabela 5 - Lavouras permanentes – Quantidade produzida (toneladas), área plantada (hectares), rendimento médio (kg por hectare).....	106
Tabela 6 - Pecuária 2004 e 2013 – Rebanho bovino, unidades e quantidades no município de Jataí	107
Tabela 7 - A finalidade dos serviços de ATER de acordo com as lideranças dos assentamentos no município de Jataí	115
Tabela 8 - Avaliação do serviço de ATER para o desenvolvimento deste assentamento realizado pelas lideranças dos assentados da reforma agrária no município de Jataí	118
Tabela 9 - Atividades consideradas importantes e que foram executadas pelos técnicos da ATER/Lideranças	126
Tabela 10 - O que pode ser melhorado nos serviços prestados pela da ATER, segundo as lideranças e os assentados	130
Tabela 11 - Com que frequência participa de encontros / reuniões / outras atividades junto a ATER Lideranças e os assentados	135

Tabela 12 - Como você definiria um perfil adequado para um técnico que deseja atuar na ATER, por assentamento pesquisado 139

Tabela 13 - Frente aos fatores conjunturais e estruturais que afetam as atividades agropecuárias desenvolvidas no município, quais as perspectivas quanto ao futuro deste assentamento junto a ATER/Lideranças e os assentados . 142

LISTA DE SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ACAR-GO	Associação de Crédito e Assistência Rural de Goiás
ACAR-MG	Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
AGENCIA RURAL	Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental a Reforma Agrária.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPARPA	Cooperativa Agropecuária Paraíso
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEM	Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
FAO	Food and Agriculture Organization
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO	Fundo constitucional; do Centro Oeste.
FETAEG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Regularização Fundiária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONGs	Organizações Não Governamentais
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PEA	Projeto de Exploração Anual
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGSPAF	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
UF	Unidade da Federação
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 O problema de pesquisa	20
1.2 Hipótese	26
1.3 Objetivos	26
1.4 Metodologia	27
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	36
2.1 Considerações preliminares	36
2.2 Da modernização da agricultura ao desenvolvimento rural sustentável com uma abordagem territorial	38
2.3 Da predominância da utilização das metodologias tradicionais às metodologias participativas na extensão rural	54
3 O SERVIÇO DE ATER	69
3.1 A importância da ATER.....	69
3.2 A ATER no mundo	77
3.3 A ATER no Brasil	80
3.4 A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e reforma agrária – PNATER	87
3.5 A ATER em assentamentos rurais	92
4 O UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA	103

4.1 Aspectos econômicos do município de Jataí	103
4.2 Os assentamentos da reforma agrária no município de Jata	108
4.2.1 Projeto de Assentamento Rio Paraíso	108
4.2.2 Projeto de Assentamento Santa Rita	109
4.2.3 Projeto de Assentamento Rio Claro.....	110
4.2.4 Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Guadalupe.....	110
4.2.5 Projeto de Assentamento Rômulo Sousa Pereira (Gurita).....	111
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	113
5.1 Análise das informações oriundas das lideranças e dos assentados da reforma agrária sobre o serviço de ATER	113
5.2 Análise dos técnicos extensionistas sobre o serviço de ATER	145
5.3 O planejamento execução e avaliação do trabalho de ATER	168
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS	186
APÊNDICES	197

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere no contexto da linha de pesquisa “Desenvolvimento Rural Sustentável”, do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPGSPAF), especificamente no que diz respeito aos estudos e projetos relacionados ao tema da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária. Apresenta como foco central a questão da Assistência Técnica e Extensão Rural, doravante ATER.

A pesquisa que sustentou essa tese surgiu do interesse do autor em estudar a ATER prestada a agricultores assentados, em decorrência da trajetória de vida do autor, que já atuou como extensionista, trabalhando contínua e diretamente junto a assentamentos rurais, e por acreditar que, como profissional, pudesse contribuir para o entendimento dos diversos aspectos ligados à intervenção em ações extensionistas. Essas motivações foram ainda acrescidas ao fato de acompanhar, atentamente, as principais políticas públicas voltadas ao mundo rural, em especial, as que estão direta ou indiretamente relacionadas à extensão rural e plenamente identificadas com o estabelecimento de ações que primam pela a qualidade de vida, pela capacidade produtiva e pelo incremento da renda dos assentados e de suas famílias.

Atualmente, o autor responde pela disciplina de Extensão Rural, a qual é ministrada para alunos da Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí, Goiás, participando diretamente de projetos de Extensão Universitária voltados às famílias de assentados de reforma agrária. Dos projetos implantados na região, registra-se a iniciativa realizada em parceria com a Prefeitura Municipal de Jataí e as organizações dos assentados, as quais permitiram que alunos dos cursos de

Agronomia e Medicina Veterinária atuassem, conforme suas respectivas formações, na orientação técnica prestada a assentados da reforma agrária.

Além da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), é importante registrar o apoio da CAPES e da Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus Jataí, para a realização de um estudo que buscou examinar a dinâmica da ATER em áreas de assentamentos no município de Jataí, a partir da implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), tendo como foco a visão dos agentes envolvidos no processo (lideranças dos agricultores assentados, técnicos que atuam diretamente com os agricultores assentados e representantes dos agricultores assentados). Entretanto, como posteriormente discutiremos, não se trata apenas de estudar essa temática em uma localidade pré-estabelecida, mas, sobretudo enfatizar tal realidade, tendo como base a análise dos procedimentos metodológicos preconizados na PNATER.

O trabalho está estruturado, além dessa breve apresentação, em quatro outras partes. A primeira parte apresenta o problema de pesquisa e sua relevância, descrevendo os elementos que contribuíram para definir o recorte deste estudo, a abrangência e a forma de abordagem, além das hipóteses, objetivos da pesquisa e a metodologia utilizada.

A segunda seção expõe o marco teórico, realizando uma análise preliminar do processo de desenvolvimento implantado no Brasil desde a modernização conservadora da agricultura até a consolidação de uma nova abordagem intitulada “Desenvolvimento Rural Sustentável”. A seguir é abordado o processo de difusão de tecnologias vigente no período de modernização da agricultura até a chegada de novos enfoques resultantes das transformações decorrentes do estabelecimento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Para encerrar essa seção, abordamos e descrevemos aspectos referentes às metodologias participativas que são consideradas como o principal instrumento balizador das ações cotidianas dos extensionistas rurais no exercício de suas funções.

A terceira seção aborda os serviços de ATER em diferentes contextos. No primeiro momento apresentamos a importância desses serviços por meio das descrições de sua inserção em diferentes projetos e programas do governo que visam o desenvolvimento do ambiente rural. A seguir, analisamos a trajetória da Extensão Rural no mundo, descrevendo seus respectivos problemas e resultados alcançados. Essa aproximação culmina com a análise de implantação da Extensão

Rural no Brasil, buscando registrar os acontecimentos que colaboraram para chegar ao retrato que temos hoje. Para concluir essa contextualização, apresentamos como é realizado este serviço em áreas de assentamentos rurais, analisando as diferentes experiências implantadas ao longo do tempo, seus problemas e resultados alcançados. Mas também é crucial antecipar que a contextualização foi feita no intuito de estabelecer referencial para desenvolver uma reflexão dentro da complexidade dos aspectos envolvidos.

Como oportunamente demonstraremos, a utilização da abordagem qualitativa serve ao propósito de explorar todo o potencial dessa metodologia, identificando, descrevendo e analisando em profundidade o caso em questão.

A quarta e última seção reúne as conclusões e as considerações finais da pesquisa que originou esta tese de doutoramento.

1.1 O problema de pesquisa

O crescimento do número de assentamentos em todas as regiões do Brasil tem dado maior visibilidade às conquistas dos movimentos sociais e aos problemas que persistem nesses locais. Atualmente, a construção de um processo de desenvolvimento alicerçado em bases sustentáveis, por meio da busca de atividades que permitam o aumento da renda e da qualidade de vida das famílias, pode ainda ser considerada como o maior desafio das famílias assentadas em projetos da reforma agrária. A saída não é resolver os problemas de forma individual e pontual, atuando apenas nos momentos críticos, mas, sobretudo, desencadear um processo contínuo e participativo de desenvolvimento para o conjunto dos assentados.

O desenvolvimento de assentamentos da reforma agrária é um grande desafio posto no Brasil na atualidade, exigindo a utilização de novas abordagens e de novos procedimentos de trabalho. Todavia, é sabido que os assentamentos podem apresentar uma grande heterogeneidade socioeconômica, sob o ponto de vista da capacidade de organização coletiva e de outros aspectos relevantes.

Novas abordagens sobre os dilemas do desenvolvimento passaram a ser objeto de discussão e de reflexão a partir da década de 1990. Dentre essas novas abordagens, as que mais se consolidaram como alternativa efetiva de atender às

especificidades desses assentamentos da reforma agrária foram o enfoque territorial e o da agricultura sustentável. Esse aspecto é apontado devido ao fato de esse tipo de abordagem perceber as condições específicas de tais áreas, sem perder de vista sua inserção ao ambiente maior, ou seja, o território como um todo, buscando as alternativas dentro de um contexto mais amplo e apropriado para a consolidação dos projetos da reforma agrária.

Os assentamentos rurais, por suas particularidades, podem efetivamente constituir um espaço privilegiado de intervenção dirigida e articulada de diferentes instâncias como projeto piloto com iniciativas voltadas à ampliação do universo de possibilidades das famílias rurais. Para dar conta desses desafios, os serviços públicos de ATER, realizados por entidades estatais e não estatais, devem ser executados mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo e atuar como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2008).

Em 11 de janeiro de 2010 (Lei 12.188) foi instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). Essa política foi construída em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de ATER e com a sociedade civil organizada, sendo considerada um novo marco da nova forma de atuação direta junto aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, e outros coletivos. Recomenda que os processos de intervenção devam ir mais além dos aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluam o reconhecimento da diversidade social, técnica, política, organizativa e institucional como substrato de uma interação dialógica entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos. A atuação do técnico se baseia na interface da valorização da dimensão cultural que permeia esses processos.

Embora existam posições favoráveis e contrárias ao PRONATER, a maior parte dos profissionais concorda que sua implantação foi um avanço para ATER no Brasil, e que as dificuldades podem ser superadas a partir de ações concretas e bem planejadas. As ações propostas pela nova ATER preconizam uma prática mais participativa, mais inclusiva socialmente e dirigida a segmentos específicos, notadamente a agricultura familiar e aos assentamentos de reforma agrária.

Nesse contexto, a presente tese de doutorado pretende se inserir nesse debate, investigando como é ofertada a assistência técnica e a extensão rural em áreas de assentamentos da reforma agrária no município de Jataí, no sentido de entender os avanços e as dificuldades encontradas para consolidar um processo de desenvolvimento nesse ambiente. Essa abordagem leva em conta o ponto de vista dos próprios assentados da reforma agrária e suas de estruturas de representação.

O local escolhido para a condução deste estudo, o município de Jataí, está localizado na microrregião sudoeste de Goiás. Apresenta uma agricultura centrada no desenvolvimento de grandes áreas de soja e de milho e na existência de produtores integrados (avicultura e suinocultura) às agroindústrias. Apesar da aparente predominância da agricultura em grandes áreas, nesse município ocorre também a existência de uma expressiva parcela de agricultores familiares e de assentados da reforma agrária, os quais produzem em pequena escala e com grandes dificuldades.

De acordo com dados do último o censo agropecuário (IBGE, 2006), no município de Jataí há 788 estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar, perfazendo aproximadamente 47,2% do total.

Essa microrregião goiana recebeu apoio de diversos programas de desenvolvimento, os quais contribuiram para as transformações na agricultura e no meio rural. Todavia, invariavelmente, elas convergiram sempre no sentido de consolidar um modelo de agricultura empresarial, gerando modificações de ordem técnica e socioeconômica bastante profundas. Nesse período, a agricultura se desenvolveu intensivamente em tecnologias e em capital, o que beneficiou as grandes e médias propriedades. O modelo produtivo tinha como base a exploração de grandes extensões e apresentava um alto nível de mecanização das lavouras. Contudo, a agricultura familiar e os assentamentos rurais não receberam os mesmos incentivos e sempre trabalharam em condições adversas, sem ter conseguido construir uma forma de produzir adequada às suas especificidades.

Os assentamentos de reforma agrária estão localizados em diferentes áreas do município e apresentam características específicas e aspectos estruturais bem distintos, o que acentua a necessidade de buscar alternativas particulares e adequadas, tendo em vista as suas principais demandas, entre as quais o aumento e a diversificação do ingresso econômico e o próprio acesso à assistência técnica.

Atualmente verifica-se o predomínio da produção voltada à obtenção de alimentos para o consumo imediato, como frutas, verduras, hortaliças e derivados de origem animal. A atuação da extensão rural, durante um grande período, esteve centrada no enfoque da transferência de tecnologias, levando informações aos agricultores com base nos conceitos de adoção e difusão de inovações propostos por Everett Rogers (1995). Tais metodologias tinham o objetivo de persuadir os agricultores à adoção dos “pacotes tecnológicos” indicados pelos extensionistas. Esses profissionais atuavam visando a simples transferência de tecnologia, acreditando que sua ação conduziria, inevitavelmente, ao desenvolvimento rural.

O desenho de uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) demanda modificações profundas na forma de atuar das empresas que prestam serviços dessa natureza. Assim, este trabalho de pesquisa busca compreender a dinâmica de ATER junto aos assentamentos de Jataí, observando a sua forma de atuação, a formação e a composição de cada equipe, a estrutura e o funcionamento, incluindo a análise dos principais métodos utilizados.

Os serviços de ATER são considerados essenciais para os assentamentos da reforma agrária, sendo em muitas ocasiões são associados a importantes transformações na forma de produzir destas áreas. Mesmo com este reconhecimento outros fatores passaram a influir diretamente na disponibilização deste serviço nas áreas de assentamento. Dentre estes fatores podemos mencionar a restrições orçamentárias, a grande demanda por estes serviços e o desempenho dos técnicos de campo, originaram uma procura de novos modelos ou formatos que possibilitassem uma maior abrangência com qualidade na prestação destes serviços.

Além disso, havia uma forte influência de outros setores da sociedade procurando viabilizar o exercício de formatos diferenciados de Ater, entretanto dois elementos necessitavam ser preservados, ou seja, a participação dos agricultores familiares e o controle social para garantir que estes serviços disponibilizados atendam, de fato, às necessidades técnicas e de organização desses assentados.

Neste contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela disponibilização do serviço de assistência técnica extensão rural (ATER) buscou preservar o caráter público, e permitir sua execução de forma terceirizada, via licitação através da modalidade “Chamada Pública” e, subsequente celebração de contrato com instituições tanto de caráter público (entidades estaduais ou

municipais), como privado (Organizações Não Governamentais – ONG, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, Cooperativas e Empresas) (SILVA, 2013).

Esta discussão será ampliada com a consolidação Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), responsável pela coordenação e regulamentação dos serviços de ATER.

A partir desta nova realidade que constatamos que diferentes empresas atuando diretamente nos assentamentos, mas especificamente no caso do município de Jataí, ainda sem a necessária análise e avaliação dos resultados alcançados.

A intenção, portanto, é fundamentar, a partir de uma revisão bibliográfica e de pesquisa de campo, em que medida, e de que forma, a ATER pode ser responsável pela geração de ações que conduzam os agricultores a superarem suas dificuldades de natureza técnica e organizacional, e também pelo estímulo a incorporar procedimentos que resultem em melhorias nas condições do assentamento, sob a égide dos novos enfoques mencionados anteriormente.

Para analisar os assentamentos rurais, em todas as suas dimensões, no município de Jataí, propõe-se a utilização de um procedimento metodológico capaz de captar as relações existentes entre os diferentes participantes nas diversas etapas da práxis extensionista. Diante desse cenário, centrou-se a investigação na busca de respostas para algumas questões relacionadas à dinâmica da ATER em assentamentos rurais no município de Jata, dentre elas: Quais as estratégias adotadas pela ATER para atender aos assentamentos rurais desta localidade goiana? As metodologias utilizadas no trabalho cotidiano refletem o arcabouço teórico que atualmente é preconizado no PNATER? As empresas que atuam no setor apresentam uma proposta de trabalho coerente com os objetivos a serem alcançados no que se refere à promoção do desenvolvimento sustentável dessas áreas em uma escala territorial? Em suma, são essas as questões a serem respondidas a partir desta de investigação.

Parte-se da premissa de que o estudo realizado possui como temática uma questão que permanece muito atual e que é de grande relevância para o entendimento das demandas desses segmentos, notadamente no que concerne à análise da efetividade dos serviços de ATER e sua capacidade de acompanhar as

modificações requeridas pelos beneficiários, tomando como referência o município de Jataí.

1.2 Hipóteses

Esta pesquisa desenvolveu-se a partir de três hipóteses norteadoras, a saber:

- a. Os serviços de ATER prestados aos assentamentos de reforma agrária no município de Jataí, não estão adequados à nova forma de atuação preconizada no PNATER e estabelecida segundo as novas abordagens do desenvolvimento rural no Brasil, voltadas para consolidar novos arranjos em uma escala territorial.
- b. Os serviços de ATER prestados aos assentamentos de reforma agrária de Jataí não privilegiam o enfoque ascendente e participativo preconizado no PNATER, sendo esse um dos aspectos que contribuem para a elevada precariedade dos assentamentos desse município goiano;
- c. A percepção dos assentados da reforma agrária no município de Jataí sobre a importância dos serviços de ATER difere da percepção dos técnicos de campo. As equipes técnicas valorizam sua atribuição como um mecanismo de inserção dos assentados nos mercados, enquanto os assentados demandam um maior envolvimento dos técnicos em questões estruturais, e não apenas em questões técnicas.

1.3 Objetivos

A pesquisa que ensejou esta tese estabeleceu os seguintes objetivos:

- 1) Analisar a participação da ATER no processo de desenvolvimento das áreas de assentamentos rurais do município de Jataí, analisando em que

medida esse serviço colabora para a consolidação dos assentamentos dentro da nova abordagem preconizada no PNATER;

- 2) Investigar em que medida a adoção dos procedimentos metodológicos preconizados no PNATER tem sido efetivamente assimilada pelos técnicos de campo, observando se está contribuindo, ou não para melhorar as condições de vida dos assentados do município de Jataí;
- 3) Identificar e descrever a percepção dos assentados da reforma agrária e dos técnicos de campo sobre os serviços de ATER no município de Jataí, correlacionando-a com as propostas para a reestruturação da ATER, oriundas do PNATER.

1.4 Metodologia

Para analisar a dinâmica da ATER nos assentamentos de reforma agrária, o primeiro desafio foi estabelecer um procedimento metodológico ajustado com a natureza do problema de pesquisa.

Para alcançar os objetivos propostos as ferramentas utilizadas devem permitir que novas questões, que possivelmente surgissem no decorrer do processo, pudessem ser agregadas ou mesmo redefinidas à medida que o estudo se desenvolvesse.

A proposta centrou-se na obtenção de informações sobre o processo que está sendo construído com a participação de técnicos e assentados. Nesse sentido, o contato direto e a experiência do pesquisador, acumulada ao longo de 33 anos de atuação direta e indireta com o universo pesquisado, contribuíram na apreensão e no tratamento das informações coletadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Desta maneira, a pesquisa qualitativa passou a ser o instrumento mais adequado para a realidade a ser estudada. Segundo Neves (1996), a pesquisa qualitativa assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas (entrevista não estruturada, entrevista semi-estruturada, observação participante, observação

estruturada, grupo focal) que conjuntamente visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados.

Godoy (1996, p. 62) aborda a pesquisa qualitativa de forma semelhante, enfatizando também a perspectiva integrada em que o pesquisador vai a campo, objetivando captar o fenômeno a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas. Afirma que os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Enfatiza que através dessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e as situações que estão sendo estudadas. No trabalho de campo os dados são coletados utilizando-se diversos equipamentos tais como gravadores e videoteipes, ou simplesmente fazendo anotações em um bloco de papel. Aqui o pesquisador deve se valer de seus atributos pessoais como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados.

Nesse mesmo artigo, Godoy apresenta as características básicas da pesquisa qualitativa, a saber:

1 - A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. 2 - A pesquisa qualitativa é descritiva. 3 - O significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida são a preocupação essencial do investigador 4 - Pesquisadores utilizam o enfoque indutivo na análise de seus dados (GODOY, 1996, p. 62-63).

Essa abordagem por ser mais adequada para alcançar determinadas finalidades, embora estejam sempre cientes que sua opção vai requerer mais tempo no local da pesquisa, em contato direto com os indivíduos. As ferramentas mais utilizadas em pesquisa com orientação qualitativa são: 1 - trabalho de campo através de observação e entrevista, em contato direto com os indivíduos, 2 - registro de observação em cadernetas de campo para posterior análise dos dados, incluindo descrições de trechos de conversas e diálogos entre o pesquisador e os indivíduos, 3 - uso de filmagens e/ou fotos tiradas pelo pesquisador para compor o conjunto dos dados destinado a captar particularidades do ambiente em estudo, 4 - outra fonte de informação são diversos tipos de documentos escritos em que constam aspectos de natureza pessoal e/ou oficial. Esses procedimentos vão permitir o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de organização, sempre observando a

ressalva de que o pesquisador não pode fazer julgamentos, nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Belk (2013, p.13), em estudo sobre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa aplicada à área do marketing, admite que esses métodos não competem diretamente entre si em qualquer problema teórico ou aplicado. O mesmo autor finaliza que os métodos qualitativos são ainda muito pouco utilizados em pesquisas voltadas ao consumidor, principalmente em virtude do seu potencial.

Quanto aos aspectos metodológicos específicos da pesquisa qualitativa recorreremos a Minayo (2004), quando essa coloca que o critério da representatividade na pesquisa qualitativa não é numérico como na pesquisa quantitativa. A quantidade de pessoas entrevistadas deve, no entanto, permitir que haja a reincidência de informações ou saturação dos dados, situação ocorrida quando nenhuma informação nova é acrescentada durante a realização da pesquisa. A continuação da pesquisa pode tornar-se pouco produtiva ou até mesmo inútil. Alguns pesquisadores afirmam que o melhor momento de definir é pesquisando, isto é, quando ainda são acrescentados dados novos e relevantes.

A pesquisa qualitativa tem se constituído em um recurso bastante interessante para responder detalhes específicos em uma investigação científica. É importante para identificar aspectos que requerem estudos com maior profundidade.

A escolha desse tipo de instrumental para o presente estudo ocorreu em virtude da necessidade de buscar um entendimento mais aprofundado sobre as questões que envolvem a dinâmica de ATER em área de assentamento Rural no município de Jataí, a partir da implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

O trabalho de campo envolveu 46 (quarenta e seis) entrevistas semiestruturadas, sendo seis com os técnicos que atuam no campo e 40 (quarenta) com assentados, realizadas entre os meses de setembro e dezembro de 2013. Entretanto, não se trata apenas de estudar essa temática em uma localidade pré-estabelecida, mas focar essa realidade, tendo como foco a análise das metodologias preconizadas na PNATER.

Nos contatos iniciais realizados entre os meses de junho e julho de 2013, buscou-se testar os instrumentos de coleta de dados, considerando as questões elaboradas para servir de roteiro de entrevista, no sentido de adequar a linguagem para uma adequada compreensão por parte dos assentados. Nessa ocasião foram

escolhidos os assentamentos onde iria realizar-se o trabalho de campo propriamente dito.

Para efeito de entendimento da dimensão dessas ações, consta que, no período compreendido entre 1989 e 2007 foram assentadas, nesse município, 553 famílias, distribuídas em 7 (sete) assentamentos.

Para a seleção dos assentamentos estabelecemos os seguintes critérios:

- a) presença da ATER na área;
- b) existência e formas de atuação das organizações dos assentados, tais como associações e cooperativas;
- c) ano de implantação do assentamento, visando acompanhar diferentes épocas de implantação e diferentes trajetórias para a consolidação dessas experiências.

Após verificar todos os critérios, foram escolhidos os assentamentos expostos na tabela 1 como base deste estudo.

Tabela 1 – Projetos de assentamentos de reforma agrária no município de Jataí, nº de famílias e ano de implantação.

ASSENTAMENTO	Nº DE FAMÍLIAS	ANO DE IMPLANTAÇÃO
Nossa Senhora de Guadalupe	54	2007
Rio Claro	23	2001
Santa Rita	17	1998
Rio Paraíso	176	1989
Gurita (Rômulo Souza Pereira)	62	2007
TOTAL	332	

Fonte: Elaboração do autor (2013).

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa tiveram início mediante 10 (dez) entrevistas semiestruturadas com as lideranças dos 5 (cinco) assentamentos onde se desenvolveu este estudo. Essas entrevistas buscaram identificar a visão das lideranças dos assentados sobre a ATER existente em cada área, bem como os principais problemas e possíveis contribuições no processo de

desenvolvimento do assentamento. A primeira entrevista foi realizada com o representante atual de cada uma das organizações existentes em cada área. Para ampliar a contribuição das lideranças dos assentamentos, a segunda entrevista deste segmento buscou um representante da primeira diretoria dessas organizações ou um representante que houvesse participado da trajetória de estruturação e consolidação de cada um dos assentamentos.

Simultaneamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o responsável técnico do assentamento, com o intuito de captar a visão do técnico sobre a ATER, as principais dificuldades e os procedimentos metodológicos utilizados. Foram entrevistados seis técnicos que atuaram nos últimos anos nessas áreas e que aceitaram participar do estudo. Esses procedimentos buscaram identificar a visão dos envolvidos diretamente no processo de ATER.

Para consolidar esta pesquisa foram realizadas entrevistas com seis assentados por área estudada, buscando identificar se esses entendem a importância da ATER, e se essa vem atendendo as suas expectativas. Tal preocupação se justifica na medida em que também evidencia se as visões das lideranças estão sintonizadas, ou não, com o conjunto dos assentados.

Dentre as questões colocadas para a apreciação dos técnicos incluiu-se uma série de indagações que buscaram abordar como é realizado o planejamento, execução e avaliação das atividades em cada assentamento, de modo a analisar as diferentes formas e a natureza da ATER prestadas nos assentamentos do município de Jataí.

Após a seleção dos assentamentos, suas lideranças foram novamente contatadas para confirmar o interesse e disponibilidade de participar deste estudo. Após a confirmação realizamos, novamente, um amplo levantamento com base em dados secundários para atualizar o conhecimento e a descrição da realidade local.

Utilizamos todos os recursos disponíveis para a realização dos trabalhos de campo que se mostraram plenamente adequados. Além disso, depois das entrevistas realizadas foi observado que as opiniões começaram a se repetir com grande frequência, fato este que sinalizava para o alcance dos objetivos propostos do ponto de vista da segurança dos aspectos levantados.

Nesse contexto, realizamos no total 30 (trinta) entrevistas com agricultores assentados, 10 (dez) com lideranças dos assentamentos e 6 (seis) com técnicos que atuam nos respectivos assentamentos estudados. Foi utilizado gravador, com o

consentimento prévio dos entrevistados, e tendo como referência um roteiro de questões que versavam sobre a ATER ofertada, os procedimentos metodológicos utilizados, bem como questões de caráter geral que foram propostos no sentido de compreender como cada segmento interveniente no processo se enxerga e como avaliam o envolvimento dos demais segmentos. Esse esforço foi realizado no período compreendido entre junho e dezembro de 2013. No total fizemos 46 (quarenta e seis) entrevistas.

Para permitir uma melhor visualização dessas informações organizamos a tabela 2, contendo o detalhamento de como foi a distribuição das entrevistas de campo.

Tabela 2 – Entrevistas realizadas por assentamento – município de Jataí.

DISCRIMINAÇÃO	ASSENTAMENTO (1998)		ASSENTAMENTO (2007)		ASSENTAMENTO (1989)	TOTAL
	SANTA RITA	RIO CLARO	Nª SRA. DE GUADALUPE	GURITA ROMULO SOUZA PEREIRA	RIO PARAISO	
Técnico	T1	T2	T3	T4	T5 – T6	6
Liderança	L1 L2	L3 L4	L5 L6	L7 L8	L9 L10	10
Assentado	A1 A2 A3 A4 A5 A6	A7 A8 A9 A10 A11 A12	A13 A14 A15 A16 A17 A18	A19 A20 A21 A22 A23 A24	A25 A26 A27 A28 A29 A30	30
Total	9	9	9	9	9	46

Elaborado pelo autor. 2013

O primeiro contato realizado em cada assentamento foi com o representante da organização dos assentados. O outro entrevistado na categoria de liderança foi o primeiro presidente dessa mesma organização ou um assentado que vivenciou a trajetória de assentamento. Em apenas um assentamento a organização estava desestruturada, nesse caso procuramos entrevistar o último representante que exerceu algum cargo na associação do assentamento.

Para as entrevistas com os assentados adotamos o seguinte procedimento. Inicialmente os entrevistados seguiam a indicação das lideranças que participaram da 1ª etapa do processo. A partir das primeiras entrevistas passamos a receber novas sugestões para novos entrevistados que poderiam trazer contribuições importantes ao estudo. Os nomes sugeridos foram procurados e entrevistados.

As primeiras entrevistas foram realizadas no Assentamento Santa Rita. Em seguida foram pesquisados os assentamentos Rio Claro, Nossa Senhora do Guadalupe, Gurita (Rômulo Souza Pereira) e por fim, o assentamento Rio Paraíso. Essa sequência foi definida para facilitar o deslocamento e em função da disponibilidade dos assentados. Em algumas situações tivemos que retornar ao assentamento, pois algumas entrevistas não puderam acontecer junto com as demais, pois o assentado estava viajando.

Quanto ao levantamento dos técnicos que atuam no local, foram ouvidos, no mínimo, um por assentamento. Contudo, todos os técnicos que atuaram nos últimos anos na área foram contatados. Os assentamentos com um menor número de assentados tiveram o acompanhamento de apenas um técnico, em virtude da relação estabelecida pelo INCRA de 1 técnico para 125 famílias. Encontramos casos em que o mesmo técnico trabalhou simultaneamente em mais de um assentamento estudado.

Para estudar os serviços de ATER nos assentamentos propostos, abordamos a temática de pesquisa em três momentos sucessivos: planejamento, execução e avaliação, ou seja, como as organizações responsáveis pela ATER, nos respectivos assentamentos estabelecem o seu planejamento, como elas deram cumprimento às ações planejadas e se, em algum momento, realizaram alguma forma de avaliação das ações.

Na etapa do planejamento, considerou-se:

- a)** a composição da equipe técnica e o planejamento inicial;
- b)** os treinamentos ofertados aos técnicos de campo;
- c)** como cada equipe trabalha e como faz o seu planejamento;
- d)** se a proposta original considera a realização de diagnósticos, análise da realidade e estudos prévios de mercado para os produtos dos assentados.

Na execução das atividades, levamos em conta:

- b)** quais os principais métodos de trabalho utilizados;

- c)** se as visitas técnicas ocorrem com a frequência preconizada e se todos os assentados foram acompanhados em seu lote;
- d)** a frequência de reuniões com os assentados. Nesse aspecto, verificamos como se apresentava a participação dos assentados;
- e)** o apoio oferecido às organizações dos assentados.

E finalmente, na avaliação das ações realizadas, verificamos:

- a)** se as ações realizadas são avaliadas e se essas avaliações são feitas com a participação dos assentados;
- b)** se as informações colhidas nesse instrumento são efetivamente consideradas para um novo planejamento, de forma a retroalimentar o processo.
- c)** se existe um acompanhamento detalhado das dificuldades e de melhorias das condições do assentado;
- d)** se o planejamento inicial alcançou seus objetivos.

Após a realização dos estudos nesses três níveis, analisamos se existe uma correlação entre os avanços técnicos de cada assentado com o acompanhamento proposto. Nesse aspecto, teremos como referência a renda obtida, as melhorias implantadas no lote e a diversificação das atividades produtivas, dentre outras.

A natureza e a forma como a ATER são conduzidas nos assentamentos estudados foram, de fato, a variável ordenadora para o desenvolvimento desta investigação, ou seja, buscava-se entender como diferentes organizações prestadoras desses serviços atuam para alcançar os objetivos propostos.

Podemos afirmar que o resultado das entrevistas realizadas com os assentados e as lideranças superaram as expectativas preliminares, gerando um produto rico em conteúdo e bastante confiável, pois os entrevistados foram sempre francos em suas respostas, e em sua quase totalidade demonstraram um grande conhecimento das questões pertinentes à ATER em área de assentamento.

Registramos que não encontramos qualquer objeção por parte dos entrevistados (assentados, lideranças ou técnicos) quanto a colaborar com o trabalho, sendo o único grande obstáculo a ocorrência de muita chuva, comum nessa época do ano, no município de Jataí, dificultando o acesso aos assentamentos. Nesse particular, apesar das dificuldades, foi uma época adequada, pois que coincide com uma maior demanda dos assentados por orientação técnica

em seus plantios. Em alguns casos foi necessário realizar muitos deslocamentos ao assentamento, pois que tivemos o maior cuidado para não atrapalhar o assentado em sua lida diária.

As organizações dos assentados no município de Jataí contribuíram diretamente para viabilizar as entrevistas de campo, notadamente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e as associações e cooperativas dos assentados.

Outra etapa do trabalho foi a transcrição das entrevistas. Esse momento consumiu bastante tempo e um grande esforço do pesquisador, pois a tarefa foi executada sem a ajuda de terceiros. Esse processo foi bem trabalhoso. Em muitas entrevistas não foi possível entender alguns termos utilizados pelos assentados, algumas vezes devido à pronúncia, em outros casos, por erro na própria gravação, quando a distância do gravador pode não ter sido a mais adequada. Outro aspecto foram os sons do campo que, muitas vezes, se sobrepuseram à voz do entrevistado. Contudo, buscamos reproduzir a fala dos entrevistados da forma mais fiel possível.

Após a transcrição, iniciamos a etapa de análise e sistematização das informações contidas nas entrevistas, buscando colocá-las em um formato que permitisse visualizar e descrever um conjunto de informações coletadas em diferentes assentamentos.

Após as transcrições dos diálogos foi iniciada a etapa de interpretação das informações. Cada entrevista foi criteriosamente verificada. Assim sendo, todos os temas e enunciados considerados importantes para instruí-las, foram anotados. Para cada questão discutida com os assentados as respostas encontradas foram agrupadas segundo os enunciados, resguardando as entrevistas e os respectivos trechos nos quais aparecem, ou mesmo as afirmativas similares que ocorreram.

Cada agrupamento foi nominado e representa o conjunto de ideias, valores, ou sentimentos encontrados nas diversas entrevistas e que contribuíram para compreender melhor o ponto de vista de cada entrevistado sobre as questões colocadas.

Por fim, alocamos em tabelas específicas quadros e gráficos, os diversos temas e os tipos de enunciados encontrados, com a finalidade de permitir a visualização dos elementos analíticos encontrados no levantamento.

A seguir apresentamos as hipóteses e os objetivos desta pesquisa. Foram concebidas não exatamente como usualmente se pensa em modelos hipotéticos

dedutivos, mas como um esforço de oferecer respostas provisórias às questões formuladas no problema de pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

2.1 Considerações Preliminares

O tema do desenvolvimento rural sempre suscitou acalorados debates envolvendo diferentes vertentes do conhecimento. Entretanto, quase todas elas procuram compreender como ocorre esse processo, em diferentes circunstâncias, que podem apresentar uma grande diversidade de características e particularidades. Além de procurarem refletir sobre o momento histórico, tentam identificar similaridades ou divergências que ocorreram em diferentes localidades como fonte de explicação para as contradições desse processo de desenvolvimento.

Apesar de proporcionar entendimentos com diferenças substanciais, cada corrente busca descrever como esse processo se materializa em diferentes contextos, o qual é admitido como válido até que ocorra uma nova conjuntura que demande novas contextualizações e onde novos juízos são construídos. Considerada em estudos rurais como "teorias" ou "modelos" de desenvolvimento econômico rural, a questão fundamental para este estudo é compreender como um serviço, qual seja, o de ATER, colabora efetivamente para impulsionar o desenvolvimento pleno das regiões rurais.

Inicialmente para delinear a compreensão do conceito de desenvolvimento, recorreremos a José Eli da Veiga (2005, p.17-18), que descreveu três entendimentos acerca do desenvolvimento, sendo dois deles mais conhecidos e simples e um terceiro de maior complexidade. O primeiro entendimento assevera que o desenvolvimento teria o mesmo significado de crescimento econômico. Este aspecto

ainda predomina em algumas análises ainda presentes na atualidade, tendo como principal exemplo de sua aplicação a medição usual do desenvolvimento com base no Produto Interno Bruto e renda per capita de um país, com um enfoque claramente direcionado ao crescimento econômico, não agregando os elementos relacionados ao desenvolvimento humano ou social.

O segundo entendimento nega a existência do desenvolvimento, tratando-o como um mito. Este entendimento também leva em conta o Produto Nacional Bruto (PNB), insistindo na confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento (VEIGA, 2005).

O terceiro e mais complexo entendimento ganha força com o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, em 1990, obtendo maior consistência nas palavras de Amartya Sen, em 1996 e 1997, com a noção de desenvolvimento como liberdade, de modo que só poderia ocorrer se fossem garantidos a todas as pessoas os seus direitos individuais, que efetivariam a sua liberdade. Assim, liberdade em nenhum momento poderia se restringir e ser entendida como renda per capita, devendo abranger questões culturais, sociais, dentre outras (VEIGA, 2005, p.33-34).

Também com o desígnio de contribuir para o entendimento deste conceito, Navarro (2011) sugeriu uma diferenciação conceitual entre o desenvolvimento agrícola, o agrário e o rural. A primeira expressão o desenvolvimento agrícola (ou agropecuário), refere-se exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. Refere-se, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução – por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos. Em seguida, tratou sobre o desenvolvimento agrário, afirmando que o mesmo se refere a interpretações acerca do "mundo rural" em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo. Sob tal expressão, as condições próprias da produção (o desenvolvimento agrícola) constituem apenas uma faceta, mas a análise centra-se usualmente também nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais, nos mercados, para citar alguns aspectos. A terceira expressão mencionada o desenvolvimento rural, deveria ser entendido de

forma meramente operacional, ou seja, como análise das ações do Estado dirigidas ao meio rural ou como uma ação prática dirigida para implantar programas que estimulem alterações socioeconômicas no futuro, concluindo que a noção de desenvolvimento rural restringe-se ao seu uso prático e normativo, com a finalidade de caracterizar estratégias e ações do Estado que visam a alterar e/ou melhorar as condições de vida no meio rural.

Caporal (1998, p 467), tratando dessa questão, afirmou que as teorias desenvolvimentistas centram sua atenção no crescimento econômico e preconizam, entre outras coisas, a superação das condições de subdesenvolvimento, o que significa a necessidade de difundir crenças, valores, padrões de comportamento e estratégias econômicas do centro para a periferia. O atraso do meio rural, onde se concentrava a maioria da população até meados dos anos 1960 no Brasil, constituía-se em um obstáculo ao progresso. As teorias do desenvolvimento concentraram sua atenção no crescimento econômico, defendendo, entre outras coisas, a necessidade de quebrar as barreiras para "descolar" das economias consideradas subdesenvolvidas. Além disso, eles assumiram que o "atraso" de áreas rurais, onde a maioria da população estava concentrada, constituía um obstáculo ao "progresso", daí a necessidade de políticas setoriais.

Esses aportes realçam que a temática do desenvolvimento rural guarda extrema complexidade, sendo passível de ser abordada segundo perspectivas teóricas das mais diversas. Mesmo assim, neste trabalho, buscamos a abordagem mais adequada para compreender os desafios e atribuições da ATER em áreas de assentamentos rurais que, muitas vezes, têm a função de fomentar um processo visando a induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do assentamento e do espaço rural no qual está inserido, para melhorar a renda e a qualidade de vida dessas populações rurais.

2.2 Da modernização da agricultura ao desenvolvimento rural sustentável segundo uma abordagem territorial.

Na perspectiva histórica o setor agrícola sempre apresentou uma grande influência nos aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil. A exploração

extrativista do pau-brasil e a agricultura escravocrata – especialmente a produção de cana-de-açúcar na região nordeste e a de café, na região sudeste – definiram o padrão de sociedade. Nesse período, a estrutura política estava constituída pelos barões do café e pelos coronéis do Nordeste, que representavam as classes dominantes, e no extremo oposto pelos escravos e pobres excluídos de qualquer possibilidade de ascensão social. Com a liberação da mão-de-obra escrava, ocorreu o processo de substituição pelo trabalho imigrante, notadamente no Estado de São Paulo e nos Estados do Sul, fato que esteve acompanhado das primeiras iniciativas do uso, ainda que rudimentar, da tecnologia agropecuária.

Após a II Guerra Mundial, as novidades científicas e tecnológicas surgem como um fator de transformação econômica, notadamente no setor agrícola, emergindo como predominante a concepção apregoada pela conhecida “Revolução Verde”, que se baseava, essencialmente, na difusão dos chamados pacotes tecnológicos. O Brasil adotou, como estratégia de desenvolvimento, o que se veio a chamar de modelo de substituição de importações. Assim, organizações de fomento, de pesquisa e de crédito à produção agropecuária foram criadas. Essa abordagem trazia, em seus enunciados, a modernização da agricultura que estava associada ao chamado produtivismo. O padrão da Revolução Verde estava estruturado sobre o uso de sementes melhoradas (híbridas), monoculturas de exportação, insumos sintéticos (fertilizantes e agrotóxicos) e intenso uso de tecnologias poupadoras do fator trabalho. O principal objetivo dessa forma de agricultura era aumentar a produção e a produtividade, com o conhecido argumento de resolver o problema da fome e de modernizar o meio rural.

Na perspectiva da chamada modernização da agricultura no Brasil, surgem os chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento, que expressam a lógica predominante desse período histórico, fruto da mentalidade da Revolução Verde. As organizações governamentais eram os principais instrumentos de planejamento e de combate à pobreza. Nos anos 1960 e 1970, o difusionismo, baseado na vulgarização de pacotes tecnológicos, compunha o modelo vigente, com o Estado autoritário como agente indutor das mudanças.

Os anos 1980 são marcados pela crise econômica e pelas políticas de ajuste estrutural. Já os anos 1990 revelaram um novo papel do Estado na agenda do desenvolvimento rural.

A modernização da agricultura brasileira trouxe consigo profundos impactos socioeconômicos e ambientais. As transformações ocorridas nesse período resultaram na reconcentração fundiária e no aumento da pobreza no campo, aliados ao êxodo rural e à expansão da fronteira agrícola; bem como na dependência crescente de outros setores; nos incentivos governamentais concedidos a grandes grupos econômicos; na instabilidade do trabalho nos grandes complexos agroindustriais; sem falar na degradação dos recursos naturais, seja pela exploração excessiva, seja pela inadequação dos sistemas de produção.

Segundo Veiga (2000), o processo de modernização levou um grande número de agricultores à decadência, bem como grande parte da força de trabalho rural a favelizar-se nas periferias urbanas, fazendo aumentar o número de pobres rurais, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade

Para apreender de forma adequada o que ocorreu no período correspondente à modernização da agricultura, Almeida (1997, p 39 - 40) enuncia quatro elementos ou noções, quais sejam:

a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso, ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência, associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

Por não conseguir os resultados apregoados e por gerar uma série de conseqüências danosas, a abordagem produtivista passou a ser contestada, mais especificamente durante a segunda metade dos anos 1980, dando margem ao surgimento de novas abordagens de desenvolvimento. Esse período coincide com a redemocratização do Brasil após 21 anos de ditadura militar.

Amplas transformações foram sendo verificadas e muitas questões começaram a ganhar visibilidade no debate internacional. A dimensão ambiental foi reconhecida como um novo elemento que deve ser levado em conta nas questões que afetam o campo. A inclusão social foi considerada um tema de grande importância e ajudou a reformular e redirecionar o olhar sobre a realidade rural brasileira.

Fernandes (2002, p. 246) menciona a procedência da inclusão da questão ambiental nas discussões sobre o desenvolvimento, quando registra que o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi apresentado, no ano de 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, por meio do relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, sendo definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Segundo esse documento, o crescimento é condição necessária para erradicar a pobreza, mudar a qualidade do desenvolvimento para torná-lo mais justo, equitativo e menos intensivo no uso de matérias primas e de energia, atendendo às necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento, conservando e melhorando a base de recursos, além de reorientar a tecnologia e administrar os riscos.

Foi o conjunto de insucessos da abordagem que proporcionou a grande modificação do entendimento sobre a temática do desenvolvimento. Assim sendo, um novo enfoque do desenvolvimento ganhou força a partir dos anos 1990, ficando conhecido como abordagem territorial, por meio da qual se busca valorizar as potencialidades locais, a diversidade e o meio ambiente, bem como envolver todos os atores sociais nos projetos de desenvolvimento.

Kageyama (2004, p. 388), ao realizar uma revisão de alguns conceitos relacionados ao desenvolvimento rural, assegurou que esse tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, tratando de um desenvolvimento “multissetorial”. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral as quais, através do tempo, modificam-se substancialmente.

A função produtiva, antes restrita à agricultura, passou a abranger diversas atividades, como o artesanato, o processamento de produtos naturais e aquelas atividades ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental. A função populacional que, nos períodos de industrialização acelerada, consistia em fornecer mão de obra para as cidades, inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção da população na área rural. A função ambiental adquire maior destaque e passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural, a criação e proteção de bens públicos e quase públicos,

tais como conservação da paisagem, florestas e meio ambiente em geral. Assim, o desenvolvimento rural, além de multissetorial, deve ser também multifuncional.

Sacco dos Anjos (2003, p. 73), abordando essa temática, estabeleceu uma importante contribuição ao apresentar aspectos fundamentais desses processos, atendo-se ao esforço no sentido de diversificar e de aglutinar como grandes orientações a serem levadas em conta. Segundo esse autor,

Os novos esquemas de desenvolvimento rural erguem-se sobre duas estratégias ou proposições fundamentais: diversificar e aglutinar. O primeiro dos termos diz respeito ao incentivo a todo tipo de atividades e iniciativas levadas a termo pelo agricultor e seus familiares no seio da exploração ou fora dela. Aglutinar, por outra parte, significa a possibilidade de que a união dos distintos ingressos gerados mediante a diversificação sirva para garantir um nível de vida socialmente aceitável. O crucial é que a especialização produtiva conduz à instabilidade e dependência exclusiva a uma única fonte de ingresso, o exercício de múltiplas atividades simultaneamente permite um maior grau de autonomia e uma ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 76).

Abramovay (1998, p.16), em um estudo chamado “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural”, aponta em suas considerações finais o que se segue:

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados.

Nesse mesmo trabalho, Abramovay reitera que a dimensão territorial do desenvolvimento vem despertando cada vez mais o interesse dos cientistas sociais.

Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico foi criada, em 1994, uma concepção de desenvolvimento territorial que consistiu em delimitar as fronteiras entre rural e urbano e em elaborar indicadores que permitissem compreender as disparidades entre diferentes situações territoriais. A ideia central é a de que o território, mais do que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa constituída por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações.

Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. A economia tem prestado bastante atenção aos aspectos temporais (ciclos econômicos) e setoriais (complexos agroindustriais, por exemplo) do desenvolvimento, mas é recente o interesse por sua dimensão territorial ou espacial (ABRAMOVAY, 1998, p. 6).

A experiência da “Terceira Itália” tornou-se uma referência para a formulação e implantação de estratégias de desenvolvimento territorial em muitos lugares do mundo. Essa experiência mostra como uma região conseguiu encontrar respostas próprias e inovadoras de desenvolvimento, garantindo seu dinamismo econômico, mesmo em um contexto de crise econômica mundial.

Favareto (2007, p. 40) apresenta novos elementos para a compreensão da emergência da abordagem territorial. Nessa concepção, agentes do Estado surgem como atores que criam determinadas condições favoráveis aos investimentos territoriais, sendo os agentes privados incorporados à estratégia como executores de ações previstas nas políticas e programas.

A descentralização das políticas públicas e da atividade industrial, associada à redução e a certo redirecionamento da intervenção estatal, contribuíram para que, particularmente, em meados dos anos 1980 e 1990, se institísse um padrão que, em lugar dos investimentos diretos e do corte setorial, incumbiria o Estado no sentido de criar condições e certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais. Aqueles processos sociais de corte eminentemente territorial e esse novo padrão são, em síntese, as principais razões da emergência e consolidação da nova abordagem territorial (FAVARETO, 2007).

Favareto (2010, p. 300) mostrou que tal abordagem passou a ser sugerida pelas principais organizações internacionais de apoio à cooperação e ao desenvolvimento. Segundo o autor:

Esse novo discurso acabou progressivamente tomando a forma de consensos e orientações, não raramente amalgamados por agências internacionais de apoio à cooperação e ao desenvolvimento, fundos de financiamento e organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

(OCDE). Como se sabe, é enorme a influência desses organismos na definição das políticas, sobretudo dos países da periferia e da semiperiferia do capitalismo mundial.

No Brasil e na América Latina, essas experiências de desenvolvimento territorial ganharam, a partir de meados dos anos 1990, maior expressão em um contexto de crise econômica e de reformas liberalizantes. Desde então, várias políticas nacionais têm buscado incentivar respostas autônomas de desenvolvimento dentro de suas fronteiras.

Em tal contexto, aparece a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável como um arcabouço teórico que sustenta a atuação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), órgão integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Trata-se de um programa cuja finalidade é articular promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, no afã de reduzir as desigualdades regionais e sociais, integrando-os ao processo de desenvolvimento nacional e promovendo a melhoria das condições de vida das suas populações (MDA, 2005).

A partir dos avanços construídos por essas novas abordagens e sua grande aceitação no meio acadêmico, começaram a surgir novas formas de atuação com base nessas terminologias, envolvendo propostas de desenvolvimento com fundamentação similar.

O desenvolvimento de um território está associado à ocorrência de iniciativas inovadoras que mobilizem a coletividade, trabalhando seus ativos e buscando potencializar suas características específicas em prol de melhorias para o conjunto das populações. Dois trabalhos atuais, a seguir apresentados, abordaram questões distintas sob a ótica do desenvolvimento territorial, demonstrando a amplitude e a diversidade de questões trabalhadas sob esse enfoque.

Benedeto (2007, p.164), explorando a questão da identidade territorial, das políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional nos países do Mercado Comum do Sul, concluiu que:

Trabajar las identidades territoriales no es una simple propuesta novedosa y creativa para apuntalar iniciativas innovadoras. La identidad implica involucrar actores sociales a partir de un patrimonio exclusivo de un territorio. Las identidades territoriales, los productos y servicios que a partir de ella pueden consolidarse en los mercados, provienen del entorno

cotidiano, doméstico, de la historia familiar, del terruño, de los significados de lo propio, lo próximo, las maneras de saber-hacer, la tradición. Por lo tanto, valerse de esta riqueza está emparentado con trabajar el concepto de desarrollo inherente a los poseedores de la misma, cuál es la visión que tienen sobre su futuro, lo que quieren y cómo lo quieren.

O trabalho precedente pode ser relacionado como forma de evidenciar a amplitude de ações que podem ser enquadradas na perspectiva do territorial e o seu grande alcance, podendo contemplar ações simples desde a organização dos produtores em feiras até ações estratégicas de mercado, com produtos diferenciados e com o fortalecimento da identidade territorial, segundo as características que diferenciam o território. Essa abordagem tem conseguido resultados expressivos, quando se busca viabilizar econômica e socialmente o território, dando uma visibilidade maior aos produtos e ações desenvolvidas.

Outros trabalhos com preocupações similares também contribuíram para realçar a importância e a compatibilidade desta temática em estudos que procuraram apreender esses aspectos no contexto rural.

Okonoski e Cunha (2011, p. 246), em um estudo de caso efetivado no município de São Mateus do Sul/PR, no qual buscaram compreender as diferenças entre duas trajetórias socioeconômicas do meio rural, representadas pelos fumicultores integrados e pelos agricultores agroecológicos, assinalaram que:

Os agricultores agroecológicos proporcionam uma produção harmoniosa com o ambiente, alimentos de qualidade para os seus familiares e para os consumidores e, mesmo assim, adquirem renda possível de suprir todas as suas necessidades. Os fumicultores, por sua vez, apresentaram-se com fortes vínculos aos padrões de produção propostos pela "Revolução Verde", os quais ocasionam uma degradação do meio, além de estarem integrados ao sistema agrícola pautado na compra dos pacotes de safras e destinando à produção e à exportação, envoltos no setor dominado pelas empresas fumageiras. Assim, mesmo que o lucro dessa produção seja maior ou equivalente ao agroecológico, esta se apresenta mais vulnerável às oscilações do mercado.

Miranda (2007, p. 123), em um artigo que teve o objetivo de discutir o desenvolvimento territorial como uma metodologia alternativa para a avaliação das políticas públicas que foram implementadas município de Palmas, Estado do Tocantins, destacou:

A possibilidade do Desenvolvimento Territorial depende certamente da capacidade dos assentados de tomarem conhecimento dos novos desafios e dificuldades, e encontrarem as soluções mais eficazes. Se estes

conseguirem influenciar o desenvolvimento regional em uma perspectiva sustentável (a médio e longo prazo) terá contribuído, também, para a recomposição do tecido social e político da própria região, dotando-a de uma nova identidade. Os assentamentos em áreas que parecem não possuir alternativas de desenvolvimento econômico surgem como uma estratégia bastante promissora tanto do ponto de vista econômico, como cultural e político, mesmo quando o Estado se ausente, após a doação de pequenas parcelas das terras, e o sistema bancário não está presente.

Para finalizar, citamos Abramovay et. al. (2010, p. 268), que abordaram a temática do desenvolvimento territorial no artigo “Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações Brasileiras de agricultores familiares”, no qual disseram:

Desenvolvimento territorial supõe a participação organizada de atores sociais na tomada de decisões quanto ao uso dos recursos públicos - e, em grande parte, também privados – de uma região. Apesar das evidentes virtudes democráticas dos processos participativos amplia-se recentemente a literatura crítica que coloca em dúvida seus resultados. Organizações oriundas de movimentos sociais são protagonistas decisivos de processos participativos. [...]. O texto se apoia no exemplo da política brasileira de fortalecimento da agricultura familiar e examina duas organizações egressas de movimentos sociais: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), uma organização sindical, e o Sistema CRESOL de Crédito Solidário, um conjunto de cooperativas. Ambas estimulam processos participativos e têm vínculos com políticas governamentais.

Relacionamos esses trabalhos como forma de evidenciar a amplitude de ações que podem ser enquadradas na perspectiva do territorial e o seu grande alcance, podendo contemplar ações simples de organização dos produtores em feiras, até ações estratégicas de mercado, com produtos diferenciados e com registro segundo as características que diferenciam esse território.

Essa abordagem tem conseguido resultados expressivos quando buscamos viabilizar econômica e socialmente o território, bem como agregar uma grande visibilidade aos produtos e ações desenvolvidas. Outras contribuições registram que em um território conseguimos estabelecer uma série de cadeia produtivas que podem desencadear ou mesmo acelerar um processo de mudança que resultaria em benefícios coletivos e grandes transformações econômicas e sociais.

O território é mais do que uma simples base física para as relações entre indivíduos e organizações: possui um tecido social, uma organização complexa, feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades.

Embora o município seja uma importante unidade administrativa de um território, em algumas regiões o território ultrapassa os limites de um município, facilitando o processo de integração entre municípios (ABRAMOVAY, 2000).

O MDA (2005, p. 28), por meio do documento “Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil”, descreveu qual o entendimento sobre essa temática nos programas e projetos colocados em prática em diferentes regiões do Brasil, estabelecendo alguns conceitos basilares:

Território: É um espaço físico, geograficamente definido e geralmente contínuo, que compreende cidades e campos. É caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política, as instituições e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. **Território “rural”:** São os territórios, conforme o item anterior, onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais”. Nesses territórios, incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades. **Caracterização das microrregiões “rurais”:** As microrregiões rurais são aquelas que apresentam densidade demográfica menor que 80 habitantes por km² e população média por município até 50.000 habitantes. As microrregiões rurais são ordenadas com o critério de maiores concentrações do público prioritário do MDA. As microrregiões rurais indicam, preliminarmente, de quais regiões deverão se revelar os territórios rurais a serem trabalhados prioritariamente, uma vez que as disponibilidades de recursos não permitem uma dispersão muito ampla das ações.

Esse conjunto de conceitos irá embasar a construção de diversas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de um território, contribuindo para uniformizar entendimentos e redirecionar os recursos disponíveis, bem como agregar os elementos fundamentais para o desenho de uma nova estratégia de desenvolvimento rural do Brasil.

A proposta de projeto de lei da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural – aprovada na 45^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) – estabelece, em seu Art. 4º§ 2º:

§ 2º Para os efeitos dessa lei, considera-se: a) desenvolvimento sustentável do Brasil Rural como um processo dinâmico e multidimensional e multisetorial que visa alcançar o bem-estar das populações rurais com base, simultaneamente, na dinamização diversificada das atividades econômicas, na conservação e uso adequado dos recursos naturais, na preservação do patrimônio histórico-cultural e na consolidação dos direitos de cidadania e participação política assegurados na Constituição Federal; b) Brasil Rural

como o conjunto diversificado dos espaços ambientais, socioculturais, econômicos e político-institucionais do país, onde predominam dinâmicas e relações de interação e interdependência entre as atividades rurais e urbanas; c) abordagem territorial como um referencial para a renovação dos marcos conceituais sobre o desenvolvimento rural sustentável que deverá ocupar lugar central na sua estratégia de implementação; d) território como um espaço socialmente construído, dinâmico e mutável, que compreende, de forma interligada, as áreas rurais e urbanas e caracteriza-se por um sentimento.

O enfoque ou abordagem territorial contempla quatro das principais dimensões dos processos de desenvolvimento (SDR/MDA, 2005, p. 9), a saber:

A dimensão econômica: resultados econômicos com níveis de eficiência obtidos através da capacidade de usar e articular recursos para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas e agricultores. **A dimensão sociocultural:** mais equidade social, com intensa participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas de poder, tendo como referência à história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade. **A dimensão político-institucional:** criação de novas institucionalidades que permitam a construção de políticas territorialmente articuladas e negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção e exercício da cidadania. **A dimensão ambiental:** compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, enfatizando a ideia de gestão sustentável da base de recursos naturais e estimulando novas formas, mais responsáveis, de uso social da natureza.

A abordagem territorial proporciona uma análise mais ampla, e o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária está inserido nesse contexto como parte integrante de um espaço de negociação participação e busca de alternativas em conjunto com os outros assentamentos do território e/ou com outros setores da economia. O assentamento pode apresentar uma grande homogeneidade social e econômica e capacidade de organização comunitária. Em termos de escala, os assentamentos são normalmente menores que o espaço municipal (contido em um determinado município), em termos de superfície, ou podem ultrapassar os limites de um município, demandando relações de parceria político-institucional com diversas instâncias. Essas localidades podem constituir um espaço privilegiado de intervenção concentrada e articulada de diferentes instâncias, como projeto piloto, com iniciativas voltadas para o desenvolvimento do território.

Nesse sentido, o desenvolvimento territorial sustentável propugna a concentração de interesses das organizações formais e informais no contexto de cada localidade ou mesmo de um assentamento da reforma agrária, o que possibilita o surgimento de comunidades mais integradas, capazes de suprir suas

necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais, desenvolver suas potencialidades específicas e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens comparativas.

Embora o trabalho dos extensionistas rurais seja de fundamental relevância para a consolidação dos territórios, é preciso perceber que esses espaços de articulação também são importantes para o processo de reconstrução da Política Nacional de ATER. A territorialização de ATER tende a promover a constituição de uma espécie de “laboratórios”, favorecendo a aproximação e a convergência de esforços em um espaço comum. Como resultado do processo de territorialização dessa política, pode-se avançar na formação de redes e de consórcios, na elaboração de programas territoriais de ATER – definindo linhas prioritárias de atuação para as diferentes entidades – e na implementação de ações e projetos que incentivem a integração da política de ATER ao crédito rural, de diversificação produtiva, de alternativas educacionais baseadas na pedagogia da alternância, de formas sustentáveis de manejo ambiental, à preservação do patrimônio cultural e dos saberes locais etc. Portanto, trata-se de uma via de mão dupla, ou seja, as políticas de ATER e de desenvolvimento territorial precisam encontrar espaços de interação e de sinergia, para se viabilizarem mutuamente e de forma cooperada (TORRENS, 2007)

Freitas et. al. (2012, p. 1594), em um estudo visando a identificar a contribuição efetiva dessa nova abordagem, afirmaram que, com a implementação da política territorial, o MDA institucionalizou a preocupação de atrelar as ações da política a atividades rurais não agrícolas, a exemplo do artesanato e do turismo de base comunitária, passando a considerar as expressões culturais como parte do processo de desenvolvimento. Assim, na indução aos territórios rurais e aos Territórios da Cidadania, o Estado buscou incorporar as inúmeras mudanças conceituais e institucionais reveladas pela literatura em suas estratégias de intervenção.

As mudanças conceituais, portanto, têm sido importantes no direcionamento das políticas públicas e na ação do Estado. Elas estão ligadas a novas leituras da realidade, não deixando que se cristalizem formas antigas e ultrapassadas de promoção do desenvolvimento. Diante dessas mudanças, os formuladores de políticas públicas tentam adequar as demandas sociais aos serviços ofertados pelo Estado. Essas mudanças conceituais e institucionais, que referenciam novos

modelos e padrões de intervenção do Estado no desenvolvimento rural, ainda sinalizam que não há mais como desconsiderar as especificidades locais quando se pensa em promover mudanças. O desenvolvimento já não é mais algo que se pode simplesmente transportar um lugar para outro.

Novas contribuições permanecem enriquecendo o debate e construindo formas diferenciadas de entendimento dessa temática. Sempre ocorrem novas reflexões que levam a um repensar sobre os padrões de desenvolvimento, tendo como princípios a democracia, a sustentabilidade, a redução das desigualdades sociais e regionais, a inclusão e a participação igualitária de todos os segmentos sociais, dentre outros desafios.

Amartya Sen (2000), ganhador do Prêmio Nobel de Economia (1998), lançou o livro “Desenvolvimento como Liberdade”, proporcionando uma verdadeira revolução na teoria e na prática desse termo. O autor conceitua desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas das pessoas. Apesar de considerar a importância do crescimento da riqueza ou das rendas individuais, esses aspectos aparecem como consequência de expansão das liberdades, que também dependem de determinantes, como as disposições sociais e econômicas (os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). Define desenvolvimento como o processo de ampliação da capacidade de os indivíduos terem opções e fazerem escolhas.

Nessa obra, Sen apresenta os significados de liberdade e de desenvolvimento e também os fundamentos de justiça, para, então, aprofundar-se em exemplos, casos e análises que demonstram que a liberdade pode representar muito melhor o nível de desenvolvimento de um povo do que somente pelo nível de riqueza (mais comumente medido pelo PIB).

A liberdade, conforme Sen (2000, p. 18), é central para o processo de desenvolvimento por duas razões:

- 1) A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.
- 2) A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas.

Dessa forma, o desenvolvimento requer a remoção das principais formas de privação de liberdade: (1) pobreza e tirania, (2) carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, (3) negligência dos serviços públicos e (4) intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Ao abordar a relevância das questões que envolvem o desenvolvimento na atualidade, Sen (2000, p.168-169) afirma que:

As razões para adotar uma abordagem múltipla do desenvolvimento tornaram-se mais claras em anos recentes, em parte como resultado das dificuldades enfrentadas e dos êxitos obtidos por diferentes países ao longo das últimas décadas. Essas questões relacionam-se estritamente à necessidade de equilibrar o papel do governo – e de outras instituições políticas e sociais – com o funcionamento dos mercados.

Diversas contribuições desse autor permanecem atuais e são referência para novos debates e construções de caminhos e estratégias para superar os problemas que ainda persistem na sociedade. O acesso ao serviço de ATER também pode ser entendido como exercício da liberdade apregoado por Sen (2000).

Como demonstrado, não se pode tratar o desenvolvimento territorial sustentável como um modelo único e uniforme, mas como um processo em permanente construção, cujas premissas são: a) o envolvimento da comunidade local em todas as fases de planejamento e de decisão. Essas considerações estão incluídas no conceito de desenvolvimento territorial e nas precauções necessárias para intervenção nessas localidades, com ênfase na articulação entre objetivos e metas para o desenvolvimento das comunidades; b) o envolvimento ativo das comunidades na seleção e na implementação das várias estratégias do seu monitoramento; e, c) o uso dos recursos locais com criatividade no processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento de um território está associado à ocorrência de iniciativas inovadoras que mobilizem a coletividade, trabalhando as potencialidades e buscando potencializar suas características para o enfrentamento dos grandes desafios.

Neste sentido, o desenvolvimento territorial sustentável é, por natureza, o agregador das organizações formais e informais que se reproduzem no contexto da localidade, a exemplo de um assentamento da reforma agrária.

Finalmente, como o nível de participação das pessoas envolvidas no processo é um componente fundamental para o sucesso dessas experiências, a preocupação central passou a ser como conseguir, de fato, que as pessoas da localidade incorporem essa premissa e construam seu próprio caminho.

O objetivo deve ser o de identificar a forma em que a participação pode ser incentivada. A participação pode assumir a forma de uma simples ação pessoal ou mesmo resultar na organização de grupos e na motivação permanente para o alcance de certos objetivos. Embora existam muitas variantes na realidade, observamos apenas que programas participativos buscam as organizações da sociedade civil como forma de legitimar sua ação no momento em que levantam demandas, escolhem prioridades e definem investimentos.

Pretty et al. (1997, p 53) usou a seguinte argumentação para analisar o assunto:

O termo participação tem sido usado para justificar a extensão do controle do Estado e para construir capacidade local e autoconfiança, que tem sido utilizado para a coleta de dados e análise interativa. Participação muitas vezes centrada no incentivo à população local para vender seu trabalho em troca de comida, dinheiro ou materiais. No entanto, esses incentivos materiais distorcem percepções, criam dependências, e dá a impressão enganosa de que a população local é favorável a iniciativas impulsionadas externamente.

Todavia, o processo de participação não é fácil de ser construído. Segundo os citados autores, há duas visões distintas sobre a participação. Uma é a de que ela aumenta a eficiência, pois as pessoas concordam e assumem uma posição ativa na implementação das decisões. A outra considera que a participação é um direito básico, cujo principal objetivo é a mobilização para as ações coletivas e para o fortalecimento e construção institucional.

De acordo com esse estudo, há sete tipos de participação:

a) manipulada: há representantes da sociedade nas comissões oficiais, mas os mesmos não têm poder; b) passiva: há apenas comunicação do que já foi decidido ou do que já aconteceu c) por consulta: as pessoas são consultadas ou respondem a questionários mas os agentes externos são as pessoas que definem os problemas e os mecanismos de coleta de informações controlando, portanto, as análises; d) por incentivos materiais: as pessoas contribuem com o trabalho em troca de alimento, dinheiro ou outras formas de incentivo; e) funcional: vista por agências externas como um meio de atingir metas de projetos com custos reduzidos, onde a participação se resume a discussões em grupo para atingir objetivos pré-determinados; f) interativa: as pessoas participam na análise conjunta, no desenvolvimento de planos de ação e na formação ou fortalecimento de instituições locais, de modo que os grupos adquiram o controle das

decisões locais e determinem a disponibilidade de recursos a serem usados; g) mobilização própria: a participação das pessoas independe de instituições externas e contribui para manter o controle sobre a aplicação dos recursos (PRETTY et al., 1997, p. 62- 63).

Podemos constatar que os quatro primeiros tipos descritos não podem ser considerados como sendo de formas adequadas de participação, devido ao fato de não conseguirem estabelecer uma dinâmica de inclusão das pessoas da localidade.

Contudo, deve-se considerar que a participação de forma isolada não determina a qualidade dos resultados a serem obtidos, pois esses dependem da forma como o próprio processo é gerenciado, a diversidade e os interesses dos atores envolvidos, que são muitas vezes conflitantes e os recursos humanos e financeiros existentes.

As pressões sociais advindas do processo de produção agrícola, incluindo os serviços de ATER, cobram novas formas de atuação. O objetivo é a transformação das estratégias governamentais, por meio da adoção do controle social e da participação dos atores sociais nos processos que lhes afetam diretamente.

Ferreira (2007, p.129) aborda em seu trabalho o papel dos Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e sua afinidade com a Extensão Rural:

A recente difusão de Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável é, inegavelmente, uma valorização da democracia participativa, à medida que cria um ambiente propício à discussão de questões agrárias e garante, inclusive, autonomia para a gestão de recursos públicos. Entretanto, para que esse projeto cumpra o seu propósito é fundamental que os seus beneficiários estejam envolvidos nesse processo. Assim sendo, coloca-se como uma demanda imperiosa para os serviços de Extensão Rural envolver-se nesse debate, valendo-se de sua acessibilidade aos produtores rurais e ao meio institucional para facilitar a fluência do fluxo de informações em torno do processo que está em curso. [...] Cabe ao extensionista trabalhar junto a essas organizações de modo a despertar essa potencialidade, pois associações fortalecidas certamente constituirão um campo fértil para disseminação da política territorial. Balizados pelo conhecimento dessa política, os agricultores familiares poderão se apropriar da mesma e, cada vez mais, ser os gestores de seus próprios interesses.

Para promover esse novo desenvolvimento, acredita-se na necessidade de se propor e incentivar para que o sistema de extensão tenha um papel diferente do desempenhado na revolução verde deixando de ter o foco apenas em disseminar os conhecimentos técnicos, passando a visar um desenvolvimento socioeconomicamente equilibrado, ambientalmente sustentável, que permita a

melhoria das condições de vida com proteção ao meio ambiente (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Nesse contexto, constatamos que existe uma grande complementariedade entre as propostas da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e os Programas de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, o que pode ser verificado por meio das similaridades dos princípios e das diretrizes. Esse fato sinaliza que os objetivos são próximos e os instrumentos ou as ferramentas de trabalhos guardam importantes elementos de aproximação, o que pode refletir positivamente nas ações concretas de campo.

Analisaremos, agora, as questões relativas as metodologias empregadas pela ATER.

2.3 Da predominância da utilização das metodologias tradicionais às metodologias participativas na extensão rural

Não existe um método completo e perfeito, em termos de demandas técnicas e sociais, que possa ser adequado a todas as situações, momentos ou realidades vivenciadas por aqueles que atuam como responsáveis técnicos em áreas de assentamentos rurais e de agricultores familiares.

Segundo Rays (1996), o método traz dentro de si a ideia de uma direção com a finalidade de alcançar um propósito, não se tratando, porém, de uma direção qualquer, mas daquela que leva de forma mais segura à consecução de um propósito previamente estabelecido. O método implica, pois, um processo e uma integração do pensamento e da ação, como também a reação (imprevisível) para a consecução de tudo aquilo que foi previamente planejado. “A ideia de organização nele contida implica também o planejamento e o replanejamento (face ao aparecimento da reação) de procedimentos coerentes e coesos para o seu desenvolvimento integral” (RAYS, 1996, p.85).

Bordenave e Pereira (1980), há mais de três décadas já haviam frisado que método é um conjunto organizado de técnicas e procedimentos. Essas definições e considerações reiteram que o método é imprescindível para a realização de

trabalhos que visem ao alcance de determinados objetivos, sendo, portanto, uma escolha feita segundo as circunstâncias.

Lakatos e Marconi (2003, p. 85) o definem:

[...] o método é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Os serviços de ATER reservaram uma atenção especial com respeito aos métodos de trabalhos utilizados por seus agentes, valendo-se de um arsenal de recursos no que se veio a chamar de “metodologia de extensão rural”. Esses instrumentos contemplam um conjunto de técnicas e de abordagens para viabilizar a participação das pessoas em todas as fases do trabalho da extensão rural, efetivado com base no diálogo e na valorização dos conhecimentos, das experiências vividas e das potencialidades de cada um, identificando e buscando soluções para problemas de forma compartilhada.

A metodologia que é hoje preconizada deve englobar um conjunto de técnicas de abordagem e de sensibilização que provoquem no agricultor a motivação necessária para o desenvolvimento de iniciativas, tanto no âmbito estrito da extensão rural, entendida aqui como expressão da melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, quanto na esfera da assistência técnica propriamente dita.

A Política Nacional de ATER apresenta em seu conteúdo as influências dos debates relacionados à sustentabilidade e ao desenvolvimento rural. Buscou, na elaboração de seu projeto, uma forma participativa de ação no campo, com orientações metodológicas de cunho educativo, com a promoção da geração e apropriação coletiva de conhecimentos, com a construção de processos de desenvolvimento sustentável e com a adaptação e adoção de tecnologias voltadas à construção de práticas agrícolas consideradas sustentáveis (PNATER, 2004).

Para evidenciar como a questão metodológica está sendo entendida e trabalhada por diferentes executoras dos serviços de ATER, na execução das ações recomenda-se a adoção de diversos métodos, ferramentas e processos, com ênfase nas metodologias participativas que estimulem o diálogo com os agricultores familiares, comunidades tradicionais, pescadores artesanais etc.

Neste contexto, os métodos utilizados pela Extensão Rural são comumente divididos em quatro grandes grupos:

- a) Métodos individuais;
- b) Métodos grupais;
- c) Métodos massais;
- d) Métodos participativos.

Como exemplos do método individual, constam as visitas técnicas e unidades de observação, dentre outros. Nos métodos grupais, destacam-se as reuniões, as unidades de demonstrações e as excursões. Nos métodos de massa, são realçadas as grandes campanhas executadas pela extensão rural, exposições e os programas de grande alcance utilizando as mídias modernas. Entre as ações executadas por meio do método participativo, encontram-se os diagnósticos rurais participativos, a elaboração participativa de mapas, as unidades de experimentação participativa, a pesquisa-ação participativa, a sistematização de experiências e ranking diversos, tais como diagrama de análise institucional, ranking por comparação dois a dois e ranking das atividades agropecuárias, além de caminhadas e de diversos tipos de entrevistas.

Trabalhando a questão metodológica, a EMATER/GO, no documento elaborado para embasar o treinamento de extensionistas para atuarem no estado de Goiás, denominado de “Metodologia de Extensão Rural – Supervisão de Metodologia e Capacitação”, define metodologia como o estudo e a sistematização dos métodos adaptáveis ao trabalho de extensão rural, classificando-os com base no objetivo de possibilitar melhor seleção, combinação e equilíbrio. Com esse entendimento, esclarece:

1. Quanto ao alcance: Individual: contato, visita, entrevista e unidade de observação. Grupal: curso, excursão, dia de campo/dia especial, reuniões (RI e RD), unidade demonstrativa, demonstração de resultados, convenção/encontro, mutirão, concurso/torneio. Massal: campanha, semana, exposição. **2. Quanto ao efeito:** Motivacional: contato, visita com informação, excursão, dia de campo, reunião com informação, semana, campanha, exposição, convenção/encontro. Ensino técnico (prático): visita com demonstração, curso, reunião com demonstração, unidade demonstrativa, unidade de observação, demonstração de resultado. **3. Quanto ao uso:** Simples: contato, visita, entrevista, reunião com informação, reunião com demonstração, excursão. Complexo: curso, dia de campo, unidade demonstrativa, unidade de observação, demonstração de resultados, campanha, semana, exposição (EMATER, 2009, p. 18-20).

Várias são as técnicas utilizadas no processo de difusão e transferência de tecnologia, no conjunto considerado tradicional ou convencional. Vejamos alguns mais detalhadamente.

1 – Métodos individuais

O objetivo é atender os agricultores individualmente. Pode ser utilizado para o técnico conhecer a comunidade e conseguir a confiança dos líderes e público rural, bem como pode ser de grande eficiência no aprendizado. Os métodos individuais também permitem ao extensionista, através da troca de ideias com os produtores, conhecer as condições das populações rurais e das próprias comunidades. Os métodos individuais apresentam um custo bastante elevado devendo, dessa forma, serem bastante objetivos. Entre os métodos individuais destacam-se:

1.1 – Visita: é um método planejado que ocorre na unidade produtiva que permite prestar informações mais detalhadas, capacitar para adoção de tecnologia ou ensinar uma prática.

1.2 – Contato: é o único método não planejado. Destina-se a obter ou transmitir informações curtas, como um convite para reunião, avisar sobre vacinação, liberação de crédito etc. Ocorre em qualquer momento e em locais como banco, cooperativa, igreja ou comércio.

1.3 - Unidade de observação: é um método fechado ao público, pois tem o objetivo de testar a viabilidade de uma tecnologia, através de um experimento em bases científicas, na propriedade de um agricultor, cujas condições sejam representativas dos demais agricultores. Permite que o técnico tenha mais conhecimento e segurança para trabalhar a tecnologia, bem como uma melhor ligação com a pesquisa. Com esse método pretende-se “testar”, em condições reais de produção, a aplicabilidade de uma ou mais práticas agropecuárias não utilizadas pelos produtores rurais e nem amparadas pela pesquisa na região. Exemplos: teste de nova variedade, inseminação artificial, nova formulação de ração.

2 – Métodos grupais

O objetivo é alcançar as pessoas em grupo. Os métodos grupais proporcionam a troca de ideias entre os técnicos e o público. Ou seja, através de perguntas e respostas formam-se as opiniões sobre os assuntos discutidos ou apresentados. A vantagem dos métodos grupais é atingir-se, de uma única vez, um número maior de pessoas, sem que a relação produtor–extensionista sofra entraves. Os métodos grupais também facilitam a descoberta das lideranças comunitárias, a organização dos produtores e o desenvolvimento das pessoas através de discussões, demonstrações e informações. Possibilitam as trocas de experiências, permitem variações nos ensinamentos e os métodos que proporcionam menores custos. Destacam-se entre os métodos grupais os seguintes:

2.1 – Unidade Demonstrativa (UD): Método que visa a demonstrar o processo de aplicação de uma ou mais tecnologias, bem como suas vantagens, ao longo do tempo. Sua implementação implica a utilização de uma ou várias práticas de comprovada eficácia e rentabilidade, em uma determinada cultura ou criação, com o objetivo de que as mesmas sejam acompanhadas, avaliadas e adotadas por um grupo de produtores. Exemplos de uma UD: testar uma nova variedade de um determinado cultivo, consórcio, adubação verde e proteção de nascentes.

2.2 – Reunião: Método muito utilizado em Extensão Rural. Possui diversas formas: palestra, painel, seminário, congresso. Destina-se a informar e/ou capacitar sobre novas tecnologias e/ou debater assuntos diversos. Estimula a formação de lideranças, a integração e organização dos agricultores. Exemplos de temas para reunião: formação de cooperativa, formação de um mutirão para recuperação de ponte e palestra sobre aftosa.

2.3 – Curso: Destina-se a capacitar os agricultores, a curto prazo, para a utilização de tecnologias complexas ou de um conjunto de técnicas, ou em sistemas de produção completos. Normalmente dura mais de um dia, é trabalhoso, o custo pode ser elevado (transporte, alimentação, hospedagem). O grupo deve ser homogêneo e toma muito tempo do agricultor. Exemplos de temas de cursos: manejo integrado de pragas, plantio direto e inseminação artificial.

2.4 – Treinamento: Similar ao anterior podendo diferenciar em duração. Esse método é utilizado para transmitir conhecimentos práticos e propicia o desenvolvimento de habilidades.

2.5 – Excursão: Visa a mostrar uma ou mais tecnologias e/ou seus resultados em um ou mais locais distantes da comunidade. Deve ter número limitado de participantes, por razões de ordem logística e de custo. Exemplos de objetos de uma excursão: irrigação por gotejamento, cultivo agroflorestal, conservação de solos.

2.6 – Dia de Campo: Método planejado pelo qual se demonstra, em uma unidade de produção, a eficiência de uma série de práticas agropecuárias bem sucedidas, com o objetivo de motivar os produtores a adotá-las. Normalmente, o evento é realizado em propriedade de um produtor rural acessível às tecnologias ou nos experimentos de campo, tanto da pesquisa como da extensão. Pode ser utilizado para abordar temas como o uso de leguminosas, manejo integrado de pragas, manejo de pastagem e conservação de solos.

2.7 – Dia Especial: Visa à integração social e cultural, fortalecendo as relações pessoais e sociais, além de transmitir e obter informações diversas. Pode ser utilizado para comemorar, inaugurar, iniciar ou estimular determinados programas ou ações de caráter social, cívico ou de uma ação comunitária.

2.8 – Propriedade Demonstrativa (PD): Envolve todas as técnicas de um cultivo ou criação, permitindo motivar e capacitar os agricultores. Requer o uso de outros métodos e as condições da propriedade devem ser representativas da maioria dos agricultores. Como exemplo, temos PD de produção agroecológica, de arroz inundado.

3 – Métodos massais

O objetivo é alcançar as pessoas em massa, isto é, um número elevado ou mesmo indeterminado de pessoas. Não permitem o contato direto entre o extensionista e seu público, mas apresentam um custo unitário bastante baixo, pelo grande número de pessoas atingidas e pela rapidez com que as mensagens chegam até o público. Prestam-se para estimular interesses, e atrair atenção. Destacam-se como métodos de massa:

3.1 – Concurso de Produtividade: Serve para motivar os agricultores a adotarem as tecnologias propostas. É trabalhoso e exige organização e acompanhamento. Exemplos de concursos: concurso leiteiro, de milho, de soja ou maior fruto/legume.

3.2 – Exposição: Método planejado também conhecido como feiras. Visa a informar e a motivar sobre novas tecnologias e a estimular a integração e troca de experiências. Atinge grande número de pessoas.

3.3 – Campanha: Visa a informar sobre novas tecnologias e estimular o agricultor a aplicá-las em suas propriedades. Pode ter custo elevado. Exemplo de campanha: vacinação de aftosa e conservação de mananciais.

3.4 – Rádio e Televisão: Método de extensão planejado, de alcance massivo, com periodicidade regular, que consiste na utilização, pela equipe de técnicos, de emissoras radiofônicas ou televisivas da área de atuação para, através de programas ou segmentos, informar, motivar e divulgar as atividades dos técnicos no município.

Esse conjunto de métodos, também conhecidos como metodologias tradicionais foram muito utilizados pela Extensão Rural no Brasil. A rigor, pouco foi criado ou modificado durante esse longo período. Os critérios utilizados para estruturar tais procedimentos metodológicos tiveram sua referência no processo de difusão de tecnologia preconizado pela abordagem difusionista. O embasamento está relacionado a um processo linear no qual os centros de pesquisa geram tecnologias, cabendo aos agricultores adotá-las em suas propriedades. Não levam em consideração as diferenças existentes entre os agricultores, suas particularidades e geralmente elaboram “pacotes” com a ampla utilização de insumos industriais e grande dependência de capital. Teve um grande atrelamento com o crédito rural e começou a demonstrar seu esgotamento quando os recursos ficaram escassos e havia um difícil acesso pelos agricultores familiares e/ou pequenas explorações.

Os resultados alcançados com a utilização desses métodos são largamente questionados, pois não conseguiram modificar a realidade da agropecuária brasileira. Poucos agricultores foram beneficiados, aumentando a concentração de renda no setor e excluindo os que não conseguiam acompanhar a “evolução” da

tecnologia. Também encontramos sérios comprometimentos ambientais com o uso indiscriminado dos “pacotes” recomendados

Para reverter esse quadro e democratizar o acesso à tecnologia foram pensados outros procedimentos embasados em novos critérios e conceitos que passamos a conhecer como metodologia participativa.

Os métodos participativos, desenvolvidos nas últimas décadas, utilizam, entre outros recursos, as chamadas dinâmicas de grupo. Esses novos procedimentos estão sendo adotados na promoção do desenvolvimento sustentável e no estabelecimento de estratégias eficazes destinadas a diminuir as desigualdades constatadas em diversas regiões rurais, notadamente em áreas de assentamentos rurais.

Segundo Abramovay (1997, p.150):

Métodos não se limitam a técnicas de comunicação, nem estas são o seu aspecto mais relevante. Esta absolutização das técnicas de comunicação será tanto mais acentuada, quanto mais o extensionista encarar sua missão como a de levar conhecimentos novos a populações desprovidas de qualquer saber. [...] a extensão rural é um diálogo de saberes, uma descoberta coletiva de potenciais que a organização social será capaz de trazer à luz (ABRAMOVAY, 1997, p. 150).

Nesse mesmo trabalho, Abramovay (1997) registra a vinculação histórica entre extensão e crédito agrícola e os reflexos decorrentes das metodologias utilizadas pelos extensionistas. Afirma que o principal desafio metodológico da extensão deve ser entender o extensionista como um agente de desenvolvimento, a partir de um amplo processo de mobilização social.

Em um trabalho no qual analisou a atuação da extensão rural em áreas de assentamento, Dias (2004, p. 536) abordou a questão metodológica, concluindo que:

A construção de referenciais ou princípios metodológicos deve, ao mesmo tempo, orientar e ser orientada pelos processos de capacitação dos técnicos e dos agricultores, reduzindo as distâncias entre as intenções e o campo das relações sociais concretas em que a proposta se realiza. Dessa forma, a noção de desenvolvimento participativo seria compreendida como um processo no qual os técnicos e os agricultores construiriam, ao decorrer dos trabalhos, capacidades técnicas e políticas para intervir nos rumos das próprias intervenções, fazendo valer suas habilidades e projetos (DIAS, 2004, p. 536).

Analisando os demais instrumentos utilizados pelos responsáveis pela ATER, plano de ações, procedimentos metodológicos, dentre outros aspectos, desejamos verificar e compreender como esse serviço se insere no cotidiano dos assentados da reforma agrária. Essas metodologias podem ser utilizadas para análise, avaliação, pesquisa e planejamento, podendo ser empregadas em comunidades, em pequenos grupos e em organizações grandes ou pequenas.

Caporal (2002) menciona o trabalho de Queda (1987, p. 2-3), segundo o qual as avaliações internas dos serviços de extensão podem ser feitas mediante o estudo dos métodos que levem em conta a relação com o público e os critérios de medidas de eficácia, incluindo ainda a avaliação de obstáculos que impedem o desempenho satisfatório dos serviços de extensão rural.

Como constatamos, os procedimentos metodológicos podem ser um valioso elemento de avaliação dos serviços de extensão. Com esse mesmo entendimento podemos utilizar as metodologias participativas para verificar a adequação do serviço de extensão à nova realidade que se descortinou após a aprovação do PNATER.

Chambers (2010) define as metodologias participativas como combinações de abordagens e de métodos, por meio dos quais as pessoas são provocadas a fazer as coisas de forma adequada.

Existem diversas denominações e variações dessas metodologias participativas: Diagnóstico Rural Participativo (DRP), Pesquisa e Desenvolvimento (PD), Unidades de Experimentação Participativa (UEP), Desenvolvimento de Tecnologia Participativa (DTP), Escolas de Campo de Agricultores (ECA), Manejo Florestal Participativo (MFP), Orçamento Participativo (OP), dentre outras.

Contudo, eles apresentam algumas etapas comuns, quais sejam, diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação. Todos os procedimentos metodológicos enquadrados como participativos buscam formas de permitir um maior envolvimento das pessoas em todo o processo. Alguns diferenciam apenas na forma de abordagem, já que os conteúdos são geralmente similares, apresentando pequenas diferenças na maneira de condução.

A partir da instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a questão metodológica ganhou uma grande dimensão, uma vez que o art. 3º da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2011, que estabelece os princípios dessa política, determina, em seu Item III, a adoção de metodologia

participativa com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública. Concretamente diz que:

A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural preconiza que a missão da ATER brasileira é: participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria de qualidade de vida da sociedade. (MDA, 2004, p. 9).

O próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela implantação destas ações, reconhece que o serviço da ATER no país ainda não se apropriou, integralmente, dos princípios e das diretrizes propostas. Isso se confirma na pluralidade de práticas extensionistas adotadas pelas diversas organizações de ATER, algumas, inclusive, inadequadas à abordagem pedagógica definida na PNATER.

Tanto os objetivos como as diretrizes dessa política enfatizam a necessidade de que a práxis extensionista seja baseada em metodologias que assegurem a participação dos beneficiários em todas as fases do processo de desenvolvimento: diagnóstico, monitoramento, avaliação e reprogramação de ações. Uma das premissas dessa participação/inclusão dos agricultores familiares nos programas de desenvolvimento local sustentável diz respeito à necessidade da realização de um diagnóstico em que um conjunto de quesitos dos grupos comunitários (aspirações, práticas, saberes, valores e perspectivas) seja reconhecido e considerado na formulação dos trabalhos de extensão rural. Para tanto, o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) se apresenta como um importante instrumento de trabalho.

Esse método é descrito por Verdejo (2006) como um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e comecem, a partir daí, a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Dessa maneira, os participantes devem compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e de ação. Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas.

Esse conjunto de técnicas se insere no contexto de processo educativo amplo

que permite fazer aflorar as percepções e as capacidades das pessoas e dos grupos comunitários, podendo também se transformar em um sólido instrumento de apoio à participação dos agricultores familiares em todas as fases de elaboração e execução dos projetos de desenvolvimento, bem como auxiliar nos procedimentos avaliativos desses projetos.

Para Chambers (1992), o DRP pode ser descrito como um conjunto de enfoques e métodos que permite à população local compartilhar, analisar e aperfeiçoar seus conhecimentos sobre as suas condições de vida, com o objetivo de planejar e agir. Um dos objetivos básicos do DRP é sistematizar as informações sobre uma determinada localidade, atentando para seus problemas e suas potencialidades, e visando à elaboração de programas de desenvolvimento. Além disso, esse método busca ampliar a capacidade crítica das pessoas em relação aos seus problemas cotidianos. Nesse caso, o DRP funciona como uma espécie de ponte entre a realidade local e os agentes externos, valorizando a participação dos beneficiários nos projetos de desenvolvimento.

Segundo Altafin (1999), o instrumental metodológico que compõe o DRP objetiva facilitar o processo exploratório inicial. A partir daí, ele pode ser útil para o aprofundamento de um aspecto considerado relevante, necessitando ser conhecido em todos os seus detalhes. O DRP também contribui com o monitoramento do trabalho, investigando a aprovação e a satisfação da população com os rumos tomados ou as correções necessárias ao longo do tempo.

Tratando sobre o tema, Caporal (2002) discorre que o DRP é uma metodologia adequada para trabalhar com grupos, com condições mais ajustadas, contribuindo para reduzir os custos da atividade extensionista. Esse autor afirma que o DRP é um método participativo que permite uma maior “apropriação e análise” de informações por parte das famílias rurais envolvidas e seu papel nas ações. Ou seja, com o DRP, diminui o papel de agentes externos, enquanto aumenta o papel das famílias rurais em todas as fases do ciclo de um projeto levado a cabo em uma determinada localidade ou comunidade.

Há um conjunto de técnicas que podem ser adotadas, as quais convertem o DRP num instrumental metodológico aberto, flexível e transparente. Entre essas técnicas, destacam-se a elaboração participativa de mapas, as entrevistas para resgate de aspectos históricos, as evoluções temporais, as caminhadas exploratórias, os diagramas e as representações.

Chambers (1992) também identificou quatro grandes áreas em que o DRP é bastante utilizado, quais sejam: gestão de recursos naturais, redução das desigualdades, saúde, nutrição e desenvolvimento rural propriamente dito. Nesse último caso, o DRP fornece auxílio tanto na avaliação dos recursos disponíveis como em outras questões que afetam as necessidades prementes das comunidades rurais (organização da produção, comercialização, crédito, etc.).

Pretty e Vodouchê (1997, p. 63-64) descrevem alguns procedimentos metodológicos comumente utilizados no diagnóstico rural participativo:

Caminhadas transversais e observação direta: Esse tipo de caminhada é uma técnica muito simples para encorajar a equipe a explorar todas as características espaciais da área em estudo. A equipe percorre os limites da área, se possível acompanhada pelos moradores, reconhecendo diferenças no uso do solo, vegetação, relevo, tipo de solo, principais culturas e criações, práticas culturais, infraestrutura, rebanho, disponibilidade de água, manejo etc. Os resultados podem ser mapeados em um diagrama. O técnico deve indagar sobre tudo que observar com “o que, quando, quem, por que e como”. Observa cuidadosamente e anota todas as informações.

Entrevistas semiestruturadas: Constitui uma das principais técnicas utilizadas no diagnóstico participativo. São entrevistas que não usam questionários ou roteiros formais, mas apenas uma lista de questões que funcionam como roteiro flexível. Ao contrário do que acontece em questionários formais, muitas questões são formuladas durante a entrevista, como se fora uma entrevista jornalística. Se, durante a entrevista, algumas das questões do roteiro parecerem irrelevantes, elas deverão ser descartadas. Usando a orientação específica, a equipe multidisciplinar coloca questões e temas e acrescenta as sugestões que surgirem.

Elaboração participativa de mapas: A elaboração de mapas dentro de um processo de diagnóstico rural participativo tem como principal função conhecer os diversos aspectos de uma área rural, na perspectiva dos próprios moradores. É uma forma que o agente de desenvolvimento tem para compreender como a população

vê sua própria comunidade, seus aspectos relevantes, suas limitações, seus problemas, seus recursos, seus pontos positivos e assim por diante.

Esse tipo de mapa também pode ser útil para a determinação dos limites da comunidade, das vias de acesso, dos recursos naturais existentes, das áreas cultivadas, da localização das habitações e demais estruturas físicas, dentre outros aspectos. No entanto, é importante ter sempre em mente que não é objetivo dessa técnica o desenho preciso e acurado de um mapa da comunidade. O fundamental é ver a comunidade pelos olhos da população, mesmo que produto final seja um mapa pouco preciso, com imperfeições em termos de escalas e localização.

Calendários sazonais e perfis de atividade: Esse tipo de técnica é utilizado para ampliar o entendimento dos ciclos dentro do sistema de vida local. O objetivo é demonstrar, mês a mês, características da região estudada tais como: precipitação das chuvas, utilização das fontes de água, sequência dos cultivos, alimentação dos rebanhos, demanda de trabalho e disponibilidade de mão de obra, dentre outras. Calendários sazonais podem ser desenhados de forma linear com doze meses para mostrar um ano típico, ou 18 meses para ilustrar mudanças entre anos, ou podem ser desenhados em um círculo. Atividades diárias podem ser igualmente exploradas por mapearem atividades típicas para cada hora do dia, a quantidade de esforço, o tempo necessário e o local de trabalho. Esses aspectos podem ser comparados entre homens, mulheres, velhos, jovens e outros.

Perfis históricos, tendências e cenários: Essas técnicas são utilizadas como auxiliares para entender mudanças anuais em aspectos como uso do solo, erosão, precipitação pluvial, cobertura vegetal, migrações e oportunidades econômicas. Elas permitem identificar as limitações e as oportunidades-chaves que aconteceram no passado e ajudam no planejamento de atividades futuras. As análises históricas incluem relatos detalhados do passado. A construção de possíveis cenários futuros podem ajudar o grupo a perceber que existem perspectivas positivas a partir do trabalho conjunto e mesmo identificar e antecipar possíveis dificuldades naturais do processo de mudança de uma comunidade ao assentamento rural.

Diagramas de Venn e os diagramas de rede: Envolvem o uso de círculos de papel ou cartão para representar as pessoas, grupos e instituições. Esses são organizados para representar as ligações reais e distância entre indivíduos e instituições. Esse método é muito utilizado para estudar o relacionamento existente entre diversas instituições que atuam no meio rural, podendo indicar proximidade, ou evidenciar disputas entre elas. Um exemplo é a relação da ATER com prefeituras, ou mesmo com sindicatos e cooperativas.

Ranking por comparação dois a dois: Esse tipo de ranking é uma técnica que permite estabelecer prioridades, frente a uma lista de tópicos que podem ser problemas, atividades desenvolvidas e variedades, entre outros. É uma técnica que procura ajudar os membros da comunidade na discussão e decisão sobre suas prioridades. Nessa o ranking e os itens de interesse são comparados par a par; informantes são perguntados sobre qual dos dois eles preferem. Tal procedimento metodológico é utilizado muitas vezes para auxiliar um grupo a tomar uma decisão coletiva, escolhendo entre varias alternativas qual é a mais interessante, segundo os critérios utilizados.

Ranking de atividades agropecuárias: Esse é um tipo de ranking ou score que permite a comparação entre as atividades agropecuárias desenvolvidas em determinada área, colocando-as em ordem de importância segundo critérios definidos por um grupo de pessoas da população. É uma técnica de análise que pode ser utilizada de forma combinada com outras técnicas. Além de fornecer informações aos agentes de desenvolvimento, essa técnica também possibilita a análise e reflexão da população sobre os problemas e potencialidades do seu próprio trabalho. Dessa forma, torna-se possível contribuir para um maior interesse e participação da população nas áreas voltadas ao desenvolvimento agrícola.

De um modo geral, podemos afirmar que esse conjunto de procedimentos metodológicos ajuda a superar os problemas dos métodos tradicionais utilizados pela extensão rural. Para explicar esse aspecto, são apresentadas as comparações entre as metodologias tradicionais e as participativas, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entidade representante dos trabalhadores rurais que também engloba alguns setores da agricultura familiar e de

assentados da reforma agrária.

Observam-se, no quadro 1, os métodos participativos comparados aos considerados tradicionais. Esses instrumentais foram pensados para atingir objetivos aos quais as metodologias tradicionais não podem alcançar, sobretudo, no intuito de alavancar o processo de desenvolvimento das comunidades rurais por meio da participação efetiva dos agricultores na condução dos próprios destinos. As metodologias participativas inicialmente foram muito utilizadas em projetos pilotos ou áreas de pesquisa. Hoje são o referencial preconizado pelas entidades responsáveis pela ATER após a implantação da PNATER.

As metodologias consideradas como tradicionais são também referidas como convencionais. Muitas dessas metodologias consideradas tradicionais foram muito utilizadas no período no qual predominou a abordagem, produtivista/difusionista, porém os resultados são hoje questionáveis.

Quadro 1 – Metodologias tradicionais *versus* metodologias participativas.

ASPECTOS	CONVENCIONAIS	PARTICIPATIVAS
Ponto de partida	Coisas	Pessoas
Modo	Plano previamente definido	Processo de aprendizagem
Objetivos	Pré-determinados	Evolutivos
Análise	Reducionista	Holística
Palavra-chave	Planificação	Planificação participativa
Tomadas de decisões	Centralizada	Descentralizada
Relações com público	Controlar, induzir	Elevação de seu poder
Métodos	Universais e normalizados	Diversos e adaptados
Tecnologia	Pacote fixo	Opções variadas
Produtos do projeto	Infraestrutura	Competências das pessoas

Fonte: CONTAG (1998). Programa de Formação de Lideranças e Técnicos em Desenvolvimento Local Sustentável.

Dessa forma, observa-se que o método participativo responde a uma grande quantidade de questões que perpassam as formulações e execuções dos projetos de desenvolvimento e que colocam os beneficiários dessas ações como protagonistas de um processo mais amplo.

Essas preocupações foram recentemente objeto de amplo debate durante a 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural (2012), em seu eixo temático cinco (metodologias e abordagens de extensão rural), confirmando a necessidade de novos esforços para a implantação de todas as ações preconizadas no PNATER. Nesse sentido,

A PNATER que orienta os serviços públicos de ATER no país desde 2003, e têm expressado em seus princípios e diretrizes, os conceitos de uma pedagogia dialógica e participativa. Constata-se, entretanto, que o serviço de ATER no país ainda não se apropriou integralmente desses princípios e diretrizes. Isso se confirma na pluralidade de práticas extensionistas adotadas pelas diversas organizações de ATER, algumas inclusive, incoerentes com a abordagem pedagógica definida na Pnater. (MDA, 2010, p. 7).

Como é possível verificar, existem similaridades e diversidades na forma de abordagem da temática metodológica, o que realça a importância e a contemporaneidade de estudos dessa natureza. Os procedimentos metodológicos são utilizados como ferramentas nas ações do extensionista para alcançar determinados fins ou metas, buscando o envolvimento dos agricultores e a compreensão do alcance de diferentes formas de atuações nos mais diversos contextos.

A questão primordial é saber em que medida o caso analisado, a assistência técnica prestada aos assentamentos da reforma agrária de Jataí, se identifica com a força desses imperativos. Em última análise, é esse o foco essencial desta pesquisa.

3 O SERVIÇO DE ATER

3.1 A importância da ATER

A ATER, em linhas gerais, consiste em um serviço de educação não formal direcionado aos agricultores familiares, aos assentados da reforma agrária, aos povos indígenas, aos remanescentes de quilombos, dentre outros, valendo-se de um arsenal metodológico e um instrumental diversificado para alcançar diversos objetivos, como promover processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários (MDA, 2006).

É considerado um serviço essencial para o desenvolvimento de uma comunidade rural e que demanda uma atuação não apenas técnica, mas principalmente, com uma visão mais ampla dos fatores sociais, ambientais, econômicos e políticos que afetam a realidade das famílias que vivem no meio rural.

A definição de extensão rural sempre provocou discussões. Ao longo do tempo, ela foi incorporando diversos aportes para o seu entendimento atual enquanto serviço (público ou privado) prestado aos agricultores e a outras coletividades.

A Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) definiu extensão rural como um processo cooperativo, baseado em princípios educacionais, com a finalidade de levar, aos adultos e aos jovens do meio rural, ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando a modificar hábitos e atitudes da família nos aspectos técnicos, econômicos e sociais, possibilitando-lhes

maior produção e melhora de produtividade, elevando a renda e melhorando seu nível de vida.

Segundo Almeida (1989, p. 9):

Extensão rural compõe-se de duas dimensões: uma comunicacional e outra educacional, sendo um processo dinâmico que consiste em levar ao produtor rural informações úteis e relevantes (dimensão comunicacional) e ajudá-lo a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para utilizar com eficiência essas informações (dimensão educacional). O objetivo final desse processo é o de tornar o agricultor capaz de melhorar o seu nível de vida, pela utilização racional e efetiva dos conhecimentos, habilidades e informações adquiridas. Neste sentido, a extensão rural se confunde com a educação não formal e suas metodologias de trabalho são, de fato, empregadas em programas não especificamente agrícolas, tais como higiene, desenvolvimento comunitário ou planejamento familiar. A extensão rural é, portanto, um termo amplo, abrangendo as mais variadas atividades rurais, envolvendo diferentes tipos de organizações (públicas ou privadas) para atingir diversos públicos (homens, mulheres, jovens) com diferentes mensagens sociais. (ALMEIDA, 1989, p. 9)

Existem várias definições de extensão rural com base em dois componentes fundamentais, a saber, o comunicacional e o educacional. A dimensão comunicacional é tida como um processo dinâmico que consiste em levar ao produtor rural informações úteis e relevantes para seu aprendizado, de acordo com o seu campo de interesse. A dimensão educacional visa ajudar o produtor rural a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para utilizar com eficiência essas informações. Dessa forma, a extensão rural se confunde com a educação não formal, tendo por objetivo final a melhoria do nível de vida de seu público-alvo.

A contribuição de Freire (1979) sobre o papel da extensão rural no Brasil surge durante um período turbulento da história, a ditadura militar, quando abordou, a partir de uma análise semântica, os vários significados do termo "extensão". Freire mostra como o significado desse termo engloba ações que transformaram o agricultor, durante o auge da revolução verde, em objeto e não em coadjuvante da ação educativa de caráter libertador. Nesse sentido, o autor destaca ainda o papel do extensionista como educador, o qual deve se colocar no mesmo nível do aprendiz, na produção do conhecimento e em ações geradoras de autonomia, proporcionadas pelo diálogo. Essa postura pedagógica do educador promove o diálogo entre o conhecimento empírico e o científico, a fim de construir um novo conhecimento.

Caporal (2003) expõe seu entendimento sobre a definição de extensão rural, a qual pode ser compreendida como uma intervenção deliberada, de natureza pública ou privada, em um dado espaço rural. É realizada por agentes externos ou por indivíduos do próprio meio, sendo orientada à realização de mudanças no processo produtivo agrosilvopastoril, ou em outros processos socioculturais e econômicos inerentes ao modo de vida da população rural implicada. Assim, subentende-se que o principal objetivo da extensão rural é a contribuição para o desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população. O que possibilita obter uma visão sólida sobre extensão rural é o estímulo à população rural para o processamento de mudanças que vão desde a maneira como ela realiza o trabalho no campo até como educa seus filhos, trabalhando em favor da própria comunidade.

A forma de entendimento do que de fato é a extensão rural muitas está correlacionada à visão predominante de cada época. Em sua implantação, no Brasil, apropriou diretamente o contexto mundial e passou a ser definida como um serviço de ajuda e colaboração para superar os grandes entraves existentes na agricultura.

Peixoto (2008, p. 7) estabeleceu alguns aspectos que, no seu entendimento, diferenciam a ATER. Nesse trabalho, assegurou que os conceitos evoluíram com o tempo devido às mudanças conjunturais e às particularidades da dinâmica e da estrutura socioeconômica e cultural de cada país.

Como processo, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não. Neste caso, a extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de ATER, organizações não governamentais, e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica. (PEIXOTO, 2008, p. 7)

Não obstante, o entendimento dessa definição foi sendo consolidado, a partir do estabelecimento de uma legislação específica que trata desse objeto, por meio da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

Entende-se por ATER um serviço de educação não formal, de caráter continuado no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e

não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Os princípios dessa lei são:

I – desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; II – gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; III – adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar e interdisciplinar, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; IV – equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e V – contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Em sua forma de atuar, a ATER procura atender às diferentes demandas de seus beneficiários diretos, levando em consideração as diversidades regionais e a condição específica de cada agricultor, no sentido de desencadear um processo de desenvolvimento autônomo dessas comunidades.

A política de ATER passou a ser uma das prioridades estratégicas da política agrícola brasileira, pois é ela que possui a capacidade real de garantir o melhor aproveitamento de diversas ações de governo, a exemplo do adequado uso do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), garantindo que a produção agrícola desses agricultores seja melhorada. O mesmo pode ser dito com relação a programas, como o do biodiesel ou a produção de alimentos para a alimentação escolar.

Entre os programas e ações voltados a agricultores familiares e a assentados da reforma agrária, e com a ativa e direta participação da ATER, podemos ainda destacar: Plano Nacional de Reforma Agrária, Seguro de Agricultura Familiar, e Programa Nacional de Agroindústria Familiar, entre outros.

Muitos programas ou projetos específicos são empregados pelo poder público como instrumentos para implantar ou operacionalizar algumas políticas públicas, que podem ser consideradas como um conjunto de ações organizadas de forma coerente para se alcançar determinados objetivos, que na maioria das vezes buscam resgatar ou criar condições para a melhoria de coletividades consideradas vulneráveis da sociedade.

Segundo Teixeira (2002, p. 2), políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade ou mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em

documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações as quais normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Dessa forma, as políticas públicas têm como objetivo responder as principais demandas da sociedade, em diversos setores como os que dizem respeito às classes mais marginalizadas, a efetivação dos direitos de cidadania, as relacionadas à gestão econômica como também as que dizem respeito à educação.

Com relação ao PRONAF, a ATER realiza estudos técnicos com a finalidade de buscar alternativas de produção para as propriedades familiares. Elabora projetos técnicos de financiamento, acompanha a liberação e depois auxilia na execução das atividades programadas. Pode também realizar diagnósticos mais detalhados de comunidades rurais e atuar no apoio das outras linhas do programa.

O Programa Nacional de Reforma Agrária pressupõe a disponibilização de um serviço de ATER, para permitir que os assentados tenham acesso ao conhecimento e às tecnologias apropriadas. Essas ações devem estar orientadas por projetos produtivos adequados às potencialidades regionais e às especificidades de cada bioma, em que pese o compromisso com a sustentabilidade ambiental. Uma estratégia conjunta de produção e de comercialização abre, em tese, novas possibilidades econômicas para os assentamentos e para sua integração em uma dinâmica de desenvolvimento territorial e formadora de tecido social.

Para o Programa do Seguro de Agricultura Familiar (SEAF), a ATER atua orientando os agricultores familiares sobre as formas de acesso a esse benefício. Quando constatada perda de safras, os extensionistas fazem vistorias nas lavouras, emitem laudos que retratam a situação das plantações e encaminham tais documentos ao agente financeiro, para que os agricultores recebam os benefícios a que tiverem direito.

No Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a atuação direta do serviço ATER recai sobre a identificação dos agricultores e de grupos que têm produtos excedentes para atender a esse mercado institucional. Os extensionistas ajudam na organização da produção e assessoram os agricultores sobre os mecanismos de acesso ao programa.

A política similar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa iniciativa atualmente visa a atender a adequada alimentação dos estudantes por meio de um conjunto de ações que preconizam que, pelo menos 30% dos recursos da alimentação oferecida nas escolas seja adquiridas de agricultores

familiares. Nesse programa, a ATER atua na organização dos produtores de modo que possam atender a essa demanda com produtos *in natura* ou transformados mediante processos agroindustriais.

O Programa de Biodiesel torna obrigatório o uso de uma determinada porcentagem desse produto no óleo diesel consumido no país. Prevê incentivo às empresas cooperativas que optarem por comprar parte de sua produção da agricultura familiar. Os produtores devem receber assistência técnica e firmar contratos antes do plantio, mediante aprovação de uma representação da agricultura familiar, o que confere ao biodiesel o “Selo Combustível Social”. A ATER orienta e informa sobre as possibilidades de acesso dos agricultores a esse programa. Além de fornecer orientações técnicas sobre o plantio das oleaginosas, discute a importância da diversificação da produção, evitando prejuízos à produção dos alimentos básicos e de subsistência.

O Programa Nacional de Agroindústria Familiar busca a promoção de produtos dessa natureza e o estímulo ao aperfeiçoamento do marco legal para facilitar a inserção da agricultura familiar nesses processos. A ATER colabora para que os agricultores verticalizem sua produção e agreguem valor aos seus produtos. Elabora, além disso, projetos técnicos de agroindústrias adequados à realidade local e ao produto a ser industrializado. Também orienta as famílias de agricultores a aproveitar, de forma integral, o excedente da produção agrícola, inclusive com estratégias de transformação e de armazenamento.

Estudos efetivados atualmente tentam captar, de forma direta ou indireta, o papel da ATER em diferentes programas governamentais. Esses trabalhos demonstram a interface da ATER com outras ações que contemplam o desenvolvimento das comunidades rurais.

Sacco dos Anjos et al. (2004) estudaram a inadimplência em contratos do PRONAF no Brasil e demonstraram que, do ponto de vista dos contratos de assentados e de beneficiários do crédito fundiário, as raízes do não cumprimento dos pagamentos junto aos agentes financeiros repousam nos problemas decorrentes da precariedade da assistência técnica prestada aos agricultores, além de outros aspectos. Nesse mesmo estudo, constataram que a inadimplência é mais elevada entre os beneficiários da reforma agrária e dos programas de crédito fundiário, notadamente nos contratos de custeio e nas unidades da federação em que a extensão rural pública sofreu profundas mudanças nas últimas décadas.

Concluíram que existe um consenso no sentido de reconhecer que o PRONAF depende da extensão rural na mesma medida em que a extensão rural depende do PRONAF.

Breda e Santos (1995) evidenciaram a importância do trabalho da extensão rural, citando o caso da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) em apoio às organizações de famílias rurais, apresentando, como exemplo, sua atuação junto aos condomínios de suinocultores, armazéns comunitários, grupos de mecanização, grupos de comercialização, associações de mecanização, associações de industrialização, entre outras. O trabalho surgiu da demanda dos agricultores familiares da região e confirmou que, com uma atitude participante e ativa, o extensionista da EPAGRI atuou como dinamizador da associação, proporcionando maior autonomia aos produtores.

Silva Junior (2005, p. 183), em um estudo realizado no assentamento Santa Tereza, município de Porangatu/Goiás, apontou que a ineficiência técnica e econômica identificada nesses âmbitos deve-se à ausência da assistência técnica, a qual continua sendo um fator limitante ao crescimento da renda e do bem-estar dos assentados, mesmo entre os que já consolidaram seus investimentos em infraestrutura básica.

Gabriel et. al. (2004, p. 447), analisando a agricultura familiar e a extensão rural na região do Triângulo Mineiro, evidenciaram que:

[...] a política pública de ATER é um valioso instrumento de geração de renda e promoção de desenvolvimento sustentável no campo, sobretudo para o setor de produção dos gêneros alimentícios básicos e em menor escala. Os resultados obtidos pela pesquisa, junto à observação in loco durante as entrevistas, permitem inferir que a extensão rural possui potencialidade para cumprir esta função junto à agricultura familiar que abastece, com seus produtos, a cidade de Uberlândia.

Vriesman et. al. (2012, p. 138-149) em um estudo acerca da ATER e do processo de certificação de produtos orgânicos conduzido no Estado do Paraná demonstraram que no Brasil:

[...] existem três formas de garantir a qualidade do produto orgânico: controle social, sistema participativo de garantia e a certificação por auditoria. Os autores afirmam que esses processos são complexos, notadamente para a agricultura familiar, e que os serviços de ATER podem garantir a qualidade dos alimentos orgânicos, tornando-se essencial para o acesso ao mercado consumidor e para garantir a credibilidade desses

produtos e, assim, consolidar a agricultura orgânica como instrumento para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Os autores ainda destacaram a necessidade de expansão dos serviços de ATER para atender a essas demandas e expandir a certificação na agricultura familiar. O incentivo dos programas governamentais em auxiliar os agricultores familiares a se adequarem às regulamentações orgânicas é de grande importância. Entretanto, devemos considerar a necessidade de auxílio às unidades para a manutenção das certificações, principalmente em pequenas propriedades de base familiar.

Guardadas as devidas proporções, registramos algumas experiências internacionais que corroboram o que aqui estamos tratando, ou seja, a importância dos serviços de Extensão Rural para os agricultores, notadamente os pequenos.

Koyenikan (2008, p 61), em sua pesquisa sobre “As Questões de Política de Extensão Rural na Nigéria”, assegurou que a agricultura é a base do desenvolvimento econômico naquele país. No entanto, o desenvolvimento não pode ser conseguido sem um sistema de extensão eficiente e eficaz. Assim, existe a necessidade de uma política de extensão bem articulada e abrangente. Concluindo que a extensão é crucial para o desenvolvimento do setor agrícola e do desenvolvimento nacional em geral.

Lan (2006, p 526), em um estudo de caso realizado na Ásia, analisou as redes sociais e o acesso à informação, identificando implicações para a extensão rural em uma comunidade agrícola arrozeira no norte do Vietnã, e assinalando dentre outros aspectos que as comunidades rurais não são entidades homogêneas, mas uma combinação de redes complexas de relações sociais. Esse estudo de caso realizado em Phieng, aldeia Lieng, nas montanhas do norte do Vietnã, forneceu evidências para a necessidade da prestação eficiente dos serviços de extensão e intervenções de pesquisa e desenvolvimento a nível micro.

Krieger e Simões (1988, p 75) acompanharam a zona agrária da Cova da Beira Portugal, onde foi implementado o novo sistema de extensão rural cujo objetivo principal é a transferência de tecnologia de irrigação para explorações agrícolas. Buscaram demonstrar que, em um curto período de tempo e através de uma exploração agrícola intensiva e aplicada sistematicamente, envolvendo o treino e a participação ativa do grupo objetivo, podem obter-se consideráveis acréscimos de rendimento e melhoria de condições de vida em explorações do tipo familiar. A

disponibilidade de crédito por curtos períodos de tempo, assim como de fatores de produção e facilidades de mercado são fatores essenciais para a continuação e o desenvolvimento de um projeto de extensão.

Os estudos anteriormente apresentados vêm ao encontro das premissas do estudo aqui proposto, no sentido de mostrar que a ATER ocupa um papel relevante no processo de desenvolvimento da agricultura familiar e melhoria das condições de vida dos assentados da reforma agrária, não obstante um cenário de grandes dificuldades. Assim sendo, todos os esforços para analisar a atuação da ATER são muito válidos para aperfeiçoar esse tipo de serviço prestado às famílias rurais, seja ele de caráter público ou privado.

3.2 A ATER no Mundo

Jones e Garforth (1997) descreveram a origem, o desenvolvimento e o futuro da extensão rural, proporcionando uma reflexão muito oportuna sobre esse assunto, ao retratarem alguns aspectos da trajetória histórica da ATER em diversos países do mundo. Segundo esses autores, o uso do termo “extensão” tem sua origem no desenvolvimento educacional ocorrido na Inglaterra durante a segunda metade do século XIX. Nesse período, as discussões tiveram início nas universidades de Oxford e de Cambridge, sobre como essas instituições poderiam colaborar com as necessidades educacionais das populações em rápido crescimento na área industrial urbana daquele país.

As primeiras iniciativas foram designadas como “extensão universitária”, as quais tiveram êxito e despertaram o interesse da comunidade acadêmica, fato que colaborou para a consolidação de movimentos similares antes do final do século. Inicialmente, as ações eram desenvolvidas por meio de palestras com temáticas específicas. Os primeiros temas voltados aos assuntos agrícolas foram desenvolvidos por professores itinerantes nas zonas rurais (JONES, 1997).

O crescimento e sucesso desse trabalho na Grã-Bretanha influenciou o início de atividade similar nos Estados Unidos da América. Nesse país, o serviço de

extensão rural teve sua origem no Land Grant College Act¹ em 1862, que transferiu às universidades americanas a responsabilidade de ensinar aos agricultores os resultados das pesquisas, no sentido de implantar a agricultura mecanizada. O trabalho externo desenvolvido por essas escolas agrícolas buscou atender às necessidades de famílias de agricultores, gerando muita repercussão e grandes impactos, e isso fez com que ele se tornasse formalmente organizado já àquela época. Esse trabalho empregou o termo extensão, usado até os dias atuais.

No entanto, dois acontecimentos ocorridos após 1850 foram considerados significativos para o desenvolvimento da extensão rural nos Estados Unidos. O primeiro foi a Lei Morrill de 1862, assinada pelo Presidente Lincoln, a qual determinava a criação de faculdades estaduais “da agricultura e das artes mecânicas”. O outro evento foi o início da organização dos institutos dos agricultores, os quais trabalhavam temas de importância para agricultura no período.

No final do século XIX, o governo central direcionou recursos federais para a criação de escolas agrícolas no restante dos Estados Unidos, sendo que os institutos dos agricultores se estenderam por todo o país, tornando-se uma instituição respeitada e com grande capilaridade. Esses fatos colaboraram para que, em 1914, fosse aprovada a Lei Smith-Lever, a qual instituiu o Serviço de Extensão Cooperativa, uma cooperação tripartite dos governos federal, estadual e local. Tal serviço funcionou como agência de extensão com a finalidade de auxiliar na difusão de temas considerados úteis e práticos, bem como de informações sobre assuntos relacionados à economia da agricultura e à economia doméstica.

Almeida (1989, p. 18), retratando os primórdios da Extensão Rural nos Estados Unidos, posicionou-se da seguinte forma:

O termo "extensão agrícola" nasceu nos Estados Unidos, no final do século passado. Os programas de extensão agrícola eram lançados, independentemente, em diversas partes do país como respostas às necessidades locais e eram patrocinados por diversos órgãos. Em Iowa, por exemplo, a extensão agrícola se articulou em volta de dois estímulos. De um lado os agricultores fizeram pressão sobre os colégios agrícolas estaduais para que seus professores fossem enviados a localidades rurais para ensinar diretamente os agricultores, em vez de restringir o ensino aos alunos dos colégios. Por outro lado, os produtores rurais se organizaram em associações para discutir os problemas agrícolas e para ir à busca das

¹ Land Grant College é uma instituição de ensino superior nos Estados Unidos, criada por um estado para receber os benefícios dos Atos Morrill de 1862 e 1890. Trata-se da concepção que influenciou a criação das grandes escolas de agronomia, como é o caso da FAEM/UFPEL, fundada em dezembro de 1883.

informações e da assistência. O interesse dos comerciantes e banqueiros era baseado na premissa de que a sua prosperidade dependia da prosperidade dos agricultores. Sendo assim, valia a pena — visando o aumento da produção e da renda dos produtores rurais — financiar um agente de extensão para ajudá-los.

O mesmo autor relatou que a extensão rural, ou a prática extensionista, foi introduzida nos países em desenvolvimento nas décadas de 1950 para 1960, com exceção da África, em que a mesma foi estabelecida a partir de 1970.

Jones (1997) assegura que o primeiro sistema de extensão rural foi organizado na Irlanda, em meados do século XIX, durante uma crise motivada por dificuldades dos agricultores da época na condução das plantações de batata. Como essa cultura representava, àquela época, a principal fonte de alimentação dos pequenos agricultores, as consequências da queda na produção resultaram em grandes dificuldades, induzindo o governo a instituir diversos planos de caráter emergencial com o objetivo de amenizar a fome, diminuir o índice de desemprego e prestar apoio aos pequenos produtores falidos.

Segundo Jones e Garforth (1997, p. 11):

O então governador da Irlanda, Conde de Clarendon, através de uma carta endereçada ao Duque de Leinster, então presidente da Real Sociedade de Agricultura da Irlanda, apresentou um projeto de treinamento prático para pequenos produtores rurais atingidos pela fome. Além de ter apresentado detalhes quanto ao conteúdo dos treinamentos e o plano de financiamento, apresentava também o perfil dos instrutores a serem escolhidos e a definição da clientela a ser atendida.

A ideia central dessa proposta era organizar um trabalho voltado para a capacitação dos agricultores, a fim de que esses viessem a adotar novas práticas agrícolas que pudessem amenizar os problemas verificados e, conseqüentemente, aumentar a produção de alimentos. Para a implantação dessa iniciativa, foi selecionado um grupo de pessoas que possuíssem conhecimentos práticos dos sistemas agrícolas aperfeiçoados, aplicáveis à Irlanda, em condições de serem assimilados pelos pequenos agricultores. Os professores utilizavam palestras e visitas, ficando conhecidos como instrutores itinerantes.

Na Rússia, foi utilizado o termo “agronomia social” para denominar uma experiência de extensão rural existente no país entre o final do século XIX.e começo do século XX. Chayanov, expoente máximo da Escola de Organização da Produção e grande estudioso de questões relativas à agricultura familiar, incorporou alguns

elementos observados em outros países a fim de consolidar a extensão rural russa. As melhorias propostas acarretaram um grande efeito, sobretudo ao mostrar a importância do cooperativismo como instrumento de desenvolvimento de pequenas explorações. As características de interesse agrônomo e social regem às decisões em nível local, considerando as especificidades naturais e sociais, bem como a existência de equipes multidisciplinares para fazer o diagnóstico das decisões. (SÁNCHEZ DE PUERTA, 1994).

Essas contribuições auxiliaram para construir e consolidar esse tipo de serviço, que posteriormente foi implantado em diversos países do mundo.

3.3 A ATER no Brasil

A extensão rural no Brasil teve sua primeira experiência concreta em 1928, em Minas Gerais, quando foi realizada a Primeira Semana do Fazendeiro, organizada pela então Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), hoje Universidade Federal de Viçosa. Essa atividade proporcionou o encontro de técnicos e produtores rurais para a troca de informações técnicas.

No entanto, a primeira experiência reconhecida como de maior alcance foi o trabalho implantado como projeto piloto, em outubro de 1948, no município de Santa Rita do Passa Quatro, no Estado de São Paulo. Nesse mesmo ano, ocorreu, em Minas Gerais, a formalização da criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), entidade precursora na organização de um serviço de extensão rural no Brasil. O foco foi a introdução de novas técnicas de agricultura e de pecuária e o incentivo à organização dos produtores, buscando levar a estes os conhecimentos desenvolvidos nos centros de ensino e de pesquisa existentes à época, dentro e fora do Brasil.

Outro elemento importante registrado na literatura se deve a um acontecimento ocorrido em 1954, em que o então governador do Estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, baseado nos bons resultados obtidos pela Acar/MG, assinou um acordo com o governo norte-americano, criando o Projeto Técnico de Agricultura (ETA). Esse projeto visava à cooperação técnica e financeira para execução de projetos de desenvolvimento rural. O acordo pode ser considerado o

embrião da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), surgida em 1956, a qual proporcionou as bases para a expansão desse serviço para outras unidades da federação.

A implantação em nível nacional ocorreu ao longo das décadas de 1950 e 1960, a partir da criação, nos demais Estados da Federação, de associações de crédito e assistência rural similares à de Minas Gerais (ACAR), as quais ficaram subordinadas à ABCAR, que era, até então, responsável pela organização, pelo treinamento dos novos extensionistas e pela gestão de recursos federais para consolidar as unidades estaduais.

O instrumento utilizado pelos técnicos da ABCAR foi à elaboração do Plano Diretor Quinquenal (1961-1965) como o primeiro esforço de centralizar as diretrizes operacionais, construindo um plano nacional de Extensão Rural com objetivos, diretrizes, metas, previsão de recursos para a ação de assistência ao meio rural, tomando por base a experiência acumulada nas unidades estaduais, flexibilidade para ajustamentos e que serviria de base para o trabalho realizado em todos os níveis (federal, estadual, municipal) (OLIVEIRA, 2011).

Nesse período, as unidades estaduais eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros para os agricultores.

Em 1959, surgiu a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás (ACAR/GO), com a finalidade de “contribuir para a aceleração do desenvolvimento econômico e social do meio rural do Estado de Goiás, mediante o planejamento e a execução das atividades de extensão rural e crédito rural educativo” (MONTEIRO, 2007, p. 18). Em agosto de 1959, foram implantados os primeiros escritórios da ACAR/GO em Jaraguá e Ceres e, logo depois, em Inhumas, Nerópolis, Jataí e Anápolis, formando as primeiras unidades que marcaram a implantação definitiva do Serviço de Extensão Rural de Goiás.

A EMATER/GO teve trajetória similar aos serviços de extensão rural dos demais Estados da Federação: passou de momentos de grande expansão, com predomínio das ações efetivas no Estado, a outros marcados por grandes dificuldades que ameaçaram sua existência. Posteriormente, a EMATER/GO incorporou a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA), bem como os serviços de classificação de produtos de origem vegetal da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Em novembro de 1999, foi criada a Agência Goiana de

Desenvolvimento Rural e Fundiário (Agência Rural), como resultado da fusão da EMATER/GO e do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Regulamentação Fundiária (IDAGO). Entretanto, em 2011, foi recriada a EMATER/GO, retornando às suas atribuições de origem.

Em 1974, havia 23 unidades que formavam o então chamado Sistema ABCAR, também conhecido como Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER). Apenas o Estado de São Paulo optou pela criação, em 1967, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão ligado à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

Em meados da década de 1970, durante o regime militar, o governo implantou o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e executado pelas empresas estaduais de ATER nos Estados, as agora chamadas “EMATERs”. Esse modelo foi o grande protagonista das ações de ATER nas décadas posteriores, que mudaram drasticamente o meio rural brasileiro.

O avanço da modernização no Brasil, na década de 1970, exigiu instrumentos e uma articulação mais eficaz para atender a esse grande processo de transformação. Isso levou o governo brasileiro a criar, em 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura. Com personalidade jurídica de direito privado, a EMBRAPA deveria dar ênfase à pesquisa aplicada, delegando às universidades partes da pesquisa básica. Com a criação da EMBRAPA extinguiram-se os institutos de pesquisa agropecuária do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPE). Ela seria o órgão central do governo para promover e executar as tarefas de pesquisa no país, de forma integrada com os estados, instituições privadas e universidades, proporcionando apoio técnico e financeiro (OLINGER, 1996).

Rodrigues (1997) descreveu três fases, cujas características essenciais encontram-se explicitadas no quadro 2, para a extensão rural ao longo da história, com base nas características específicas, na orientação filosófica e no modelo operacional, identificando três grandes períodos, quais sejam: a) humanismo assistencialista; b) difusionismo produtivista; e, c) humanismo crítico.

O autor buscou compreender as diferentes formas de atuação da ATER e demonstrar, também, que muitas vezes esse serviço esteve vinculado à forma

predominante de pensar de cada época específica. Assim sendo, a ATER foi o braço oficial na implantação e na execução de diversas políticas, tais como a modernização da agricultura, o uso do crédito rural e a disseminação das tecnologias da Revolução Verde, com resultados que vão sendo objeto de questionamento por estudiosos preocupados com o desenvolvimento do meio rural brasileiro.

Quadro 2 – Caracterização resumida dos três períodos do processo evolutivo da extensão rural no Brasil.

ESPECIFICAÇÃO	HUMANISMO ASSISTENCIALISTA	DIFUSIONISMO PRODUTIVISTA	HUMANISMO CRÍTICO
Prevalência	1948 – 1962	1963 – 1984	1985 – 1989
Público Preferencial	Pequenos agricultores	Grandes e médios agricultores	Pequenos e médios agricultores
Unidade de trabalho	Família rural	Produtor rural	Família rural
Orientação pedagógica	Ensinar a fazer fazendo	Difusionista	Dialógica problematizadora
Papel do agente de extensão	Indutor de mudanças de comportamento	Elaborador de projetos de crédito rural	Catalisador de processos sociais
Tipo de planejamento	Vertical ascendente	Vertical descendente	Circular
Papel da tecnologia	Apenas subjacente, instrumento para melhorar as condições de vida da família rural.	Finalístico: modernizar o processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho.	Essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio ecológico e social.
Tipo e uso do crédito rural	Supervisionado, cobre investimentos no lar e na propriedade (produtiva ou não).	Orientado, voltado para produtos com fim de viabilizar tecnologias de uso intenso de capital.	Orientado, voltado preferencialmente para viabilizar tecnologias apropriadas.
Organização da população	Cria grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais.	Não se preocupa com esse tipo de ação.	Estimula a organização e o associativismo rural autônomo.

Fonte: Rodrigues (1997, p. 122).

Durante a segunda metade da década de 1980, o serviço de ATER pública sentiu os reflexos da grande crise fiscal que ocorreu no período, resultando em uma capacidade de atuação cada vez mais limitada. Existem registros que algumas empresas estaduais de extensão não dispunham de recursos para desenvolverem suas atividades, podendo apenas, com grande dificuldade, efetuar o pagamento dos salários dos funcionários. A falta de recursos para combustível dos veículos das empresas era frequente, ficando os agricultores sem assistência. Foi um período de grandes dificuldades, quando ocorreram modificações na ATER em que cada unidade federativa buscava alternativas, de forma isolada, para equacionar seus problemas. Alguns estados unificaram as instituições de pesquisa com as de extensão, criando uma instituição unitária para atender a estas duas funções. Em alguns estados este modelo funciona até os dias de hoje, em outras a unificação foi desfeita, recriando as instituições de origem. Outras unidades da federação reduziram o horário de serviços, trabalhando apenas meio expediente, o que acarretou uma acentuada piora na qualidade dos serviços prestados. Posteriormente, essas unidades tiveram de voltar a trabalhar em período integral, e finalmente, algumas unidades da federação simplesmente tentaram extinguir os serviços de ATER, e depois voltaram atrás por pressão dos agricultores.

Em 1989, ocorreu o encerramento das atividades da EMBRATER, sendo que, na década de 1990, os serviços de ATER encontraram uma série de dificuldades para seguir atuando. Contudo, surgiram novos fatos que contribuiriam para uma nova realidade e para grandes transformações nos serviços de ATER.

É importante ressaltar que a extensão rural teve uma oportunidade ímpar, por ocasião da elaboração da Constituição Federal de 1988 e das Leis Orgânicas dos municípios, de assegurar sua existência enquanto serviço público, uma vez que os agentes da extensão rural, por meio de uma articulação nacional, conseguiram colocar nos instrumentos legais do Brasil a garantia da continuidade dos trabalhos de ATER.

A Constituição Federal fixou, em seu art. 187, IV, que:

A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta especialmente a assistência técnica e extensão rural.

Indiferente a essa conjuntura, o Governo Sarney extinguiu, em 1989, a EMBRATER, em uma das ações que ficou conhecida como “Operação Desmonte”. Contudo, a situação foi revertida por meio de ação política direta no Congresso. Não obstante no ano seguinte, já durante o Governo Collor, a EMBRATER foi definitivamente extinta, gerando grandes dificuldades ao sistema. A partir desse fato, cada unidade estadual buscou construir o seu próprio caminho.

Pode-se observar que esse período de incertezas sobre os rumos dos serviços oficiais de extensão rural contribuiu para o surgimento e consolidação de várias Organizações Não Governamentais (ONGs), as quais passaram a atuar no campo, prestando serviços de natureza técnica aos agricultores familiares e, principalmente, aos assentados da reforma agrária.

Surgiram várias experiências-piloto em diferentes regiões do Brasil, com enfoques diferenciados e com outros procedimentos metodológicos que resultaram em algumas ações positivas, cujos resultados foram objeto de questionamento, tais como o Projeto Lumiar, conduzido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual será discutido em momento posterior nesta tese.

A década de 1990 iniciou com algumas modificações pouco significativas nesse contexto. Algumas atribuições e responsabilidades da extinta EMBRATER foram transferidas para a EMBRAPA, instituindo a competência de coordenar o Sistema Brasileiro de Extensão Rural. Para esse fim, foi criada, em sua estrutura, uma Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural (SER/EMBRAPA), a qual elaborou um Plano de Ação Estratégica. Entretanto, apesar do plano elaborado, a EMBRAPA não conseguiu exercer o mesmo papel antes desempenhado pela extinta EMBRATER. Também em 1990, as instituições estaduais de ATER criaram a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), que desempenhou um importante papel na articulação dos serviços de ATER nos anos subsequentes.

Em 1994, foi criado o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), ligado ao então Ministério da Agricultura e Pecuária, com as atribuições de apoiar os serviços de ATER, havendo sido disponibilizados recursos financeiros para recuperar a capacidade de ação do setor extensionista. Esse esforço foi entendido como uma sinalização do governo federal para a importância dos serviços de extensão rural.

Esse departamento reapareceu na estrutura governamental com a atribuição de apoiar a ATER. A consolidação dessa nova estrutura governamental teve o objetivo determinante de retomar a atuação do governo federal na definição da política de prestação de serviços de ATER. No Decreto nº 5.033, de 5 de abril de 2004, aparecem listadas as atribuições regimentais do DATER:

I – contribuir para a formulação da política agrícola, no que se refere à assistência técnica e extensão rural; II – formular, coordenar e implementar as políticas de assistência técnica e extensão rural, capacitação e profissionalização de agricultores familiares; III – supervisionar a execução e promover a avaliação de programas e ações, no que diz respeito à assistência técnica e extensão rural; IV – fomentar a inovação tecnológica na agricultura familiar; V – implementar ações, elaborar, promover e avaliar a execução de programas e projetos de fomento específicos, no que diz respeito à assistência técnica e extensão rural; VI – promover a integração entre os processos de geração e transferência de tecnologias adequadas à preservação e recuperação dos recursos naturais; VII – coordenar o serviço de assistência técnica e extensão rural; VIII – promover a compatibilidade das programações de pesquisa agropecuária e de assistência técnica e extensão rural.

Para os objetivos da tese, importa destacar outros aspectos. Nesse sentido, vale mencionar que, em 1996, foi criada uma importante política pública – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) –, que forneceu, inicialmente, crédito de investimento e custeio a agricultores familiares e assentados da reforma agrária, criando uma série de ações diretamente vinculadas aos serviços de ATER nos estados brasileiros.

Todavia, ocorreu, em 1997, um evento de grande impacto para a reformulação dos serviços de ATER. Foi organizado pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pela FASER, CONTAG e ASBRAER um seminário nacional sobre ATER, seguido de seminários levados a cabo nas 27 unidades da Federação.

Essas reuniões culminaram com a realização de um workshop, entre 24 e 28 de outubro de 1997, no qual se fizeram representar diversos setores do governo, da ATER estatal, de movimentos sindicais de trabalhadores rurais e dos trabalhadores em ATER, de ONGs e das universidades, oriundos de todas as unidades da Federação. Desse evento, surgiu a proposta de consolidação de um modelo institucional de ATER pública, estatal e não estatal, descentralizado, pluralista, autônomo e gratuito. Entre os princípios norteadores, constam na proposta a defesa do desenvolvimento sustentável, a prioridade para a agricultura familiar, o controle social da gestão e a organização em rede, com atuação articulada dos agentes

(PNUD, 1997). Não obstante a posição defendida pelos participantes do *workshop*, a maior parte dos extensionistas rurais da ATER pública, em decorrência da sua formação – voltada a um padrão de agricultura mais modernizada e de maior escala produtiva –, continuou a priorizar o modelo da agricultura patronal bem mais capitalizada (DIAS, 2008).

Ainda em 1997, em decorrência da dificuldade das entidades estaduais de ATER de assistirem os assentados da reforma agrária, o INCRA lançou o Projeto Lumiar, uma experiência de terceirização da assistência técnica prestada aos assentamentos rurais.

Outros eventos se sucederam, proporcionando maior reflexão e debate sobre os rumos da ATER. Com a participação dos trabalhadores rurais e dos agricultores familiares, as entidades públicas e as Organizações Não Governamentais atuaram no sentido de construir as novas bases para a ATER na contemporaneidade.

Em 2009, foi instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), a qual estabeleceu como princípios norteadores, desenvolvimento rural sustentável, a gratuidade, a segurança e a soberania alimentar e nutricional, a serem operacionalizados por meio do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

No início de 2010, o governo federal sancionou a Lei nº 12.188 (Lei da ATER), que institucionalizou a ATER, criando a política nacional e o programa nacional de assistência técnica, tornando-a, assim, uma política de Estado.

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) foi criada pela Lei 12.897/2013 (BRASIL, 2013) e regulamentada pelo Decreto 8.252/2014 (BRASIL, 2014). A criação da agência foi envolvida por muitas polêmicas, tendo em vista que o projeto de Lei para a criação não foi devidamente discutido com as organizações que atuam no setor.

Esta agência está em implantação e consolidação podendo ainda modificar muitos aspectos na sua formatação e em seus direcionamentos.

3.4 A Política Nacional de ATER para a agricultura familiar e reforma Agrária – PNATER.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), fundamentada no enfrentamento às crises econômicas e sócio-ambientais geradas pelos estilos convencionais de desenvolvimento, recomenda uma ruptura com o modelo extensionista produzido a partir da Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da Revolução Verde, propondo novos enfoques metodológicos que proporcionem o protagonismo dos envolvidos e um novo padrão tecnológico (MDA, 2004). Assim sendo, a verificação dos princípios, diretrizes e objetivo geral dessa política, passa a ser uma ferramenta importante para a implantação e estruturação de trabalhos nessa área.

Esse documento apresenta os princípios e as diretrizes da PNATER, propondo uma nova postura dos técnicos e estabelecendo um desempenho diferenciado para os serviços de ATER. Expõe a necessidade de uma nova relação profissional entre agricultores e técnicos, definindo os agricultores como protagonistas do desenvolvimento e os técnicos como agentes, com a função de apoiar, construir os caminhos e promover esse processo. Todos esses elementos foram amplamente discutidos e a resultante dos debates materializaram tais referências.

Baseado nesses princípios e diretrizes o MDA estabeleceu o seguinte objetivo geral para os serviços públicos de ATER preconizados na PNATER:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações. (MDA, 2004, p.9).

Nessa nova proposta a ATER é organizada segundo um sistema descentralizado, no qual participam entidades estatais e não estatais que apresentem as condições mínimas estabelecidas pela política para atuar nesse campo. Esse sistema é coordenado pelo DATER/SAF/MDA.

Almeida et al. (2010, p. 551), em um texto no qual descrevem uma experiência vivenciada por agentes de desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária do município de Unaí, Minas Gerais, destacam:

A descentralização de políticas públicas no país permitiu a participação da sociedade civil organizada em diferentes âmbitos de sua formulação, execução e fiscalização. Desde a década de 1990, a universalização desse processo vem se consolidando no meio rural por meio da operacionalização de serviços de assistência técnica e extensão rural realizada por organizações não governamentais. Com a regulamentação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural houve uma ampliação na participação das organizações sociais ligadas aos movimentos sociais de agricultores familiares (ALMEIDA, OLIVEIRA, XAVIER, 2010, p. 551).

As entidades participantes desse sistema são as instituições ou organizações da ATER que tenham como natureza principal de suas atividades a relação permanente e continuada com os agricultores familiares e demais públicos da extensão e que desenvolvam um amplo espectro de ações exigidas para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

O instrumento para consolidar a política de ATER é o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) que norteia as ações que devem ser realizadas pelas entidades da ATER. Esse programa orienta as ações do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) e das organizações que atuam na ATER.

As diretrizes do PRONATER reafirmam a necessidade de ações para a consolidação dos princípios da PNATER, orientando as organizações prestadoras dos serviços aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Tais diretrizes se orientam, segundo o documento DATER (2007, p. 9), pelos seguintes eixos temáticos:

1 – Inclusão social; 2 – Agroecologia e Transição agroecológica; 3 – Gênero geração, raça e etnia; 4 – quilombolas procurando demonstrar esforços na superação de desigualdades historicamente vivenciadas por estas populações ou segmentos sociais; 5 – Articulação ATER - Pesquisa – Ensino - Agricultor; 6 – Atuação em Redes de ATER; 7 – Geração de ocupação e renda; 8 – Gestão e participação social; 9 – Uso de Metodologias Participativas; 10 – Qualificação do uso do crédito rural do Pronaf; 11 – Segurança Alimentar e Nutricional.

Esses eixos temáticos têm a finalidade de nortear as ações das equipes responsáveis pela ATER, buscando padronizar a atuação, embora sempre realçando o respeito às diversidades e às características regionais.

Para consolidar toda essa trajetória e permitir a plena consolidação do Sistema da ATER, o governo federal sugere o trabalho integrado com outros programas e políticas preparadas para atender a esse segmento.

Como já foi mencionado, um dos Programas que apresenta uma interface interessante com o esforço da nova ATER é o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Esse programa, idealizado e implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), tem suas ações direcionadas ao mesmo público alvo, notadamente agricultores familiares e assentados da reforma agrária e preconiza o uso de procedimentos metodológicos similares aos que foram aqui discutidos.

Segundo o MDA (2005, p. 12-13):

[...] as estratégias de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais têm diretrizes gerais como norteadoras do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Estas diretrizes demonstram a existência de mais do que congruências entre as ações da ATER e os objetivos do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, evidenciando com clareza a necessidade de uma atuação conjunta e complementar para que estes esforços consigam êxito e com a otimização dos recursos públicos aplicados.

Para finalizar esta seção, vamos apresentar uma síntese dos fundamentos teóricos que serviram de referências durante toda a trajetória da extensão rural no Brasil e descrever alguns aspectos do modelo difusionista (adoção e difusão de tecnologias) aos fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma nova pedagogia de ATER.

A adoção e a difusão de tecnologias foram o suporte de todo o processo de modernização da agricultura ocorrido no Brasil. Esses elementos passaram a despertar maior atenção no período da chamada revolução verde que utilizou tais procedimentos como forma de consolidação do modelo de comunicação e transferência de tecnologias (agroquímicos) ligadas à dinâmica dos grandes complexos agroindustriais. Ficou conhecido como modelo difusionista, que foi caracterizado pelo uso intensivo de insumos básicos, máquinas e implementos

agrícolas com a colaboração ativa e direta das instituições de pesquisa agropecuária e extensão rural.

O modelo difusionista ganhou grande impulso com base em estudos de Everett Rogers, que em 1962 publicou “The diffusion of innovations”, obra que se tornou uma das bases teóricas para consolidar esse modelo. Na perspectiva difusionista, desenvolvimento era sinônimo de modernização, entendida como adoção de agrotóxicos, máquinas e adubos químicos e na busca de incremento na produtividade dos fatores de produção.

Segundo Rogers (2003, p. 168):

O processo de decisão da inovação é o meio pelo qual um indivíduo (ou outra unidade decisória) passa da obtenção inicial de conhecimento sobre uma inovação, para a formação de uma atitude em relação à inovação, decisão de adotar ou rejeitar, para implementação da nova ideia e, finalmente, para a confirmação desta decisão.

A teoria do difusionismo predominou durante todo o período da modernização da agricultura, utilizando esse modelo de comunicação e transferência de tecnologias na agricultura, notadamente na América Latina. A adoção de novas técnicas implicava na transição de uma forma de produção caracterizada pelo atendimento ao mercado consumidor interno para o mercado externo.

Entretanto, surgiram diversas críticas como as efetuadas por Freire (1979), que assegurou que durante o período da modernização da agricultura, o modelo difusionista enfatizava um processo de comunicação conduzido de maneira vertical e unilateral, deixando em segundo plano o receptor, desconsiderando a estrutura cognitiva pré-existente do agricultor.

Novos fatos contribuíram para que todo o processo de geração e difusão de tecnologia fosse revisto a partir do início da década de 1990. A difusão teve que dinamizar os processos de transferência de tecnologia, com a adoção de novos métodos, que tivessem uma maior aproximação com as reais necessidades dos agricultores.

O marco de referência que acompanhou toda a trajetória da ATER no Brasil passou a não mais responder a necessidade de transformação que os novos tempos demandavam. As transformações ocorridas no Sistema da ATER a partir dos anos 1990, e que foram aprofundadas por meio de amplo debate que ocorreu entre

Governo e sociedade organizada, resultaram em grandes mudanças conceituais que tiveram seu apogeu na implantação do PNATER.

Com a implantação da PNATER foi proposto um modelo de desenvolvimento sustentável para o meio rural, ancorado em um conjunto de princípios que qualificam a ação extensionista e o serviço de ATER prestado aos agricultores familiares e suas formas de organização. Dentre eles, destaca-se a ideia de “Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da política pública” (Lei nº. 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

Novas diretrizes requerem um novo referencial, uma nova forma de abordagem, uma atuação diferenciada, em síntese, a construção de um novo modelo de ATER.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o intuito de contribuir com o debate sobre os procedimentos metodológicos, reuniu diversos estudiosos e profissionais com experiência comprovada na utilização desses procedimentos para elaborarem o documento intitulado “Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER” (MDA 2010).

A construção desse documento foi fruto das discussões e reflexões da Rede Temática de Metodologias Participativas de ATER, reunindo experiências representativas da diversidade de metodologias e práticas de ATER e referenciais pedagógicos na perspectiva emancipadora e de empoderamento (empowerment).

Nesse documento (MDA, 2010 p. 35), tendo em vista os pressupostos preconizados para o serviço de ATER, afirma-se que, em uma perspectiva emancipadora, a construção da pedagogia de ATER se oriente pelos seguintes aspectos:

1. O acolhimento;
2. A definição dos princípios de convivência: construir, com o grupo, de forma participativa e dialógica, os princípios de convivência do processo de formação;
3. A utilização de linguagens lúdicas e da tradição popular;
4. A leitura do mundo: conhecer o contexto dos participantes;
5. A problematização;
6. O aprofundamento teórico;
7. A construção do conhecimento;
8. A avaliação;
9. A dimensão individual e a dimensão coletiva do processo de aprendizagem;
10. O trabalho pedagógico na perspectiva dos círculos de cultura;
11. O registro e a sistematização.

Para orientar a construção da Pedagogia de ATER foram utilizados, de maneira mais específica como fundamentos teóricos, o construtivismo (Piaget), o sócio interacionismo (Vygotsky), a constituição do sujeito (Castoriadis) e a educação popular emancipadora (Paulo Freire). Esse trabalho resultou em novas orientações e procedimentos metodológicos para construção da Pedagogia de ATER, e assinalam para a problematização e os desafios para a construção da Pedagogia de ATER emancipadora, bem como, apontam para a necessidade de focar e valorizar os seguintes elementos:

1. O contexto cultural do agricultor;
2. As condições objetivas e subjetivas do agricultor;
3. O saber popular como ponto de partida;
4. O planejamento participativo;
5. As possibilidades de trabalho em grupo com os agricultores familiares: a capacidade do extensionista e a motivação do agricultor para o trabalho em grupo pressupõem;
6. A autonomia do agricultor como estratégia de empoderamento;
7. A perspectiva da educação popular;
8. A educação ambiental;
9. O respeito e a valorização da diversidade;
10. A promoção da inclusão social;
11. A defesa dos direitos humanos e sociais;
12. A participação política em espaços de democracia participativa;
13. A formação continuada dos agentes de desenvolvimento rural; (MDA 2010, p 28-31).

Esses aspectos resgatam o princípio fundamental da extensão (educação) e das categorias abordadas há muitos anos por Freire (1982), que colocava especial acento na função política da educação e no papel simultâneo de competência técnica e o compromisso político do educador, cuja ação deve ser fundamentalmente ética, no respeito ao educando, que é também educador, e na coerência de sua ação.

3.5 A ATER em Assentamentos Rurais

A ATER em suas diferentes formas de atuação sempre foram entendidas como elementos basilares para viabilizar todo e qualquer assentamento de reforma agrária. A intenção do órgão responsável pela reforma agrária no Brasil sempre foi, ao menos em nível de discurso, a de possibilitar a atuação deste serviço em todas as fases do assentamento, com a utilização de procedimentos metodológicos adequados e com o compromisso de apoiar os assentados em todo o processo.

Na Instrução Normativa nº 15 de 30/03/2004, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em seu Capítulo II, Art. 2º, registra esse entendimento ao determinar que o INCRA, na implantação dos assentamentos de reforma agrária, deverá, dentre outros aspectos:

[...] III – garantir a Assistência Técnica desde o início da Implantação do Assentamento, de forma a definir o modelo de exploração da área, organização espacial, moradia, infra-estrutura básica, licenciamento ambiental e serviços sociais; VI – articular e integrar as políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, cultura, eletrificação rural, saneamento básico, necessárias ao desenvolvimento do projeto de assentamento; [...] VII – possibilitar que as áreas reformadas sejam indutoras do Desenvolvimento Territorial combatendo as causas da fome e da pobreza.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (2009, p.100) apresentou novos elementos para auxiliar o entendimento da dimensão da reforma agrária no Brasil:

Os estabelecimentos de beneficiários da reforma agrária constituem um universo de aproximadamente 598 mil unidades produtivas, que ocupam uma área de 29,5 milhões de hectares, o que corresponde a 12% do total de estabelecimentos e 9% do total da área abrangida pelo Censo Agropecuário 2006. Eles incluem os assentados propriamente ditos, as comunidades rurais tradicionais (quilombolas, extrativistas e outras), as populações ribeirinhas, os atingidos por barragens e outras grandes obras de infraestrutura, os ocupantes não índios das áreas indígenas, entre outros. Abrangem também agricultores familiares que acessam a terra por meio do crédito fundiário, considerado um instrumento complementar à desapropriação.

Esse trabalho informa que os estabelecimentos de beneficiários da reforma agrária ocupam cerca de 1,9 milhão de pessoas, o que corresponde a aproximadamente 11% do total de indivíduos nessa condição em estabelecimentos agropecuários no Brasil. Cada um desses estabelecimentos absorveu, em média, 3,1 pessoas, o que foi semelhante ao observado para o conjunto das unidades produtivas recenseadas (3,2 pessoas). Essas informações colaboram para comprovar a importância dessa política para a geração de ocupações produtivas. Outro registro interessante menciona que essas unidades produtivas colocam, no mercado local itens alimentares básicos. (MDA, 2012).

Para demonstrar a amplitude da assistência técnica prestada aos assentamentos, apresentamos, a seguir, a Tabela 3, que informa o número de famílias atendidas de 2003 a 2010, conforme dados do INCRA, elaborados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Tabela 3 – Número de famílias assentadas que receberam assistência técnica – Brasil 2003-2010 (em 1.000 famílias).

ANO	Nº DE FAMÍLIAS (MIL)
2003	95,6
2004	305,1
2005	314,3
2006	374,8
2007	305,6
2008	397,8
2009	267,8
2010	295,6

Fonte: INCRA. DEA. – 2010 / Elaboração: DIEESE.

Essas informações realçam a importância da ATER para os assentamentos de todo o País, em termos de dimensão e abrangência.

Para compreensão da trajetória desse serviço em áreas de assentamento, registramos que, já em 1964, foi sancionada a Lei nº 4.504, o Estatuto da Terra, que tratava das questões relacionadas à reforma agrária no Brasil. Tal lei foi motivada pela conjuntura da época e refletia o pensamento predominante que surgiu após o governo militar assumir o poder. Com o Estatuto da Terra e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) passa a ser o órgão responsável pela implementação da reforma agrária, havendo sido criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) que tinha por finalidade “promover o desenvolvimento rural nos setores da colonização, da extensão rural e do cooperativismo (Estatuto da Terra, Art. 74)

Os princípios básicos do Estatuto da Terra constituíam-se na reforma agrária e na promoção da política agrícola. O entendimento de reforma agrária ficou estabelecido como:

O conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade. (ESTATUTO DA TERRA, Art. 1º § 1º).

Neste mesmo instrumento, no segundo parágrafo do 1º artigo, ficou determinado o conceito de política agrícola:

Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, o interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país (ESTATUTO DA TERRA, Art. 1º § 2º).

A compreensão da assistência técnica, presente nesse instrumento legal, acompanhava os princípios do aumento da produtividade e da modernização da agricultura. Foi proposta uma série de meios para alcançar os objetivos estabelecidos no Estatuto da Terra. Entre eles destacam-se: a assistência técnica, a produção e distribuição de sementes e mudas, a criação, venda e distribuição de reprodutores e uso da inseminação artificial, mecanização agrícola, cooperativismo, assistência financeira e creditícia, a assistência à comercialização, industrialização e beneficiamento dos produtos, eletrificação rural e obras de infraestrutura, seguro agrícola, educação através de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional e garantia de preços mínimos à produção agrícola. (ESTATUTO DA TERRA, Art. 73).

Em 1970, por meio do Decreto-lei nº 1.110, de 09/07/1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vinculado ao Ministério da Agricultura, que absorveu as atribuições do IBRA e do INDA, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

O Estatuto da Terra em seu Capítulo III – SEÇÃO I – Da Assistência e Proteção à Economia Rural trata das questões referentes à Assistência Técnica:

[...] 4º As atividades de assistência técnica tanto nas áreas prioritárias de Reforma Agrária como nas previstas no § 3º deste artigo, terão, entre outros, os seguintes objetivos: a) a planificação de empreendimentos e atividades agrícolas; b) a elevação do nível sanitário, através de serviços próprios de saúde e saneamento rural, melhoria de habitação e de capacitação de lavradores e criadores, bem como de suas famílias; c) a criação do espírito empresarial e a formação adequada em economia doméstica, indispensável à gerência dos pequenos estabelecimentos rurais e à administração da própria vida familiar; d) a transmissão de conhecimentos e acesso a meios técnicos concernentes a métodos e práticas agropecuárias e extrativas, visando a escolha econômica das culturas e criações, a racional implantação e desenvolvimento, e ao

emprego de medidas de defesa sanitária, vegetal e animal; e) o auxílio e a assistência para o uso racional do solo, a execução de planos de reflorestamento, a obtenção de crédito e financiamento, a defesa e preservação dos recursos naturais; f) a promoção, entre os agricultores, do espírito de liderança e de associativismo (ESTATUTO DA TERRA, Art. 75 §4º).

O INCRA denomina sua unidade física de atuação os assentamentos rurais, que, embora tenham desenhos diferentes, apresentam uma particularidade comum, a saber, um espaço no qual os trabalhadores rurais buscam construir uma nova realidade e sobreviver como agricultores familiares.

Nesse contexto, segundo Bergamasco e Norder (1996, p. 7-8):

Os assentamentos rurais são unidades de produção agrícola criadas por meio de políticas governamentais visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. [...] representam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais equitativas.

A Resolução nº 387, de 27 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em seu art.2; inciso II, define o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária como:

O conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à reforma agrária, de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares.

Esse conceito de Projeto de Assentamento representa a materialização da reforma agrária, em unidades estruturadas com a finalidade de permitir a redistribuição de terras e sua adequada utilização pelos trabalhadores assentados.

As etapas deste processo são: desapropriação da área, estudo e divisão dos lotes, escolha das famílias para aquele assentamento, dentre outras medidas. Alguns créditos iniciais, como habitação e fomentos produtivos, são alocados diretamente pelo INCRA, além de outras inversões relacionadas à infraestrutura básica, que envolve energia, estrada e escola, dentre outras.

Uma das inquietações de todos os agentes de desenvolvimento que buscam formas de estruturar e consolidar áreas de assentamentos rurais é saber como trabalhar adequadamente a questão da tecnologia nesses espaços. Com o objetivo maior de viabilizar os assentamentos da reforma agrária, o grande desafio sempre foi disponibilizar uma ATER adequada aos assentados. Diversas experiências foram testadas, novas metodologias de trabalho implantadas, muitos recursos aplicados e, não raras vezes, os resultados foram considerados insatisfatórios.

Sparovec (2003, p. 178), ao estudar a qualidade dos assentamentos da reforma agrária, indicou várias sugestões visando à melhoria da qualidade dos assentamentos, entre as quais podem ser realçadas as ações cooperativas e de apoio à produção. Segundo esse autor:

A articulação e a organização social nos projetos mostraram ser negligentes em relação a ações cooperativas e de apoio à produção. Os indicativos, nesse sentido, são o pequeno número de parcerias externas visando ao apoio à produção ou comercialização, a pequena participação dos assentados em cooperativas e a pequena parte da área dos projetos destinada à produção coletiva. De uma forma geral, os assentados preferem administrar seus lotes individualmente, não priorizam ações coletivas nos projetos visando à produção e não participam de organizações coletivas para comercialização de sua produção, o que poderia representar um aumento na economia de escala e, conseqüentemente, da competitividade. Além desses aspectos, foi verificada pouca integração com agroindústrias.

O autor conclui que os apoios – por meio de créditos específicos, campanhas de esclarecimento, cursos de capacitação gerencial, fortalecimento da assistência técnica e social nos assentamentos e priorização das parceiras locais – são ações que podem efetivamente impulsionar nesse âmbito. Essas ações, devido à priorização nos projetos de assentamento da produção de alimentos, podem também ser muito importantes para afiançar a segurança alimentar das regiões do entorno dos projetos e para melhorar a sua oferta nos centros urbanos próximos.

Inicialmente, a ATER abrangia sua atuação na elaboração e no acompanhamento no uso de recursos do Programa de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), financiamento específico para a reforma agrária, utilizado para investimento e custeio nas parcelas. Esse programa apresentava juros e correção monetária bastante favoráveis para o assentado, atendendo ao modo de atuação da ATER à época, mas essencialmente voltado à adoção de pacotes tecnológicos. Toda a atuação seguia o modelo difusionista, por meio de metodologias clássicas (uso de multiplicadores, lavouras demonstrativas), o que resultou em atuações

precárias e em resultados pífios. A ATER oficial, à época, apresentava ações muitas vezes contrárias aos objetivos mais amplos da própria reforma agrária.

A partir dessas considerações, pode-se verificar que, inicialmente, a ATER foi realizada pelas agências municipais ou estaduais das redes de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Não obstante, verificou-se que esse serviço, enquanto técnica ofertada aos assentamentos rurais, sempre ficou sujeito à descontinuidade dos programas, à falta de engajamento dos técnicos com a reforma agrária, à complexidade de problemas existentes e à falta de procedimentos metodológicos adequados para atender a um público diferenciado, bem como, aos entraves burocráticos na liberação de recursos, dentre outros problemas.

Em decorrência da dificuldade das entidades estaduais de ATER de assistirem os assentados da reforma agrária, o INCRA lançou o Projeto Lumiar, uma inovadora experiência de terceirização da assistência técnica em assentamentos rurais. Esse projeto utilizava a Metodologia de Sistemas Agrários como referência metodológica e contratava equipes técnicas independentes, partindo da premissa de que poderiam atuar de forma mais adequada nas áreas de assentamentos rurais, segundo seus gestores. Sua atuação também apresentou dificuldades específicas, o que culminou em sua desativação sem que se alcançasse a melhoria nos trabalhos de ATER preconizados inicialmente.

Segundo Altafin (1999), o INCRA criou o Projeto Lumiar como um programa emergencial para viabilizar serviços de assistência técnica aos assentamentos. No contexto das políticas de descentralização, ele estabelecia um aparato institucional que possibilitava que os próprios agricultores assentados, por meio de suas organizações de representação, contratassem os serviços. Para Altafin, tratava-se, na prática, de uma terceirização dos serviços de assistência técnica para os assentamentos em um contexto de crescente mobilização e de pressão dos movimentos sociais em prol de ações de reforma agrária.

Esse projeto existiu durante aproximadamente quatro anos e gerou uma série de questionamentos sobre as potencialidades e barreiras de ações dessa natureza. Podem ser mencionados alguns fatos que foram registrados nos diversos relatórios, tais como, a instabilidade e a falta de projeção institucional refletida fortemente nas equipes técnicas, a não utilização dos procedimentos metodológicos adequados, as dificuldades operacionais encontradas pelas equipes de acompanhamento, a baixa remuneração oferecida (a qual acabava por atrair profissionais com pouca

experiência), as equipes locais pouco equilibradas com predomínio de agrônomos que trabalhavam com ênfase em conceitos produtivistas, entre outros. Muitos desses fatores contribuíram para a extinção deste projeto. Pouco tempo depois, e o INCRA continuou a buscar novas formas de atuar, tendo a referência dos fatos positivos e negativos desta experiência.

Dias (2004, p. 530), entretanto, reconheceu vários aspectos positivos desse projeto:

O Projeto Lumiar não foi uma experiência apenas permeada de transitoriedade e problemas de formação e execução. A proposta inovou positivamente ao colocar em discussão uma alternativa de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural mais adequados à realidade dos assentamentos rurais, reconhecendo suas especificidades e os limites estruturais do INCRA para trabalhar além dos processos que envolvem a questão fundiária do assentamento. Assim, o Lumiar tanto inovava institucionalmente, quando propôs e colocou em prática, com todos os seus limites, um modelo descentralizado de cogestão dos serviços de ATER, quanto no momento em que fez uma leitura peculiar do discurso crítico sobre a missão, os objetivos e os métodos tradicionalmente utilizados pelas entidades públicas de extensão rural, aplicando-a ao seu modo de intervenção social.

Tendo como base a experiência do Projeto Lumiar e visando a melhorar os serviços de orientação e acompanhamento dos assentamentos rurais, o INCRA lançou o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) com princípios, objetivos e metodologias específicos, o qual poderia promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento. Esse programa mencionava a preocupação com os agroecossistemas, apregoando a necessidade de novos enfoques metodológicos e tendo a agroecologia como referência. Preconizava a realização de diagnósticos e a construção participativa do plano de desenvolvimento dos respectivos assentamentos.

Segundo o Manual Operacional elaborado pelo INCRA (2008), o programa de ATES tem o objetivo de assessorar técnica, social e ambientalmente às famílias assentadas nos projetos de assentamento da reforma agrária. Preconiza a atuação em projetos criados ou reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturada. Os projetos desenvolvidos primam pela inserção no processo de produção, voltado ao mercado e integrado à dinâmica do desenvolvimento municipal, regional e territorial, de forma ambientalmente sustentável. Esse documento reitera que o programa deve ser executado por meio de parcerias com

instituições públicas e privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não governamentais ligadas à reforma agrária. Atua por meio de equipes técnicas constituídas por profissionais das ciências agrárias, sociais, ambientais e econômicas.

Essas equipes trabalham nos assentamentos, executando diversas atividades, entre elas: elaboração de planos de desenvolvimento ou recuperação de projetos de assentamento; acompanhamento e orientação técnica para as atividades produtivas e econômicas dos assentamentos; capacitação para assentados em diversos temas relacionados ao desenvolvimento rural; estímulo à organização social, promoção de ações afirmativas visando à equidade de gênero, geração, raça e etnia nos projetos de assentamento.

A metodologia de ATES tem um caráter educativo, buscando promover a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis.

Deste modo, a intervenção dos agentes de ATES deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas, por meio de um enfoque pedagógico construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. [...]. Essa metodologia deve permitir também a avaliação participativa dos resultados e do potencial de replicabilidade das soluções encontradas para situações semelhantes em diferentes contextos (MDA, 2008, p.13).

A execução do trabalho da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), acontece por meio de instrumentos específicos denominados: O Projeto de Exploração Anual (PEA), o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e o Plano de Recuperação do Assentamento. (PRA).

O Projeto de Exploração Anual (PEA) é o documento que define as ações e atividades a serem realizadas no assentamento e/ou na parcela, com o propósito de geração de trabalho e renda para as famílias assentadas.

Segundo a norma de execução do INCRA nº 71, de 12 de maio de 2008 o Projeto de Exploração Anual (PEA) objetiva basicamente:

Orientar a aplicação do Crédito Instalação; a geração de produtos e serviços voltados para o atendimento das necessidades elementares das famílias, nessa primeira fase do assentamento; o incentivo à organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que valorize a participação política e econômica de todos, em especial a participação das mulheres nos

assentamentos, a fim de garantir a geração de renda monetária própria, em desenvolvimento de projetos de financiamento da produção; o fortalecimento da agricultura familiar acrescida de práticas agroecológicas; a promoção de produção diversificada voltada para o auto-consumo e para geração de excedentes a serem destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal (Lei nº 10.696/03) ou outros similares, afora linhas de crédito, que possam se reverter em agregação de renda para as famílias assentadas;

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) é um instrumento que busca descrever as dimensões do assentamento, realçando suas potencialidades e possíveis caminhos, antevendo a organização das áreas individuais (lotes) e coletivas, fazendo um mapeamento segundo as características do solo, sistemas de produção, reserva legal e áreas de preservação permanente, dentre outras que resultem em uma proposta de desenvolvimento dentro de uma linha sustentável.

Para efeito da compressão e uniformização, a Resolução nº 387, de 27 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em seu art.2; inciso VIII, descreve o Plano de Desenvolvimento do Assentamento como:

Plano que reúne os elementos essenciais para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, em estrita observância à diversidade de casos compreendida pelos diferentes biomas existentes, com destaque para os seus aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais (CONAMA, 2006, p 2).

A seguir a mesma Resolução, em seu art.2; inciso IX, define o Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) como:

O conjunto de ações planejadas complementares ao PDA, ou de reformulação ou substituição a este, destinadas a garantir ao Projeto de Assentamento de Reforma Agrária o nível desejado de desenvolvimento sustentável, a curto e médio prazo, devendo conter, no mínimo, o estabelecido no Anexo V desta Resolução (CONAMA, 2006, p 2).

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e o Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) são elaborados pelos assentados com a colaboração de uma equipe composta por diferentes profissionais que atuam nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. Esses planos se desdobram na forma de programas temáticos e subprogramas, que se materializarão em projetos e ações específicas. Outra finalidade dos mesmos é subsidiar a elaboração de projetos técnicos que sinalizam para a forma e os meios de viabilização do assentamento.

Na etapa final da elaboração dos PDAs ou PRAs, constrói-se uma agenda de compromissos, na qual fica registrado os problemas levantados e discutidos pelos assentados na perspectiva de apontar soluções com prazos definidos e responsáveis (entidades e instituições) pelo encaminhamento das questões levantadas, sendo que os parceiros que devem e contribuir na a resolução da situação problema.

No campo é usual utilizar dois procedimentos metodológicos complementares: a metodologia participativa, através do DRP; e a metodologia de análise que possibilite verificar o ambiente interno e externo no qual o assentamento está inserido, identificando pontos fortes e oportunidades existentes que poderão ser mobilizadas, bem como as fragilidades e ameaças externas que podem influenciar o êxito do assentamento. As informações obtidas nesse processo podem contribuir para que as decisões tomadas pelo grupo sejam mais adequadas e com maior possibilidade de êxito.

Em Goiás, Estado no qual foi realizado o presente estudo, foi estabelecido, em 2008, o Convênio INCRA/SEBRAE para prestar Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) aos assentamentos rurais ali existentes. Em 11 de janeiro de 2010 (Lei 12.188), o Programa de ATES foi substituído pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

A Lei nº 12.188 institucionalizou a ATER e criou a política nacional e o Programa Nacional de Assistência Técnica, tornando-a uma política de Estado. Porém, as organizações detectaram alguns problemas, entre eles, a lei que havia inserido todos os beneficiários dentro de uma mesma política, sem diferenciação entre agricultura familiar, reforma agrária e comunidades tradicionais.

As seções precedentes desta tese situaram o problema de pesquisa, metodologia, hipóteses e objetivos deste estudo, cujo foco essencial é a Assistência técnica e a Extensão Rural prestada aos agricultores familiares e, mais concretamente, aos assentamentos de reforma agraria. Vimos a dificuldades, retrocessos e avanços relativamente a essa questão enquanto lócus de atuação estatal na viabilização dos assentamentos de Reforma Agraria. As próximas seções da tese buscam respostas à luz da realidade concreta, tendo como foco a situação dos assentamentos do município de Jataí.

4 O UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA

4.1 Caracterização do município de Jataí, GO

O município de Jataí está situado na região Sudoeste do Estado de Goiás. Possui uma população de 93.759 habitantes, sendo que aproximadamente 90% residem no meio urbano e menos de 10%, no meio rural. Distante 320 km da capital (Goiânia), compõe, com outros municípios, a microrregião do Sudoeste de Goiás.

Seu clima é o tropical mesotérmico e úmido, com duas estações bem definidas pelo regime de chuvas. As temperaturas normalmente variam entre 11°C e 27°C, no inverno, e entre 18°C e 35°C no verão. Existe preponderância do solo do cerrado, onde, nas regiões mais altas e planas, a agricultura se desenvolve. A altitude varia de 600 a 800 metros, com uma precipitação anual média de 1.600 mm. Com essas características climáticas, existe a possibilidade de ocorrer duas safras por ano. Sua topografia é suavemente ondulada e seu território é de 7.174,231 km², com uma densidade demográfica de 12,27 habitantes/km². A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: Longitude: 51° 42' 52"W e Latitude: 17° 52' 53"S.

Devido à sua excelente localização, e facilidade de acesso por meio de importantes rodovias, e ainda por estar prestes a se tornar o entroncamento da Ferrovia Leste-Oeste com a Norte-Sul, o município de Jataí é visto como ponto de convergência de uma das principais rotas logísticas do país. Jataí também se desenvolveu muito no setor de turismo devido a um enorme lençol de águas termais em suas terras, fato que propiciou a construção de importantes empreendimentos do ramo. Além de conhecidos clubes termais, a cidade conta com um museu histórico e

algumas grutas e cachoeiras. Esse setor se apresenta como importante alternativa econômica para a região.

O município registra fatos pitorescos, como o ocorrido na década de 1950, quando fez história e gravou seu nome em diversos contextos políticos do País. Foi em um comício realizado nessa cidade que o então candidato à presidência da república, Juscelino Kubistchek, após ser indagado por jovem jataiense, prometeu que a nova capital federal iria para a região central do Brasil. Hoje, o museu histórico do município registra que Brasília, a emergente capital federal, nasceu em Jataí.

Esse evento continua até hoje ocupar lugar de destaque na historia recente de Jataí, e a municipalidade construiu um museu para perpetuar o fato. A figura 1 mostra a localização do município de Jataí.

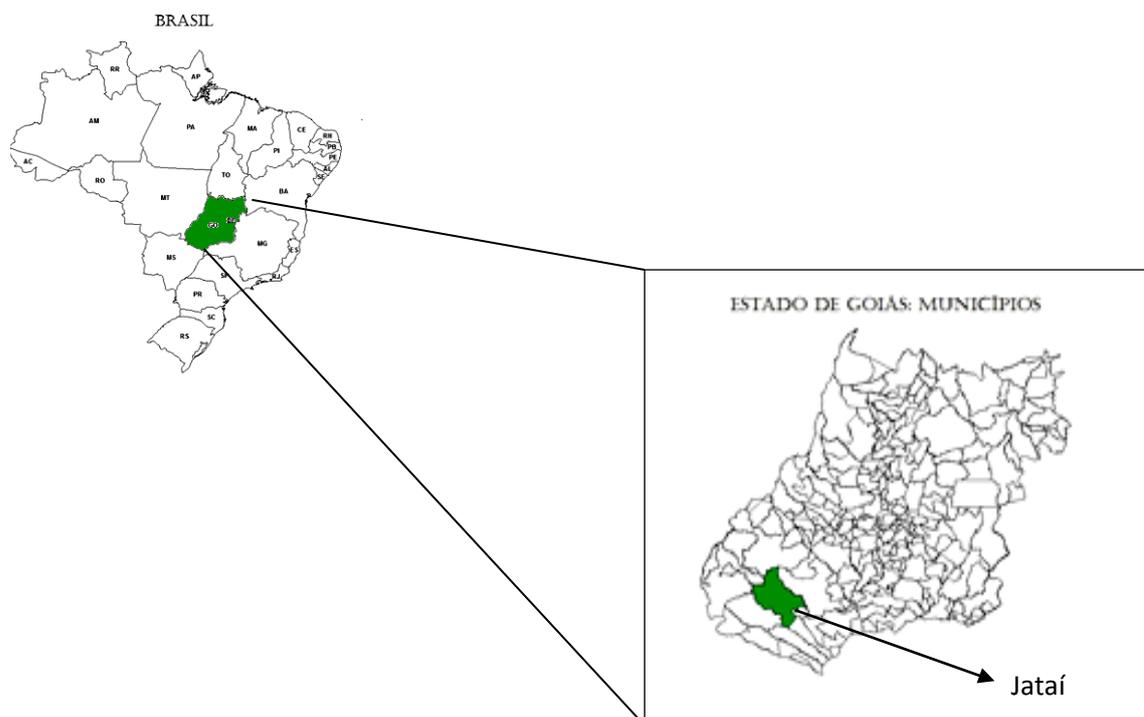


Figura 1 – Mapa do Brasil e mapa do estado de Goiás, destacando a localização do município de Jataí.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE – cidades (2013).

A economia do município é predominantemente agrícola, desenvolvendo uma agricultura de alta produtividade, mediante o uso de tecnologias avançadas e

intensivas, tornando-se uma referência na produção de grãos no Estado de Goiás. Segundo dados do IBGE (Produção Agrícola Municipal), nas safras 2003/2004 e 2005/2006, o município produziu milho, sorgo e soja, sendo considerado um dos principais centros produtores de grãos do Estado de Goiás. Possui uma grande capacidade instalada para beneficiar a produção agrícola oriunda do município. Atualmente, grandes usinas de álcool foram instaladas em Jataí, estabelecendo um novo perfil para a agricultura regional.

Outro aspecto importante é o acesso facilitado ao município, por meio de três rodovias federais (BR-158, BR-364 e BR-060) e por uma rodovia estadual (GO-184), o que facilita o escoamento de sua produção.

Ainda segundo os dados da Produção Agrícola Municipal, destacam-se na agricultura do município, o arroz, o feijão e a banana. Na Tabela 4, pode-se verificar a evolução recente da agricultura de Jataí. Merece menção especial a pecuária bovina, existindo ainda no município uma considerável produção de aves e de suínos, obtidos através de sistemas integração vertical com grandes indústrias instaladas no município e na região.

Tabela 4 – Lavouras temporárias – Quantidade produzida (em toneladas), área plantada (hectares), rendimento médio (kg por hectare), município de Jataí.

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA PLANTADA (HECTARE)			QUANTIDADE PRODUZIDA (TONELADA)			RENDIMENTO MÉDIO (KG / HECTARE)		
	2004	2013	%	2004	2013	%	2004	2013	%
Algodão herbáceo	1.500	800	-47	4.950	3264	-34	3.300	4.080	24
Arroz	4.000	400	-90	9.600	1.080	-89	2.400	2.700	13
Cana-de-açúcar	75	35.000	46.567	1.875	4.200.000	223900	25.000	120.000	380
Feijão	2.654	9.900	273	3.981	22.950	476	1.500	23.18	55
Milho	114.374	200.000	75	572.995	1.335.000	133	5.009	6.675	33
Soja	223.200	260.000	16	669.600	873.700	30	3.000	3.360	12
Sorgo em grãos	25.072	5.000	-80	60.173	15.500	-74	2.400	3.100	29

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Analisando dados do IBGE sobre a Produção Agrícola Municipal de 2004 e 2010, do ponto de vista das principais lavouras temporárias, verificamos um grande aumento na área canavieira. Até o momento, pouca atenção tem sido dada a essa questão para verificar seu impacto, especialmente do ponto de vista econômico e social. As lavouras de milho e de soja apresentam grande importância para a economia do município, com uma área plantada bastante significativa (223 mil/ha).

As lavouras algodão herbáceo, arroz, feijão, e sorgo em grãos permanecem sendo cultivadas no município, algumas ainda com certa importância econômica, outras como culturas em sucessão, plantadas no período da safrinha, época de cultivo muito comum no município devido à quantidade e boa distribuição das chuvas, que permitem a realização de duas safras anuais sem irrigação. Essa característica climática confere ao município uma grande vantagem comparativa com outras regiões do Estado de Goiás, contribuindo para tornar Jataí em um dos maiores produtores de grãos do Brasil.

A principal lavoura plantada na safrinha é o milho, sendo que o sorgo em grãos também ocupa áreas significativas. Na tabela 5, verifica-se a evolução de uma importante cultura, a banana, cultivada principalmente pelos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O percentual demonstrado na tabela 5 representa a variação da lavoura entre 2004 e 2013, e realça a grande transformação ocorrida nas últimas décadas no município, principalmente após a implantação da Cana-de-açúcar. Outro aspecto importante é a sempre crescente produtividade das lavouras o que demonstra a incorporação de tecnologias pelos agricultores do município.

Tabela 5 – Lavouras permanentes – Quantidade produzida (toneladas), área plantada (hectares), rendimento médio (kg por hectare), município de Jataí.

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA PLANTADA (HECTARES)			QUANTIDADE PRODUZIDA (TONELADAS)			RENDIMENTO MÉDIO (KG POR HECTARE)		
	2004	2013	%	2004	2013	%	2004	2013	%
Banana	603	365	- 39	6.120	3.85	- 46	10.551	9.000	- 14

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

A Tabela 6 registra, segundo dados do IBGE (2010), algumas informações sobre a pecuária no município. Verifica-se a sua importância, especialmente nas unidades de produção familiar e em assentamentos da reforma agrária. Existem indústrias de beneficiamento do leite, e talvez seja esse o setor da produção com maior peso econômico para os assentamentos da região.

Tabela 6 – Pecuária 2004 e 2013 – Rebanho bovino, unidades e quantidades no município de Jataí.

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE (2004)	QUANTIDADE (2013)	%
Bovinos	Cabeças	352.400	309.700	-12
Equinos	Cabeças	8.500	5.500	-35
Bubalinos	Cabeças	2.150	250	-88
Suínos	Cabeças	30.000	53.700	79
Caprinos	Cabeças	2.000	1.540	-23
Ovinos	Cabeças	5.100	5.700	11
Aves	Cabeças	2.461.745	3.220.500	30
Vacas ordenhadas	Cabeças	42.300	49.500	17
Leite de vaca	Mil litros	58.780	143.100	143

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2010. Rio de Janeiro: IBGE, (2010).

No município predomina o rebanho bovino para a produção de leite, embora ainda sejam encontradas várias fazendas de grande porte voltadas para a produção de bovino tipo carne.

Verificamos também a ocorrência de caprinos e ovinos que são encontrados principalmente nas unidades de agricultores familiares com a finalidade de alimentação e venda de pequenos excedentes.

A produção de suínos e aves é de grande importância para a região, que na maioria das vezes, é realizada por grandes produtores vinculados às indústrias agroalimentares instaladas na região.

Nos últimos anos, verificamos, na região, um aumento na existência de tratores de empresas ligadas ao ramo agropecuário, de beneficiadoras de grãos e de usinas de cana-de-açúcar. Além disso, há dois frigoríficos, um para pequenos animais e outro para bovinos.

Nesse contexto, percebem-se indícios do surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento econômico por meio das condições favoráveis para expansão da agricultura, sendo que essas condições valem tanto para os agricultores patronais como para os familiares.

Com respeito às formas de organização da agricultura familiar, é importante frisar a existência de uma cooperativa de produção, três associações e uma cooperativa de crédito solidário rural. Essa última possui mais de 800 associados, entre agricultores familiares, assentados e/ou produtores tradicionais. Está ainda em processo de criação, uma nova cooperativa de produção com sede no município de Jataí, que atenderá aos pequenos agricultores de toda a região Sudoeste de Goiás.

4.2 Os assentamentos da reforma agrária no município de Jataí, GO

Em Jataí, foram implantados sete projetos de assentamentos (PA), sendo três mais antigos – o PA Íris Rezende Machado (Rio Paraíso), de 1989, com 176 famílias; o PA Santa Rita, de 1998, com 23 famílias; e o PA Rio Claro, de 2001, com 17 famílias. A partir de 2007, foram implantados novos projetos: o PA Nossa Senhora de Guadalupe, com 85 famílias; o PA Rômulo Souza Pereira, com 90 famílias; e o PA Terra e Liberdade, com 162 famílias. A Superintendência do INCRA em Goiás divulgou, em fevereiro de 2012, a criação de mais um assentamento da reforma agrária em Jataí – o PA Campo Belo, que abriga 11 famílias.

Este estudo se propõe analisar a ATER em cinco dos seis assentamentos existentes no município de Jataí. A seguir são apresentadas as características de cada um dos assentamentos que foram objeto deste estudo.

4.2.1 Projeto de Assentamento Rio Paraíso

O primeiro deles é o Projeto de Assentamento Íris Rezende Machado (Rio Paraíso), localizado próximo à BR-060, distante 30 km da sede do município. A denominação Rio Paraíso é originada do nome da fazenda de 26 mil hectares de propriedade de um grupo italiano, sendo que parte dela foi desapropriada e negociada pelo INCRA. Um grupo constituído de trabalhadores rurais, arrendatários e assalariados liderados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí ocupou a área, dando início ao processo de constituição do assentamento. A desapropriação da área foi determinada pelo Decreto nº 92.812, de 25 de junho de 1986, havendo sido declarada de interesse social para fins de reforma agrária. Contudo, esse assentamento foi regulamentado somente no dia 27 de agosto de 1989.

O Projeto de Assentamento Rural Rio Paraíso está dividido em 176 parcelas, cujas dimensões variam de 25 a 38 hectares, conforme a qualidade e a localização em relação ao Rio Doce, que passa pelo assentamento. Uma parcela localizada no centro do assentamento foi destinada às instalações onde ocorrem atividades coletivas, incluindo a sede da Cooperativa Agropecuária do Rio Paraíso (COOPARPA) – a qual possui um espaço que permite a realização de reuniões, cursos, palestras e festas –, uma escola de Ensino Fundamental (Escola Municipal Rio Paraíso II), um posto da EMATER/GO, um posto médico e dentário, um campo de futebol, uma quadra de esportes, um supermercado e igrejas.

Os grãos produzidos no assentamento são comercializados junto a empresas de Jataí. Os assentados desse PA não participam de sistemas de integração vertical com as agroindústrias locais e regionais.

A Cooperativa Agropecuária do Rio Paraíso (COOPARPA) organiza e apoia os assentados na produção de soja destinada ao programa de biodiesel.

4.2.2 Assentamento Santa Rita

O assentamento Santa Rita está localizado às margens da BR-158, distante aproximadamente 45 km da sede do município. É composto por 23 famílias que trabalham com pecuária leiteira, pequenas áreas irrigadas de milho e feijão, criação de suínos e aves em pequena escala e também com hortas e pomares para atender

ao autoconsumo. Possui uma área de reserva legal, sendo que os lotes medem, em média, 30 hectares.

Na parte central do assentamento, há uma área que é destinada para reuniões e atividades da associação dos assentados. A estrutura está inacabada e apresenta problemas para a realização de atividades de maior vulto. Foi verificada a existência de iniciativas ligadas à transformação da produção. O assentamento possui energia elétrica, sendo que os assentados já tiveram acesso a todos os créditos direcionados para áreas da reforma agrária, inclusive o PRONAF, investimento e custeio. No assentamento Santa Rita a prestação de serviços de ATER corre a cargo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Outras instituições atuam indiretamente, a exemplo da Universidade Federal de Goiás, dentre outras. Neste assentamento averiguamos a existência de pequenas hortas e pequenos pomares que produzem para o programa de aquisição de alimentos recentemente instalado no município.

4.2.3 Assentamento Rio Claro

O Assentamento Rio Claro está localizado a 40 km da sede do município, sendo o acesso feito por estrada de qualidade regular, apresentando certas dificuldades para o escoamento da produção à época das chuvas. É composto por 17 famílias que trabalham com pecuária leiteira, pequenas hortas comerciais, milho, suínos e aves em pequena escala. Possui uma área de reserva legal, e os lotes variam de 26,55 a 37,75 hectares.

A sede da antiga fazenda é utilizada como local para reunião e para outras atividades da associação dos assentados. A estrutura é precária e apresenta problemas para a realização de atividades de maior vulto. Esse assentamento possui energia elétrica e já consegue ter acesso a todos os créditos direcionados para áreas da reforma agrária, inclusive o PRONAF (investimento e custeio).

No assentamento Rio Claro o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) atua como responsável pela ATER. Outras instituições também atuam de forma esporádica nesse assentamento, dentre as quais, podemos citar a Universidade Federal de Goiás que desenvolve trabalho em

diversas áreas. Esse PA foi criado em 2001, sendo que sua área foi dividida em 17 lotes. O assentamento é constituído por áreas de relevo plano, suave e ondulado. Predomina a vegetação típica de cerrados com a reserva legal regularizada. Além do Rio Claro e de um pequeno córrego que limitam com o imóvel ao sul e ao leste, existem diversas outras nascentes e cursos d'água em seu interior.

4.2.4 Assentamento Nossa Senhora da Guadalupe

Criado em 2007 o Assentamento Nossa Senhora de Guadalupe, possui 1,3 mil hectares e 52 famílias de trabalhadores rurais assentadas. O imóvel que deu origem ao assentamento foi desapropriado em 2006, estando localizado próximo à sede do município. As 85 famílias que estão iniciando suas atividades já tiveram acesso aos créditos iniciais da reforma agrária e têm buscado parcerias para trabalhar na área. Esse assentamento é atendido pelo SEBRAE, possuindo pequenas áreas de lavoura de milho e pequenos rebanhos bovinos.

Esse assentamento é o que fica mais próximo à sede de Jataí, estando a aproximadamente 15 km. O deslocamento é feito em uma estrada cascalhada e bem conservada. Devido a essa proximidade e à disponibilidade de água foi destinado em média, 14 ha para cada assentado. A área foi definida em função da perspectiva de produção de hortaliças e comercialização direta na cidade

Hoje o assentamento conta com uma área coletiva com várias construções remanescentes da antiga fazenda. Nessa área existem casas, galpão para máquinas e outras estruturas, sendo que algumas estão sendo atualmente utilizadas como é o caso de um tanque de resfriamento de leite comunitário. O assentamento ainda não dispõe de energia elétrica e os assentados não tiveram acesso ao PRONAF para investimento e custeio. O assentamento também conta com uma associação estruturada para representar os interesses coletivos.

4.4.5 Assentamento Rômulo de Souza Pereira (Gurita)

O assentamento Gurita também é de 2007, estando localizado às margens da BR-362, distando aproximadamente 25 km da sede do município de Jataí. Apresenta 2071,52 hectares divididos em quatro partes acima e abaixo da rodovia. Foram assentadas 62 famílias com média de 19 hectares para cada uma. Produz basicamente leite e soja para biodiesel. O leite é entregue à cooperativa do assentamento Rio Paraíso. Possui um tanque de resfriamento localizado na sede em um galpão desativado, que era utilizado para produção de frangos em integração com a Perdigão antes da desapropriação. A empresa não se interessou mais pela produção no assentamento.

O assentamento não dispõe de energia elétrica nos lotes, apenas na sede. O serviço de ATER é de responsabilidade do SEBRAE. Os assentados ainda não tiveram acesso aos recursos do PRONAF, para custeio e investimento. Possui uma associação no assentamento que acompanha e apoia os assentados

Para permitir uma visão conjunta dos assentamentos analisados neste estudo organizamos um quadro 3 com diferentes componentes que permitem visualizar os diferentes aspectos deste universo estudado, ou seja, nº de famílias, distância sede município, ano de implantação, tamanho médio do lote, principais atividades econômicas, formas de organização e outras informações consideradas relevantes.

Quadro 3 – Caracterização resumida dos assentamentos estudados no município de Jataí.

DISCRIMINAÇÃO	GUADALUPE	RIO CLARO	SANTA RITA	RIO PARAÍSO	GURITA
Nº de Famílias	54	17	23	176	62
Distância sede município	8	30	25	20	25
Ano de implantação	2007	2001	1998	1989	2007
Tamanho médio do lote	14	28-30	28-30	30	28-30
Principais Atividades	Leite/Horta/Soja	Leite / Soja	Leite / Soja	Soja	Leite/Horta/Soja
Organização	Associação e Sindicato	Associação e Sindicato	Associação e Sindicato	Cooperativa e Sindicato	Associação e Sindicato
Outras informações	Assentamento recente	Demora na efetivação	Demora na efetivação	Considerado referência	Estrutura desativada

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Estas informações foram coletadas por ocasião das entrevistas, com as lideranças dos assentados, sendo que algumas expressam a percepção dos mesmos em cada item abordado.

5 ANÁLISES DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.2 Análises das informações oriundas das lideranças e dos assentados da reforma agrária sobre o serviço de ATER

Nesta seção, serão analisados os resultados obtidos, procurando simultaneamente, discutir e sistematizar as informações coletadas. Buscamos utilizar a mesma sequência da coleta das informações tendo como referência a preocupação de correlacionar as contribuições oriundas dos diferentes agentes nos diversos atributos de análise, demonstrando a nossa compreensão e explicitação dos resultados, bem como as discussões sobre a dinâmica da ATER em áreas de assentamento.

Os resultados serão discutidos, tomando por base as respostas dos entrevistados às diversas questões abordadas no roteiro que serviu de referência para o diálogo entre o pesquisador e os assentados. Embora em muitas ocasiões, durante a efetivação das entrevistas, outras questões tenham sido objeto de ponderações, todos os itens do roteiro foram devidamente tratados em todas as entrevistas efetuadas.

Nas entrevistas direcionadas às lideranças dos assentamentos procuramos, em um primeiro momento, identificar as principais atividades conduzidas pela organização. Foram entrevistados os representantes das associações e das cooperativas dos assentados. Também estabelecemos contato com representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), por meio do seu sindicato local, assim como do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que ligado a Federação dos Trabalhadores na agricultura do

Estado de Goiás (FETAEG) vinculada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Como os representantes dessas organizações locais são assentados nas áreas pesquisadas, todos foram ouvidos na qualidade de representantes de seus respectivos assentamentos.

Nesta unidade os temas tratados envolvem: 1 – Um breve histórico do assentamento sempre voltado para as questões centrais do estudo. 2 – Como foi o momento inicial de cada assentamento e que tipos de apoio conseguiram na estruturação inicial. 3 – Como é a ATER prestada por ocasião da realização do trabalho de campo.

As áreas estudadas apresentam diferentes épocas de instalação. As três mais antigas contaram com a ATER de equipes vinculadas ao Projeto Lumiar, sendo que essas equipes foram responsáveis pela elaboração dos projetos iniciais de investimento e dos custeios. Os assentamentos mais recentes, Nossa Senhora do Guadalupe e Gurita, embora tenham o acompanhamento de um técnico vinculado a um contrato do INCRA com o SEBRAE, não tiveram ainda acesso ao PRONAF, que, como é sabido, possibilita ao assentado começar a estruturação produtiva dos lotes. Esses assentamentos (Nossa Senhora do Guadalupe e Gurita) se encontram em dificuldades e os assentados estão buscando alternativas em outros programas, como relataremos em um item específico.

Após essas considerações preliminares vamos analisar e discutir as respostas das lideranças dos assentamentos estudados aos demais componentes do estudo colocados em discussão.

A primeira questão abordada com as lideranças dos assentados foi a seguinte: Em seu entendimento qual é a finalidade dos serviços da ATER? A partir das respostas obtidas com as lideranças e com os assentados foram construídos cinco agrupamentos por proximidade com os quais elaboramos e que estão representadas na tabela 7.

As informações foram reunidas e agrupadas por similaridades, de acordo com as respostas oriundas das entrevistas realizadas com os assentados. Nesse item, embora com pequenas variações, foi possível verificar muita semelhança com a abordagem feita pelas lideranças.

Tabela 7 – A finalidade dos serviços de ATER de acordo com as lideranças dos assentamentos e dos assentamentos no município de Jataí.

GRUPOS DE RESPOSTAS	LIDERANÇAS	ASSENTAMENTOS					TOTAL	%
		1	2	3	4	5		
Dar suporte ao assentado na produção e administração do lote	4	2	2	1	1	-	6	20
Elaborar PRONAF	1	1	-	1	4	4	10	33
Explicar aos assentados como plantar e como cuidar do gado	2	2	1	2	1	1	7	23
Elaborar um Plano de Desenvolvimento para o assentamento.	2	-	-	2	-	-	2	7
Ajudar com conhecimento técnico	1	1	3	-	-	1	5	17
Total	10	6	6	6	6	6	30	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Em uma leitura concisa percebemos que, nesse quesito foram levantados elementos que requerem uma ponderação mais criteriosa. Todas as categorias identificadas sinalizam que os assentados têm uma visão predominantemente mais assistencialista de ATER, como podemos averiguar na maioria dos relatos feitos nesse quesito.

A rigor podemos interpretar que apenas alguns assentados sinalizaram para uma atuação mais ampla nos moldes preconizados na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), quando ponderaram que a finalidade da ATER reside na elaboração do Plano de Desenvolvimento para o Assentamento e acompanhamento posterior (monitoramento).

Esses entrevistados também se posicionam no sentido da necessária reconstrução da forma de atuar dos serviços de ATER, acrescentando ainda a urgência de sua implantação, pois muitos assentamentos atravessam uma etapa crucial, requerendo uma maior participação dos técnicos de campo e que estes estejam preparados para atuar de forma diferenciada.

Em sequência apresentaremos a visão dos assentados entrevistados. Algumas questões foram formuladas de forma idêntica, com a finalidade de verificar

se a opinião predominante no conjunto dos assentados é similar às opiniões das lideranças que participaram do estudo.

Os assentados entrevistados demonstraram proximidade com as colocações feitas pelas lideranças. É interessante comparar a posição adotada por alguns assentados e conferir a proximidade dos agrupamentos identificados no estudo. Vamos transcrever alguns trechos que demonstram estas recorrências

Tirar as dúvidas dos assentados. Ajudar com conhecimento técnico. (Entrevista A - 27).

Bom termos respaldo com orientações técnicas. O serviço técnico oferece segurança técnica aos assentados. (Entrevista A - 26).

Mais explicação e que atue com o gado e lavouras. (Entrevista A - 7)

Que seja atuante e tenha conhecimento técnico atualizado. (Entrevista A 28)

Alguns aspectos devem ser destacados. É possível constatar que os assentados apresentam uma visão da ATER como um serviço de ajuda, de auxílio. Não conseguem perceber que a ATER pode desempenhar novas atribuições e ser mais próxima, compartilhando a caminhada para o desenvolvimento pleno do assentamento. Uma abordagem mais contemporânea, identificada com novos elementos como participação e cooperação não foi constatada neste quesito.

Em nosso entendimento esse fato é fruto de décadas de atuação da ATER dentro dos cânones da abordagem “difusionista”, o que contribuiu para consolidar tal visão. Ao mesmo tempo, percebemos que faltou um diálogo mais amplo entre técnicos e assentados, buscando mostrar que a ATER está procurando novos caminhos a partir da implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER). Não há, portanto, sintonia entre as propostas de mudanças e as ações na base.

Podemos constatar que as opiniões se distribuíram em todos os agrupamentos construídos para a melhor visualização e entendimento das questões estudadas. Embora predomine a opção “elaborar projetos”, verificamos uma maior ocorrência da mesma em assentamentos que nunca tiveram acesso a nenhum tipo de crédito e ao assentamento mais consolidado, ou seja, o assentamento Rio Paraíso, que possui uma cooperativa com um serviço técnico instalado para dar suporte ao programa de soja para a produção de biodiesel.

A opção de “dar suporte ao assentado na produção e na administração de lote” ocorreu com maior frequência nos assentamentos Santa Rita e Rio Claro, que já contaram com diferentes tipos de assistência técnica mais ainda não conseguiram estabilizar como um assentamento produtivo. Este agrupamento é muito próximo das respostas agrupadas nos itens *explicar aos agricultores como plantar e como cuidar do gado e ajudar com conhecimento técnico* que ocorreram de forma mais distribuída e com percentuais interessantes, realçando a visão predominante no universo analisado de que os serviços ATER têm grande importância como componente de acesso a questões de natureza técnica.

Quando a questão agrupamento “elaborar um Plano de Desenvolvimento para o assentamento”, percebeu-se que a existência de elementos que demonstram uma visão mais diferenciada do serviço de ATER, corresponde a apenas 7 % das ocorrências, concentrando-se em um assentamento, qual seja, o assentamento Nossa Senhora do Guadalupe, o que pode demonstrar que existe um entendimento distinto nesse assentamento, que pode ser resultante de posições individuais mais do que de ações de integração entre os assentamentos. Este juízo pode estar correlacionado ao fato de os dirigentes participarem ativamente do sindicato dos trabalhadores rurais.

Para um maior detalhamento e análise dessa temática, construímos a figura 2, a qual mostra a distribuição das diferentes visões correlacionando-as com a realidade dos diferentes assentamentos. Na Figura abaixo destacamos os itens apresentados.

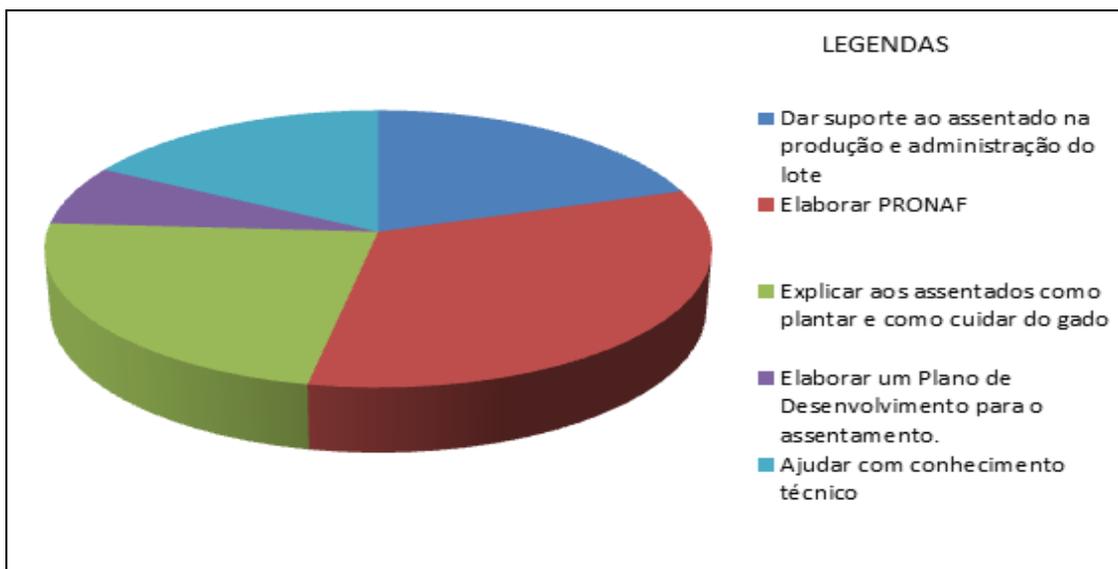


Figura 2 – A finalidade dos serviços de ATER de acordo com os agrupamentos identificados.

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

A segunda questão colocada para a apreciação das lideranças e dos assentados foi a seguinte: Como você avalia a contribuição dos serviços de ATER para o desenvolvimento deste assentamento. Neste quesito foram adotados os mesmos procedimentos realizados no item anterior.

Foram identificadas três respostas: 1 – Avaliação Positiva; 2 – Avaliação Negativa; 3 – Outras respostas. No item 3 agrupamos respostas com as seguintes ocorrências: 1 – *Alguns técnicos bons e outros deixaram a desejar*; 2 – *Os técnicos começam bem com muito trabalho e depois desanimam*; 3 – *Especializaram muito no atendimento da soja e deixam a desejar em outras áreas como horticultura* e 4 – *Importante para elaborar projetos do PRONAF*. Essas posições refletem respostas que indicam insatisfação dos assentados com os serviços de ATER, ainda que agreguem novos elementos que devem ser aqui destacados. Dentre eles, verificamos que alguns assentados direcionaram sua avaliação para a atuação individual do técnico, não considerando os serviços de ATER como um todo. Assim sendo, não conseguiram identificar questões estruturais que extrapolam a atuação individual do técnico com outras que acrescem as opiniões contrárias aos serviços

de ATER prestados. Uma síntese do entendimento das lideranças e dos assentados sobre a questão examinada e exposta na tabela 8.

Tabela 8 – Avaliação dos serviços de ATER de acordo com as lideranças dos assentamentos e dos assentamentos no município de Jataí.

GRUPOS DE RESPOSTAS	LIDERANÇAS	ASSENTAMENTOS					TOTAL	%
		1	2	3	4	5		
Avaliação Positiva	5	1	3	5	4	4	17	57
Avaliação Negativa	3	3	2	-	2	2	9	30
Outras respostas	2	2	1	1	-	-	4	13
Total	10	6	6	6	6	6	30	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Vamos realçar alguns trechos que contribuíram para ensejar a aglutinação das respostas.

Não podemos reclamar no início sempre é muito boa depois piora muito, e no final, é muito difícil conseguir qualquer coisa. (Entrevista A - 8).

Foi importante. Boa, mas tinha poucos técnicos. Alguns técnicos moravam em outra cidade distante de Jataí e demorava a atender as urgências. (Entrevista A - 20).

Todo plano realizado não é efetivado. Nunca conseguiram nada para melhorar o Lote (Entrevista A - 2)

Visitava apenas o presidente da associação e demorava de 3 a 4 meses para passar no lote. (Entrevista A - 3)

Ruim, todos os projetos iniciados não são concluídos, como o “projeto de carneiro” e o “mudas de eucalipto”. (Entrevista A - 1)

Muitos assentados ponderaram que tiveram como referência a atuação de alguns técnicos que estiveram recentemente no assentamento, embora sempre fazendo a ressalva que o número de técnicos por assentado contratado pelo INCRA prejudica sobremaneira os serviços, pois a relação de um técnico para 125 assentados é muito alta, não permitindo um acompanhamento adequado de cada lote. Veja-se o excerto da entrevista realizada com um assentado.

O número de técnicos para atender os assentamentos é pequeno e existem muitos assentados precisando. O INCRA deve pensar melhor na relação técnico /assentado. (Entrevista A - 13).

Outro aspecto interessante foi contatar que quando essa questão foi colocada, muitos entrevistados perguntaram se as respostas não iriam prejudicar alguém, pois que muitas vezes têm uma relação de amizade com o técnico e não conseguem separar a qualificação para o trabalho com a amizade pessoal.

Nesse momento foi possível resgatar como é feita a avaliação do INCRA do serviço prestado. Apenas alguns técnicos da contratada visitam periodicamente o assentamento e perguntam aleatoriamente como estão sendo conduzidos os trabalhos de ATER. Ou seja, o controle social é bastante frágil.

O fato que despertou a atenção do pesquisador foi o a excessiva crítica a determinados procedimentos adotados pela ATER, tais como sempre tirar fotos e se preocupar mais com os relatórios do que o atendimento à demanda dos assentados. Essas posições surgiram em 7 entrevistas realizadas junto aos assentamentos Santa Rita e do Assentamento Rio Claro).

Em algumas entrevistas verificamos que os assentados destacaram a atuação de alguns técnicos e criticaram com muita ênfase outros. Esse aspecto demonstra que muitas vezes o próprio assentado não consegue estabelecer uma avaliação isenta com respeito ao trabalho da ATER, desviando a análise para o comportamento individual de alguns técnicos, fato que pode contribuir para ofuscar deficiências de outros componentes fundamentais para a qualidade dos serviços prestados.

Nesse contexto, o relato de uma liderança contribuiu para esclarecer como ocorre a relação entre o INCRA e os Assentados no que concerne à ATER no município de Jataí.

Muitas vezes fomos ao INCRA reclamar dos serviços de ATER. Chegamos muitas vezes pedir para mudar de empresa, mais nunca fomos atendidos. Muitas vezes o INCRA não quer nem conversar sobre isto. (Entrevista L - 2).

Seguindo o mesmo procedimento de análise, sistematizamos agrupamentos das respostas, segundo a contribuição dos assentados nos diferentes assentamentos examinados. A ordem utilizada é similar à apresentada anteriormente.

Podemos constatar que predomina a avaliação positiva, contudo, necessita ser objeto de reflexão o fato de as avaliações negativas predominarem em assentamentos que tiveram mais atuação de equipes de ATER e, portanto, já vivenciaram as diferentes situações e sempre com os mesmos e recorrentes problemas.

No início do Assentamento os técnicos do Lumiar, fizeram os projetos para a aquisição do gado. Até hoje tenho dificuldade com o gado devido à escolha errada naquela época. (Entrevista A - 5)

Estou devendo o PRONAF. Não tive orientação. (Entrevista A - 1)

Outro aspecto que ficou enfatizado principalmente na construção do agrupamento “outras respostas” que parecem associadas e que foram identificadas como: *Alguns técnicos bons e outros deixaram a desejar e Os técnicos começam bem com muito trabalho e depois desanimam.* Esse foco evidencia a falta de continuidade das ações de ATER e está relacionado a aspectos políticos e jurídicos, causando impacto negativo nas ações da ATER, gerando desconfiança e insegurança para os técnicos e assentados e afetando diretamente a qualidade do trabalho.

Esse episódio já foi constado em estudos sobre ATER, e pode estar relacionado à forma como ocorrem as contratações desses serviços com obrigações e prazos inadequados.

Há um estudo realizado por Miranda (2008), no sudeste do estado do Pará, envolvendo a Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), com o qual podemos estabelecer um paralelo, no tocante à comprovação de certas limitações averiguadas a campo.

A ATES se configura como um serviço institucionalmente regulado na forma de contratos temporários, sujeitando-o a uma série de fragilidades que, ao longo dos anos, vem reduzindo possibilidades de propiciar, de fato, esperadas transformações no meio rural como permitem vislumbrar as propostas e diretrizes do texto oficial. [...] O presente estudo indica a necessidade de discutir a articulação de políticas públicas e arranjos institucionais para que o serviço de ATES se torne um direito dos agricultores assentados e não apenas um serviço, que pode ser prestado ao não, sujeito a contingências políticas e instabilidades administrativas (MIRANDA, 2008, p.135).

Como podemos constatar, muitas das questões relatadas pelos entrevistados aparecem em estudos realizados em diferentes localidades do Brasil, demonstrando

ser um aspecto recorrente que requer uma atenção mais adequada dos responsáveis em implantar as políticas públicas voltadas para os assentamentos da reforma agrária.

Através da figura 3 é possível visualizar como os serviços de ATER foram avaliados nos diferentes assentamentos pesquisados:

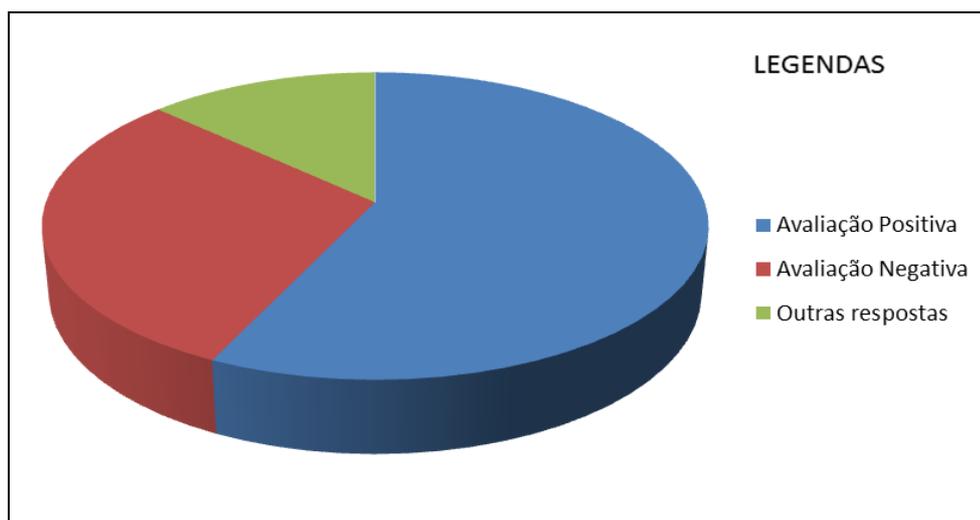


Figura 3 – Avaliação do serviço de ATER realizado pelos assentados da reforma agrária segundo semelhanças e proximidade das respostas.

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Outra ocorrência interessante foi à associação do serviço de ATER à elaboração do crédito rural. Esse acontecimento foi verificado em um assentamento que ainda não teve acesso ao PRONAF. Nos assentamentos Nossa Senhora do Guadalupe e Gurita, a falta de recursos para investir nos lotes foi colocada de forma recorrente, os assentados mostraram uma grande expectativa para quando esse acesso ocorrer. Também verificamos que no assentamento mais consolidado existe uma associação da ATER com os projetos de custeio e investimento, tal como indicamos nos depoimentos na sequência:

Elaborar PRONAF para recuperação de pastagens. (Entrevista A -17)

Muito bom na orientação das lavouras. (Entrevista A - 27)

Que traga as novidades e atenda corretamente quando ocorrer doenças nas lavouras. (Entrevista A - 26)

A seguir vamos visualizar os percentuais das respostas mencionadas nos diferentes assentamentos.

A posição “*especializou muito no atendimento da soja e deixa a desejar em outras áreas como horticultura*”, que agregado ao grupo denominado de outras respostas, embora com um percentual pequeno, constituiu em uma das colocações mais contundentes ocorridas durante a etapa de coleta dos dados. Essa e outras afirmativas próximas que consideramos para estabelecer esta categoria foram fruto da indignação de alguns assentados com a predominância da cultura da soja, que a cada ano aumenta e, segundo esses entrevistados, pode colocar em risco outras atividades, tais como o cultivo de hortaliças. Nesse sentido, alguns assentados afirmam que a predominância da soja pode acarretar, no futuro, certas dificuldades para o assentamento, principalmente se ocorrer o fim do programa governamental do biodiesel.

Em uma entrevista posterior repercutimos esse posicionamento com uma liderança local, e a mesma manifestou que tal preocupação está sendo objeto de reflexão dos dirigentes da cooperativa, havendo até uma proposta concreta de limitar o tamanho da área com soja em, no máximo, 70% da área disponível para plantio no lote, sinalizando para a necessidade de buscar a diversificação de atividades nos lotes.

A avaliação negativa teve um percentual significativo de 30% do total das manifestações, as quais foram concentradas nos dois primeiros assentamentos pesquisados, Santa Rita e Rio Claro e pode ser ratificada em fragmentos retirados de entrevistas:

Todo plano realizado não é feito. Nunca conseguiram nada para melhorar o Lote. (Entrevista A - 3.)

A Assistência técnica não ajuda em nada. (Entrevista A - 2)

Muita promessa e pouca coisa para os assentados. (Entrevista A - 8)

Somando as manifestações que foram agrupadas no item “outras respostas”, os entrevistados relataram situações diferenciadas, ou seja, dentre as quais: “*Alguns técnicos bons e outros deixaram a desejar*”. “Os técnicos começam bem com muito trabalho e depois desanimam”. “*Especializou muito no atendimento da soja e deixa a*

desejar em outras áreas como horticultura”, totalizaram um percentual de aproximadamente 17% das manifestações.

A avaliação positiva predominou entre as lideranças e os assentados entrevistados, alcançando 57% das manifestações, o que pode sinalizar que, embora outros pontos tenham demonstrado uma série de dificuldades enfrentadas pela ATER, de forma geral esse serviço é aceito pelo conjunto dos entrevistados. Extraímos alguns trechos para exemplificar:

Muito bom na orientação das lavouras. (Entrevista A - 27).

Muito boa, porque está junto dos agricultores procurando novas alternativas de produção. (Entrevista A - 28).

Importante na orientação da produção de leite. (Entrevista A - 16).

Como podemos constatar em alguns depoimentos acima, a avaliação positiva associou novamente os serviços de ATER apenas a trabalhos de natureza tecnológica.

Também, nesse quesito, um pequeno percentual indicou a importância dos serviços de ATER diretamente relacionados com a elaboração do PRONAF.

Em seguida foi solicitado às lideranças, bem como aos assentados, que indicassem quais as atividades consideradas importantes e o que foi executado pelos técnicos da ATER. Nesse componente englobamos todos os apontamentos feitos pelo entrevistado, não distinguindo se as ações realizadas são de competência ou não da ATER.

Nesse item solicitamos às lideranças e aos assentados que recomendassem e expusessem quais as atividades organizadas pela ATER eles consideram importantes, e as que trouxeram alguma contribuição para a melhoria do seu lote. Consideramos todas as manifestações dos entrevistados, embora sempre indagando se a alternativa indicada foi realmente organizada pelos responsáveis da ATER no assentamento. Essa informação é relevante, pois muitas das ações que ocorrem no assentamento podem ter outra origem, ou seja, não sendo organizadas pelos sindicatos do município.

Foram identificados dez agrupamentos por similaridade nas respostas: cursos e treinamentos diversos; acompanhamento de hortas; atendimento à pecuária leiteira; elaboração de PRONAF; introdução de mudas de eucalipto; introdução de

nova variedade de mandioca; horta redonda; plantio em estufa; trabalho com as mulheres e dia de campo.

Como podemos constatar, a maioria das respostas identificadas demonstra a grande utilização de métodos de trabalho alinhados com a abordagem difusionista. A escolha do método de trabalho pode indicar a forma de atuar de um técnico, e observamos uma clara inclinação à abordagem acima citada, pois está sempre vinculada à adoção de tecnologias pelo agricultor.

Como averiguamos, os entrevistados procuraram registrar os eventos que, de alguma forma, chamaram a sua atenção. Como quase todos pertencem a ações desenvolvidas pela ATER, em um primeiro momento, anotamos apenas a indicação, para depois perguntar se o mesmo foi organizado diretamente pela ATER, ou apenas contou com a sua participação. Os trechos abaixo relacionados demonstram como foram construídos e sintetizados os diversos agrupamentos deste quesito:

O curso de primeiros socorros e acidentes com animais peçonhentos foi muito importante. Porque muita gente não sabia o que fazer nesta situação. Aprendemos muito. Falou também de outros cursos como o sobre manejo de rebanho. (Entrevista A - 20).

Uma coisa importante foi à organização do trabalho com as mulheres, tivemos cursos e até começamos a conversar sobre a criação de abelha em conjunto. (Entrevista A - 4).

O curso sobre manejo do gado foi muito bom. (Entrevista A - 6).

Igualmente, essas mesmas questões foram analisadas a partir da visão dos assentados que participaram da pesquisa. Nesse segmento de análise pudemos encontrar diferentes contribuições, pois muitos entrevistados relataram diversas ações que participaram ou mesmo algumas das quais ouviram relatos positivos. Alguns assentados apontaram mais de uma atividade. As respostas dos assentados foram organizadas na tabela 9, que evidenciou elementos da análise sobre a atuação da ATER nos assentamentos do município de Jataí.

Todos os dez agrupamentos por similaridade elencados de forma direta ou indireta representam ações da equipe de ATER. A mais difícil de confirmar foram os cursos e treinamentos realizados, pois constatamos, em uma entrevista no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que alguns desses cursos tiveram o patrocínio do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) por meio de convênio com o Sindicato.

Muitos cursos foram realmente organizados pela ATER, contudo quando questionamos aos assentados quem definia o assunto e o conteúdo do curso, todos foram unânimes em afirmar que tudo era definido sem a participação dos mesmos. Constatamos que muitos dos temas trabalhados não eram de interesse dos assentados, contudo, os que a temática se aproximava do interesse e da problemática vivenciada pelos assentados, tornaram-se grande sucesso com uma boa presença dos assentados. Outro registro importante foi constatar que esses cursos não foram direcionados apenas para a área agrícola e pecuária.

Outros grupos de respostas encontradas no estudo coincidem com programas e projetos desenvolvidos pela ATER, tais como, “a horta redonda” e “plantio em estufa”. A primeira foi um sistema demonstrativo implantado em alguns assentamentos, o qual estabelece o plantio em círculos, também conhecido com sistema “Mandala”. Essa configuração de plantio chamou muito a atenção dos assentados devido ao seu formato circular, contudo não alcançou o resultado esperado, pois não verificamos mais a utilização desse sistema nos assentamentos pesquisados. O plantio em estufa foi mencionado de forma predominante no assentamento Santa Rita e pelos assentados envolvidos no programa de compra para a merenda escolar. Alguns relataram a importância dessas estruturas, ainda que não as tivessem construídas em seus lotes alegando custo alto e falta de assistência técnica para este fim.

Os outros dois agrupamentos identificados “introdução de mudas de eucalipto” e “introdução de nova variedade de mandioca” também se referiam a unidades demonstrativas e campos de multiplicação de variedades implantadas pela ATER em vários assentamentos do município de Jataí. Não conseguimos identificar se estes procedimentos faziam parte de um planejamento estratégico para os assentados, uma vez que ocorreram de forma isolada, não estando programadas ações futuras com as produções obtidas.

O único agrupamento encontrado que sinaliza um trabalho coletivo foi “trabalho com as mulheres”, que as incentivava a se organizarem em pequenos grupos e buscarem alternativas produtivas. As manifestações agrupadas nesses itens são principalmente provenientes do assentamento Santa Rita e do jovem assentamento Gurita.

O dia de campo, método utilizado pela ATER, e muito comum na região foi citado apenas no assentamento Rio Paraíso como uma das atividades

desenvolvidas na cultura da soja. Esse método de trabalho sempre foi muito usado pela Extensão Rural no município, identificado essencialmente com a abordagem difusionista.

Nesse mesmo assentamento constatamos que a cooperativa dos assentados realizou, em parceria com empresas que atuam no município, outros eventos para apresentar aspectos tecnológicos voltados para a cultura da soja.

E finalmente, o agrupamento “elaboração do PRONAF”, é recorrente e sempre lembrado como um trabalho executado pela ATER. Em vários quesitos os assentados reportaram novamente as questões do PRONAF, principalmente nos assentamentos que ainda não tiveram acesso aos recursos oriundos desse programa, quais sejam, os assentamentos Gurita e Nossa Senhora do Guadalupe. Ainda persiste nos assentamentos estudados uma grande vinculação da ATER com o crédito rural, prática muito utilizada pelos técnicos que atuaram na extensão rural no município.

Para melhor visualização, tais elementos foram distribuídos, segundo as respostas obtidas, em cada associação pesquisada e organizados na tabela 9.

Tabela 9 – Atividades consideradas importantes e que foram executadas pelos técnicos da ATER por assentamento pesquisado.

GRUPOS DE RESPOSTAS	LIDERANÇAS	ASSENTAMENTOS					TOTAL	%
		1	2	3	4	5		
Cursos e treinamentos diversos	4	3	3	2	3	4	15	37
Acompanhamento de Hortas	1	1	-	-	1	-	2	5
Atendimento a pecuária leiteira	2	1	-	3	-	1	5	12
Elaboração de PRONAF	2	1	1	-	2	1	5	12
Introdução de mudas de eucalipto	1	1	-	-	1	-	2	5
Nova variedade de mandioca	1	-	-	2	1	-	3	7
Horta Redonda	1	-	3	-	-	-	3	7
Plantio em estufa	1	2	-	-	-	-	2	5
Trabalho com as Mulheres	1	2	-	-	-	-	2	5
Dia de campo	1	-	-	-	-	2	2	5
Total	15	12	7	7	8	8	41	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Esse quadro evidencia que dos agrupamentos identificados três tiveram claro predomínio, correspondendo 61% das ocorrências, sendo elas: 1 – Cursos e treinamentos diversos, 2 – Atendimento à pecuária leiteira e 3 – Elaboração de PRONAF. Os demais, em conjunto, completaram os casos verificados “acompanhamento de hortas”, “introdução de mudas de eucalipto”, “introdução de nova variedade de mandioca”, “horta redonda”, “plantio em estufa” e “dia de campo” e estão claramente relacionados ao componente tecnológico que predominou nas ações da ATER nas áreas de assentamento do município de Jataí.

As respostas “trabalhos com as mulheres” foram indicadas no assentamento Santa Rita, em virtude de um projeto envolvendo a discussão sobre apicultura como alternativa de geração de renda. Outros assentamentos fizeram menção a trabalhos similares em outras áreas, e afirmaram que existia a promessa de disponibilização de recursos que não foi concretizada. Essas propostas sugeriam aplicação em avicultura caipira, pequenos pomares e outras criações, e não estavam obrigatoriamente vinculadas a grupos de mulheres.

Na figura 4, podemos examinar o comportamento de cada grupo de respostas encontradas pelas associações pesquisadas.

Com os percentuais determinados finalizamos constatando que tanto as lideranças quando o conjunto dos assentados apontaram diversos procedimentos metodológicos utilizados pela ATER. Contudo, o mais preocupante foram os relatos destacando a falta de consulta aos interessados, como no caso da escolha dos cursos e treinamentos ofertados. Esse agrupamento foi predominante nas respostas das lideranças e dos assentados. A mesma fórmula conduzida sem o debate foi constatada na escolha da implantação dos programas e unidades demonstrativas, pois, em todas as ocasiões, indagamos sobre a participação dos assentados e verificamos que em todas elas não ocorreu uma consulta prévia aos assentados. Isso caracteriza o exercício de uma forma de ATER não exatamente com o preconizado pela Política Nacional de Assistência. Técnica e Extensão Rural para a Agricultura. Familiar e Reforma Agrária (PNATER).

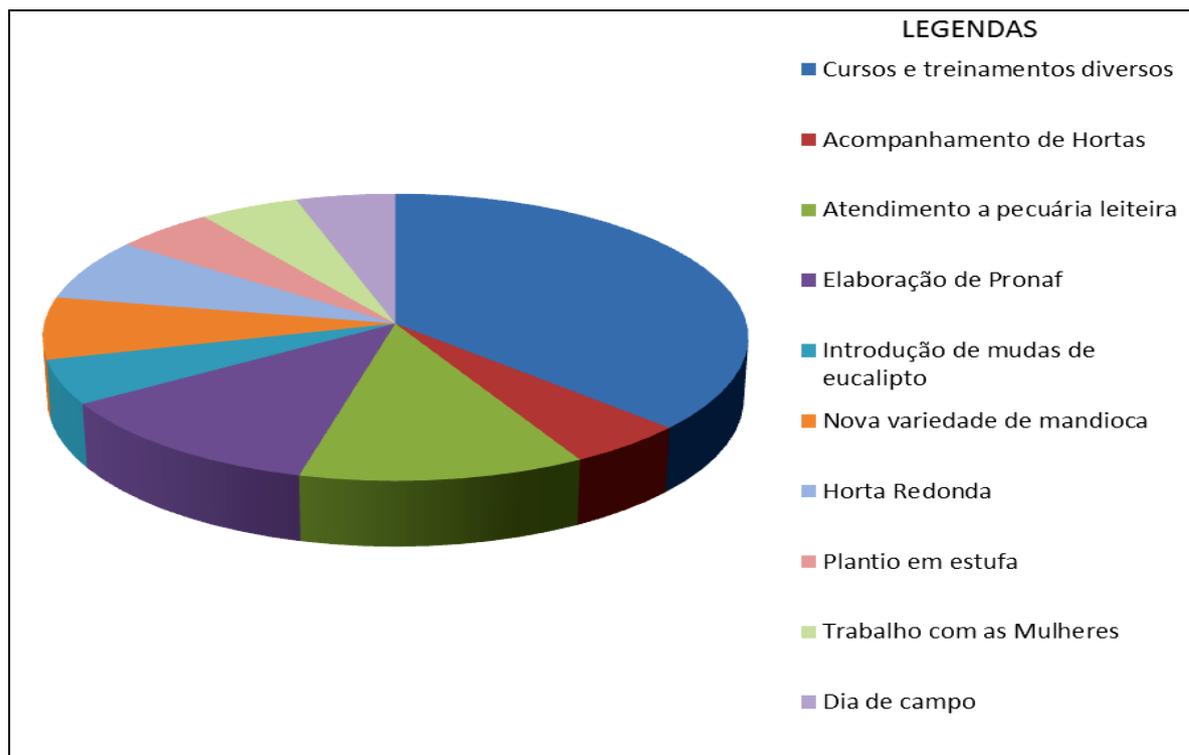


Figura 4 – Atividades consideradas importantes e que foram executadas pelos técnicos da ATER por assentamento pesquisado

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

A próxima questão foi direcionada apenas para as lideranças do assentamento, com os quais dialogamos sobre aspectos referentes à participação dos assentados nas ações de ATER. Colocamos a seguinte questão: Como o técnico responsável pela ATER conduz os trabalhos nesse assentamento? Ele busca a participação dos assentados em todas as atividades executadas?

Todas as respostas indicaram pouca participação dos assentados nas decisões, não sendo consultados sobre determinados programas ou projetos. Quando isso ocorre é apenas para referendar o que foi decidido em escalas superiores. O diálogo não prevalece, embora algumas lideranças realçarem que alguns técnicos apresentam um comportamento educado e atencioso, enquanto outros são arrogantes e não querem saber da opinião dos assentados.

Não, o técnico somente visita os assentados, somente falamos da produção. (Entrevista L - 4).

O técnico vem pouco no assentamento e quando vem, visita apenas o presidente da associação. (Entrevista A - 1).

Apenas marca as reuniões. (Entrevista A - 5).

Outros entrevistados afirmaram que, quando possível, os técnicos buscaram a participação dos assentados e que, muitas de suas limitações, estavam relacionadas às condições de trabalho. Verificamos que muitas colocações retratam a falta de recursos para as atividades de campo e as restrições de caráter burocráticas que foram relatadas pelos técnicos de campo.

Outros relatos evidenciaram a falta de planejamento no atendimento dos assentados, o que pode gerar uma atuação privilegiada para alguns e a falta de atendimento para outros assentados. Nesse aspecto, os entrevistados voltaram a realçar a apreensão com a frequência e continuidade do atendimento dos técnicos de campo.

Hoje não, embora já conversássemos sobre a criação de um grupo de apicultura. Este grupo trabalhou próximo, mas hoje atua isolado. Contudo, esta discussão não foi conduzida pela assistência técnica. (Entrevista L - 2).

Muitas vezes os técnicos não tinham recursos para comprar gasolina e atender o assentamento. (Entrevista A - 8).

Essas informações serão confrontadas com as respostas oriundas das entrevistas com os técnicos responsáveis para podemos compreender e estabelecer uma visão equilibrada de como está sendo conduzida a importante questão da participação na área estudada. Contudo, novamente encontramos, nos depoimentos acima, certos elementos que realçam a existência de problemas estruturais e de continuidade das ações que afetam os trabalhos da ATER nos assentamentos estudados. Constatamos que trabalhos bem elaborados e com grande perspectiva de alcançar um resultado positivo foram afetados por questões externas, tais como a falta de combustível para deslocamento do técnico, relatada por um entrevistado do assentamento Rio Claro.

O próximo desafio será compreendermos quais são as perspectivas para os serviços da ATER nos assentamentos da reforma agrária no município de Jataí, segundo suas lideranças, bem como dos assentados na área.

A primeira preocupação foi buscar, segundo a percepção dos assentados, como poderia ser melhorada a prestação dos serviços da ATER. Neste quesito foi solicitado que os entrevistados indicassem, independentemente da natureza, as

ações que resultariam em serviços de melhor qualidade. A indagação foi colocada de forma ampla, de modo a permitir que cada entrevistado apontasse elementos de diversa natureza, sejam das estruturais, metodológicos ou na forma do trabalho. Em algumas entrevistas foi possível identificar mais de uma alternativa. Nesses casos consideramos todas as indicações feitas espontaneamente pelos entrevistados.

Seguindo os mesmos procedimentos de análise adotados anteriormente, construímos a tabela 10, na qual são apresentados os agrupamentos identificados neste quesito:

Tabela 10 – O que pode ser melhorado nos serviços prestados pela ATER, segundo as lideranças e os assentados.

GRUPOS DE RESPOSTAS	LIDERANÇAS	ASSENTAMENTOS					TOTAL	%
		1	2	3	4	5		
Ter uma equipe composta de Agrônomos e Veterinários	4	2	-	-	-	3	5	17
Visitar o assentamento com mais frequência	3	-	1	-	1	-	2	7
Atendimento a Pecuária e Hortas	2	1	-	1	-	2	4	13
Elaboração de PRONAF	2	2	2	2	5	1	12	39
O técnico deve atuar na organização da produção	1		2	-	-	-	2	7
Atuar na comercialização	1	1	-	2	-	-	3	10
Orientação financeira	1	-	1	1	-	-	2	7
Total	14	6	6	6	6	6	30	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Foram identificados sete grupos de respostas e agrupamentos por similaridade no conjunto de entrevistas das lideranças e dos assentados, a saber: 1 – Montagem de uma equipe composta de Agrônomos e Veterinários; 2 – Visitar o assentamento com mais frequência; 3 – Atendimento à Pecuária e Hortas; 4 – Elaboração de PRONAF; 5 – Atuação do técnico na organização da produção; 6 – Atuação na comercialização e, 7 – Orientação financeira.

Os dois primeiros agrupamentos identificados estão relacionados com a forma de trabalho nos assentamentos pesquisados, onde atuam apenas um técnico e com visitas, muitas das vezes, não regulares, ressaltando que as dificuldades estruturais podem comprometer o trabalho de ATER. Até a residência do técnico foi lembrada como fator que prejudica a frequência do atendimento do técnico. Outro aspecto importante foi contatado no assentamento Rio Paraíso, onde os assentados relataram a necessidade de contar com uma equipe para atuar na ATER. Neste assentamento predomina o atendimento agrônômico e a cultura da soja vinculada ao Programa de Biodiesel.

Os demais agrupamentos “Atendimento a pecuária e hortas”, “Elaboração de PRONAF”, “O técnico deve atuar na organização da produção”, “Atuar na comercialização” e “Orientação financeira” refletem a preocupação quanto à natureza dos serviços prestados, evidenciando que o assentado espera um serviço mais operacional, focado em ações concretas, tais como atender a pecuária leiteira, em muitos assentamentos tida como a principal fonte de renda, e elaborar PRONAF, o que significa possibilitar aos assentados acesso aos recursos financeiros.

Estes aspectos foram distinguidos nos trechos das entrevistas reproduzidos abaixo:

O assentamento precisa de técnicos, de preferência, do município de Jataí. (Entrevista L - 8).

Atuar na comercialização em todas as áreas. Orientação financeira. (Entrevista L - 6).

O técnico deve atuar na organização da produção. No Programa da merenda escolar temos dificuldade de saber o que e qual quantidade plantar, a assistência técnica poderia ajudar nisto. (Entrevista L - 3).

O assentamento necessita de técnicos preparados para atuar com os assentados que consiga conversar e demonstrar o valor das técnicas. (Entrevista L - 9).

Esses fragmentos de entrevistas realizadas destacam que as opiniões não são homogêneas, e embora correlacionem diversos aspectos do serviço de ATER, em nosso parecer, deixam transparecer, em alguns casos, um reflexo direto das deficiências encontradas em alguns assentamentos.

Notamos que todas as colocações, mesmo as mais críticas foram formuladas no intuito de preservar a ATER, não havendo manifestações de que os serviços devessem ser extintos.

Mesmo nos assentamentos que fizeram as críticas mais contundentes, às atuações dos técnicos, em seguida os assentados afirmaram que procuraram o INCRA para mudar a prestadora do serviço, inclusive, em alguns casos, chegaram a sugerir a EMATER, a outra prestadora deste serviço com atuação no município.

Nenhum assentamento pesquisado negou a importância dos serviços técnicos, inclusive o assentamento Rio Paraíso organizou um serviço de assistência técnica vinculada à sua cooperativa. Esse serviço já foi ampliado e atende várias áreas, inclusive uma localizada no Estado de Mato Grosso. Essa experiência está diretamente vinculada ao Programa de Biodiesel do governo federal, e envolve empresas de grande porte do município e região. Está relacionada à obrigatoriedade de aquisição dos agricultores familiares e dos assentados da reforma agrária da matéria prima para a produção desse combustível.

Todas as colocações expressavam a expectativa dos assentados em poder contar com um serviço de qualidade, notadamente quando os mesmos se referiam à possibilidade de acesso aos recursos financeiros provenientes do PRONAF.

Assim como nas entrevistas com as lideranças, quando ouvimos os assentados sobre quais as expectativas em relação aos serviços de ATER, as ponderações foram parecidas, destacando a forma que poderia ser considerada ideal na atuação de técnicos em área de assentamentos.

O técnico deve conhecer técnicas de produção e atuar com outras lavouras, exemplo girassol. (Entrevista A - 28).

Que traga as novidades e atenda corretamente quando ocorrer doenças nas lavouras. (Entrevista A - 27).

Que esteja junto dos agricultores procurando novas alternativas de produção. (Entrevista A - 17).

O agrupamento por similaridade que mais se destacou foi “elaboração do PRONAF”, presente em 37% das manifestações. Porém, é importante destacar que tais manifestações são provenientes dos dois assentamentos que nunca tiveram acesso ao crédito e do assentamento Rio Paraíso, que possui uma equipe técnica vinculada a sua cooperativa.

Outra manifestação expressiva foi “*Ter uma equipe composta de Agrônomos e Veterinários*”. Essa resposta comprova, na percepção dos assentados, a dificuldade de um único técnico atuar em uma realidade que reúne demandas na área agrícola e pecuária.

As respostas “*Atuar na comercialização*” e “*Orientação Financeira*” surgiram no assentamento Nossa Senhora do Guadalupe, que apresenta experiência na comercialização de hortaliças, pois constatamos que muitos assentados desse assentamento já participaram de uma feira da agricultura familiar organizada no município a qual não durou muito, terminando por falta de apoio e de orientação.

Outras experiências foram relatadas e vinculadas a esse agrupamento, tais como, alguns agricultores que alegaram não conseguir cumprir com seus compromissos referentes ao crédito rural por falta de orientações técnicas.

Estou ainda devendo um pouco do PRONAF. Nunca um técnico conversou com a gente sobre isto. Só faz o Projeto e vai embora. (Entrevista A - 1).

Entretanto, constatamos que vários cursos e treinamento sobre administração rural e outros nessa linha tenham sido ofertados em diversos assentamentos do município. Em muitos outros depoimentos aparece essa questão, ou seja, problemas na elaboração, execução e/ ou no acompanhamento dos projetos de crédito rural. Outros declararam que encontraram dificuldades por ocasião da aquisição dos animais financiados, porquanto, ao seguir as orientações dos técnicos adquiriram vários animais (bovinos de leite) não adaptados às condições locais, o que acarretou problemas que até hoje, segundo o assentado, prejudicam na condução de seu lote.

A seguir apresentamos a figura 5, que permite a representação gráfica desta discussão.

Nessa figura ficam demonstradas as respostas encontradas, com a sua respectiva frequência, bem como o percentual de cada uma.

Em sequência, resgataremos outros trechos das entrevistas, que além de descrever o que os assentados esperam da ATER, mostram o que deve ser feita para melhorar esses serviços.

Em pequenas frases os assentados indicaram formas de imprimir melhoria nos serviços prestados, a saber:

Os técnicos devem atuar em equipe. (Entrevista E - 10).

Ter um projeto amplo para o assentamento. (Entrevista L - 5).

Orientar apenas atividades com garantia de comercialização. (Entrevista L - 6).

Que traga as novidades da pesquisa e atenda corretamente quando ocorrer pragas e doenças nas lavouras. (Entrevista L - 9).

Essas passagens demonstram que os assentados têm clareza do tipo de serviço de ATER que consideram mais adequado para sua realidade. No momento das entrevistas, tivemos o cuidado de verificar todas as respostas, e quando questionados, os assentados respondiam que consideram essas questões fundamentais para a melhoria dos serviços de ATER ofertados aos assentamentos da reforma agrária no município de Jataí.

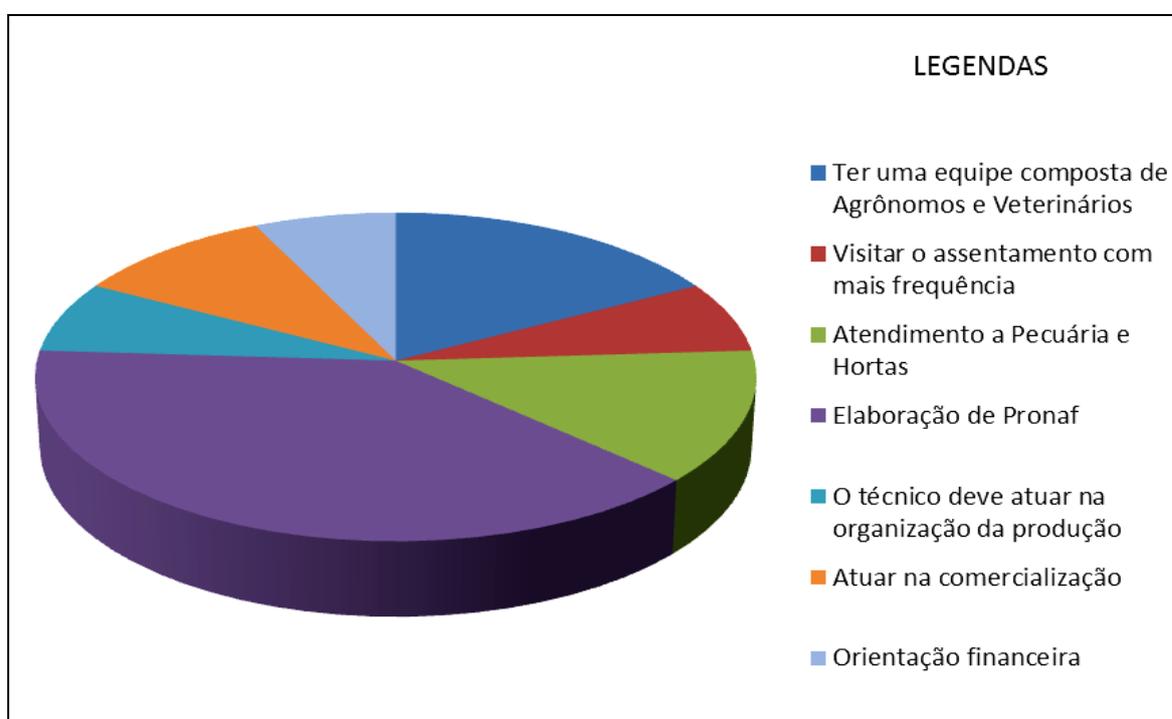


Figura 5 – O que pode ser melhorado nos serviços prestados pela ATER, segundo os assentados e distribuídos pelos diferentes assentamentos pesquisados.

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

A próxima indagação foi direcionada para as lideranças dos assentamentos, bem como para os técnicos que atuam nessas áreas, perguntando o que significa para os assentados da reforma agrária a aprovação da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)

Esse aspecto teve a finalidade verificar se os técnicos de campo e as lideranças dos assentados envolvidos em nosso estudo conhecem, tiveram acesso ao seu conteúdo, e se conseguem perceber alguma mudança após sua implantação.

Todas as lideranças ouvidas afirmaram que conhecem ou escutam falar dessa política, contudo afirmaram que em nada modificou na forma de trabalhar da ATER nos assentamentos. Os entrevistados também asseguraram que conhecem as modificações preconizadas no instrumento. Esse tema foi tratado em encontros promovidos pelas entidades sindicais, as quais são vinculadas a eventos de abrangência estadual ou nacional. Relataram que não ocorreu nenhum evento envolvendo os assentados do município para conhecer a nova legislação e o que pode modificar na base.

Seguindo o roteiro de entrevista proposto nesta pesquisa, procuramos identificar com que frequência de visitas o técnico responsável pela ATER desloca-se para o assentamento, para desempenhar atividade de trabalho.

Na tabela 10, agrupamos as respostas das lideranças e dos assentados. Formulamos a eles a seguinte indagação: Com que frequência participa de encontros / reuniões / outras atividades junto a ATER, e sugerimos que relatassem todas as desenvolvidas pelos técnicos da ATER no assentamento, bem como onde e como ocorreu essa atividade, se no lote, na sede da associação ou em outros ambientes.

Neste quesito, fizemos uma síntese resultante das respostas coletadas junto às lideranças e os assentados.

Tabela 11 – Com que frequência participa de encontros / reuniões / outras atividades junto a ATER / Lideranças e os assentados.

GRUPOS DE RESPOSTAS	LIDERANÇAS	ASSENTAMENTOS					TOTAL	%
		1	2	3	4	5		
Uma vez por mês	2					6	6	20
De 2 a 3 meses	4			6	6		12	40
De 4 a 6 meses	4	6	6				12	40
Total	10	6	6	6	6	6	30	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Como podemos verificar, cada assentamento descreveu sua realidade. Os assentados relataram o ocorrido em 2013. Para chegarmos a estes números anotamos todas as informações provenientes das lideranças e confrontamos as repostas dos assentados. Depois estabelecemos uma referência mediana das informações.

Também colhemos uma série de trechos das entrevistas que reportam esse aspecto para reforçar nossas ponderações.

No inicio o técnico do SEBRAE atendia o assentamento todos os meses. Muitas vezes solicitamos a sua presença e ela vinha rápido. Depois foi demorando cada vez mais até acabar. (Entrevista A - 6).

No atendimento aos associados com projetos na cooperativa, visitamos o lote no mínimo 6 (seis) vezes durante o ciclo da cultura. Estas visitas podem ser comprovadas com os laudos. Na safrinha também atendemos com esta media, e agora, nesta safra, estamos atendendo o ano todo. Queremos cada vez atender melhor nosso cooperado. (Entrevista L - 9).

Muitas vezes os técnicos alegam que não tem dinheiro para ir ao assentamento. (Entrevista L - 3).

Constatamos, nos trechos destacados acima, que o município de Jataí conta com distintas formas da atuação de ATER, algumas apresentam dificuldades até para deslocamento, enquanto o assentamento Rio Paraíso consegue um atendimento muito bom, por meio de um convênio com o “Programa de Biodiesel” Outros assentamentos relataram que, apesar das dificuldades, o atendimento começa muito qualificado e com recursos, mas depois desmorona e o assentado fica sem qualquer atendimento. Houve um relato de um grupo de assentados que procurou assistência de um veterinário particular, contudo, o custo da visita desse profissional, estipulado em um salário mínimo por visita, foi considerado muito alto, ainda mais se considerarmos que todos os demais procedimentos necessários acarretam novos custos. Esses depoimentos cristalizam a imprescindibilidade desse tipo de atendimento e a urgente disponibilização para os assentados. O desafio colocado é buscar, como preconiza a PNATER, as formas e os meios mais adequados para assegurar uma ATER de qualidade, que colabore para melhorar a renda das famílias assentadas, através do aperfeiçoamento dos sistemas de produção e os mecanismos de acesso a recursos.

A seguir apresentamos a figura 6, que permite a representação gráfica desta discussão.

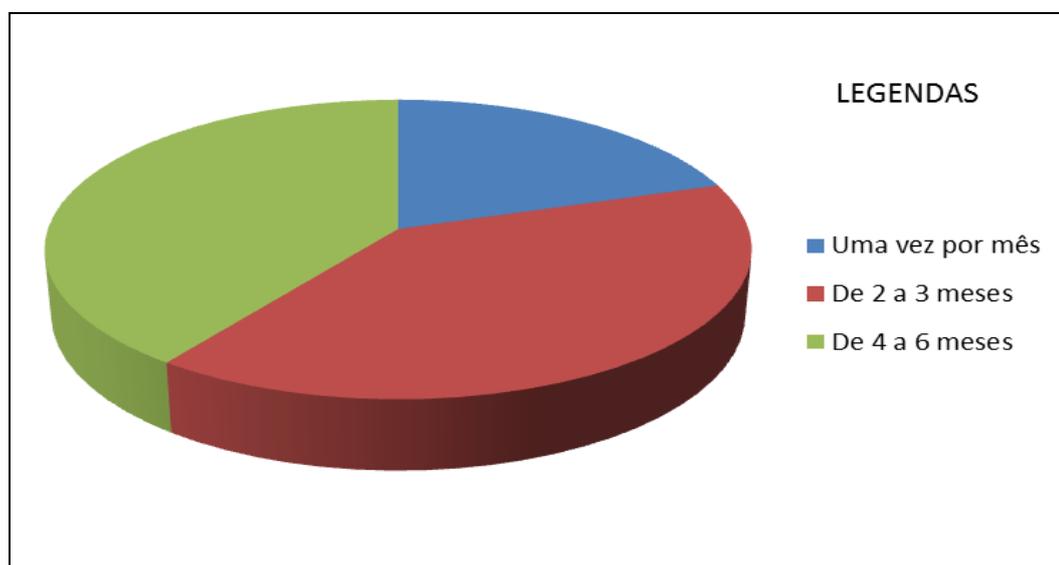


Figura 6 – Frequência de visitas dos técnicos aos assentamentos estudados.

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Novas questões foram postas no intuito de aprofundar a compreensão acerca da qualidade dos serviços de ATER ofertados para os assentados do município de Jataí. Devido à proximidade das temáticas, aglutinamos, no quadro 4, trechos extraídos das entrevistas. Nessa representação procuramos expor elementos que facilitam a descrição desses assuntos, tais como: se o trabalho que a ATER desenvolve leva em consideração as demandas das entidades representativas dos assentados. Procuramos verificar se existe a preocupação de melhorar o nível tecnológico dos assentados, em sintonia com as demandas do mercado. Outro aspecto verificado é a aceitação da ATER no assentamento, bem como detectar se existem ações que visem à integração dos assentamentos por meio de projetos comuns. Novamente procuramos identificar a existência de planos ou mesmo ações coletivas agregando mais de um assentamento.

Nesse contexto, averiguamos a afinidade existente entre a ATER e as associações, cooperativa e sindicato que representam os assentados do município de Jataí, indagando se ocorrem, reuniões periódicas, ações conjuntas ou mesmo discussões sobre os objetivos comuns. Essa preocupação buscava descobrir se a ATER enxergava com perspectiva futura uma atuação integrada dos diversos

assentamentos, visando a uma maior inserção da categoria nos esforços para o desenvolvimento do território no qual estão inseridos. Tais ações poderiam incluir os agricultores familiares, porém, constatamos que nenhuma atividade ocorre com essa finalidade.

Quadro 4 – Questões colocadas à apreciação das lideranças e dos assentados e suas respectivas manifestações.

QUESTÕES	MANIFESTAÇÕES
O trabalho da ATER contribui para melhorias no relacionamento dos assentados com representantes de outras organizações? Contribui para melhorar o nível tecnológico dos assentados? Contribui para melhorias nas formas de compra e venda de seus produtos?	1 – A ATER não trabalha em conjunto com nossas organizações (Entrevista L - 1). 2 – O técnico organizou para a gente ir ao Agrocentro que é uma feira de agricultores familiares que ocorre anualmente em Goiânia (Entrevista E - 6).
Como é a aceitação da ATER no assentamento?	1 – Os que pegaram o PRONAF podem estar mais satisfeitos (Entrevista E - 3).
Conhece as experiências da ATER em outros assentamentos? Realizam alguma reunião ou atividade em conjunto?	1 – Não. (Entrevista L - 1). 2 – Do assentamento Rio Claro, falaram que foi muito bom. (Entrevista L - 2).
A ATER têm alguma atividade junto a essa associação / cooperativa / Sindicato?	1 – Não tem. (Entrevista L - 1). 2 – Atua na emissão da DAP. Declaração de Aptidão ao PRONAF – EMATER ² . (Entrevista L - 9).
Você verifica que o técnico responsável pela ATER no assentamento demonstra responsabilidade e compromisso nas suas ações?	1 – Alguns técnicos sim, outros não. (Entrevista E - 2). 2 – O técnico sim, mas com poucas condições. (Entrevista E - 6).

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

O último ponto está relacionado com a discussão do perfil do técnico considerado adequado para atuar na ATER. Notadamente, a atuação de alguns técnicos foi elogiada. Entretanto, temos que atentar para alguns relatos, que atestam um fato preocupante quando alguns técnicos tiveram que atender áreas fora de sua formação original.

² A DAP é o documento que comprova a condição de agricultor familiar, de acordo com os critérios da Lei 11.326/2006 (Lei da Agricultura Familiar). Para receber assistência técnica no âmbito das chamadas públicas é obrigatória a apresentação da DAP pelo agricultor

Como exemplo, podemos citar o relato de uma assentada confirmando que solicitou atendimento em horticultura e o técnico responsável pelo assentamento tinha sua formação original voltada ao atendimento à pecuária. Durante a entrevista, o pesquisador solicitou aos entrevistados que evitassem a individualização dessa questão e que a resposta contivesse como referência o conjunto, e sobretudo, a responsável pelo serviço de ATER. Esses elementos serão associados a contribuições provenientes dos técnicos de campo, que colaboraram com essa pesquisa. Nesse sentido busca-se estabelecer quais atributos são valorizados em um técnico para atuação nos serviços de ATER em área de assentamento.

Foram identificados os seguintes agrupamentos de análise: 1 – Técnico simples e humilde que consiga conversar e entender os assentados; 2 – Responsável e com compromisso com a comunidade; 3 – Com bom conhecimento técnico e experiência na atuação com assentados; 4 – Que oriente produtos que tenham comercialização assegurada; 5 – Que consiga atuar em com diferentes culturas e, principalmente, que incentive a diversificação de atividades produtivas; 6 – Que atue por amor à profissão e não apenas pelo salário.

Todos esses agrupamentos foram identificados nas entrevistas das lideranças e nas dos assentados. Essas contribuições indicam a necessidade de mudança na postura e no comportamento dos técnicos, pois o perfil desenhado caracteriza um profissional diferenciado, com compromisso e empenhado na solução das dificuldades dos assentados.

Para desenhar um perfil considerado adequado para as lideranças dos assentados, foram pinçados elementos de diferentes trechos encontrados nas entrevistas, os quais destacamos a seguir:

Que seja aplicado, simples humilde que consiga conversar e entender os assentados. Que seja identificado com os assentados, contudo sem atuação política. Que tenha um bom preparo técnico. Alguns técnicos que atuaram no assentamento eram recém formados, sem experiência, sendo que alguns eram arrogantes que pensavam que sabiam tudo. Alguns tinham uma formação para atuar apenas com gado e quando necessitava de informação sobre hortas, não sabia e não se interessavam em solucionar o problema. (Entrevista E - 4).

Que não fique apenas bom em soja. Que esteja preparado para orientar o plantio de horta. Muitas vezes tive problemas com a horta e não achei um técnico para me orientar. (Entrevista E - 30).

Trabalhar junto aos agricultores para fazer uma escala de produção, principalmente de hortaliças para atender os programas governamentais. (Entrevista L - 3).

Que elabore um projeto de desenvolvimento para o assentamento. (Entrevista L - 5).

A tabela 12 reúne as manifestações originárias dos assentados quando descrevem o perfil adequado do técnico para trabalhar na ATER.

Tabela 12 – Como você definiria um perfil adequado para um técnico que deseja atuar na ATER.

GRUPOS DE RESPOSTAS	LIDERANÇAS	ASSENTAMENTOS					TOTAL	%
		1	2	3	4	5		
Aplicado, simples, humilde que consiga conversar e entender os assentados.	3	3	1	2	3	-	9	26
Responsável e com compromisso com a comunidade	2	-	2	2	2	-	6	18
Com bom conhecimento técnico e experiência na atuação com assentados	1	-	-	3	1	4	8	24
Orientar produtos que tenham comercialização assegurada	1	-	-	1	2	-	3	9
Que consiga atuar em com diferentes culturas e principalmente incentive a diversificação de atividades produtivas.	2	1	3	-	-	2	6	18
Atuar por amor á profissão e não apenas pelo salário	1	2	-	-	-	-	2	6
Total	10	6	6	8	8	6	34	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

As manifestações ficaram bem distribuídas nos diferentes assentamentos. O que despertou a atenção foi que a competência profissional foi lembrada com mais ênfase no assentamento mais desenvolvido, onde encontramos uma grande predominância da cultura da soja para a produção de Biodiesel.

Segundo relatos, a soja muitas vezes é a única alternativa do assentado que está descapitalizado, sem acesso ao crédito do PRONAF e sem outras alternativas. Como a cooperativa dos assentados disponibiliza adubo, semente, plantio, colheita e agrônomos para assistência dessa cultura, a escolha dessa atividade fica evidenciada, pois em nenhuma alternativa o assentado dispõe desse apoio.

A falta de acesso ao crédito rural, mais especificamente ao PRONAF, compromete na estruturação produtiva do lote, fato que explica a recorrente lembrança dos assentados. Outros elementos encontrados mostram a diversidade de opiniões, que em sua maioria, refletem o momento do assentamento, bem como a vivência do entrevistado.

A melhor qualificação técnica foi amplamente majoritária no assentamento Rio Paraíso, pois todos os assentados relacionavam a necessidade do técnico estar atualizado para orientar corretamente em situações de dificuldades comuns ao longo do ciclo da cultura predominante. Esse aspecto pode ter sido muito valorizado devido à ocorrência de uma praga a lagarta *Helicoverpa armígera* de difícil controle, que atacou as lavouras de soja na mesma época em que estávamos coletando as informações.

Para melhor visualização, elaboramos a figura 7, na qual separamos as categorias construídas com seus respectivos percentuais de ocorrência, a saber:

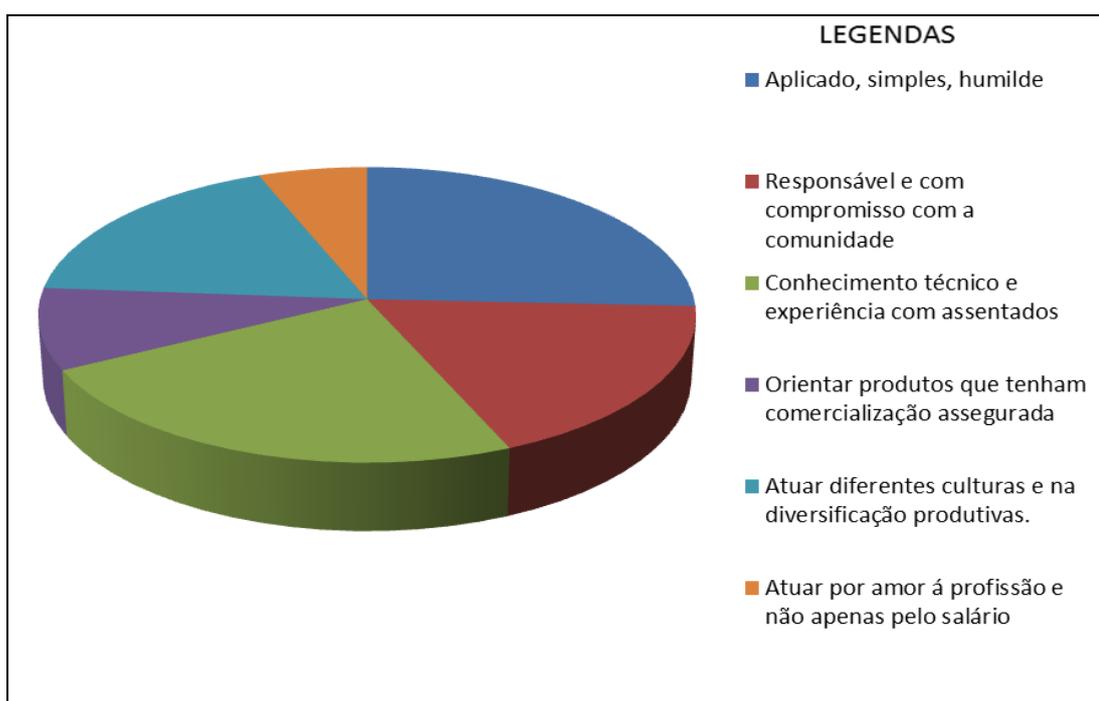


Figura 7 – Como você definiria um perfil adequado para um técnico que deseja atuar na ATER, por assentamento pesquisado.

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Outro agrupamento bem representativo congregou as falas direcionadas como “*responsável e com compromisso com a comunidade*”, perfazendo 15 % do total. Os demais agrupamentos construídos acrescentam um novo componente à competência técnica, muitas vezes medida na capacidade do técnico em resolver ou encaminhar a solução para problemas deste tipo enfrentados pelo assentado. Esse elemento, acrescido da experiência, compôs 24% das respostas.

Podemos também verificar a proximidade da categoria “*Atuar com diferentes culturas e incentivar a diversificação das atividades*”. Nesses relatos sobressaem dois novos elementos: a capacidade e o conhecimento do técnico para atuar com diferentes atividades e, principalmente, sua visão estratégica sobre a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária, que necessitam de mais de uma alternativa produtiva para suportar as variações a que estão submetidas à produção agrícola e pecuária no Brasil.

A diversificação das atividades foi uma preocupação destacada em alguns assentamentos, principalmente no município de Jataí, onde a produção leiteira sempre foi a principal fonte de renda. Outro aspecto que contribuiu para esse entendimento foi a recente implantação do programa da merenda escolar pela prefeitura municipal que está requerendo a entrega de novos produtos, que não eram produzidos nas áreas de assentamento.

O agrupamento mais emblemático deste conjunto “*Atuar com Amor à profissão*” e *não apenas pelo salário* sintetiza com simplicidade e pureza a percepção dos assentados sobre os serviços de ATER.

Na última unidade do roteiro buscamos compreender a percepção do futuro de cada assentamento. Na pergunta introdutória indagamos se as atividades da ATER originaram novas perceptivas

As respostas foram sempre no sentido de os técnicos de ATER não se preocupam com nossas expectativas e angústias quando pensamos no futuro. Não existe projeto ou plano explicitado para caminhada do assentamento, prevendo entraves a serem transpostos, e pontos fortes existentes, e um objetivo a ser

alcançado. Terminamos percebendo que a ATER não atua dessa forma nos assentamentos de reforma agrária do município de Jataí. Essa constatação pode significar que os técnicos não estão conseguindo dialogar com os assentados e trabalhar em uma perspectiva de construir um futuro melhor.

O bom desempenho de um serviço de ATER está diretamente relacionados à sua capacidade de construir, em conjunto com os assentados, novas alternativas produtivas e organizacionais. Essas alternativas devem primar pela geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos assentados.

Nessa mesma direção, solicitamos que as lideranças e os assentados descrevessem o que esperam para o futuro e quais alternativas lhes pareciam mais apropriadas para consolidar o assentamento.

Todos os entrevistados procuraram, além de descrever as alternativas, justificar sua sugestão, embora na maioria das vezes mencionassem atividades que foram implantadas com relativo sucesso.

Assim sendo, preparamos a tabela 12, na qual anotamos as respostas resultantes deste quesito. A partir deste enfoque elencamos as principais perspectivas quanto ao futuro relatadas pelos assentados.

Tabela 13 – Quais as perspectivas quanto ao futuro deste assentamento.

GRUPOS DE RESPOSTAS	LIDERANÇAS	ASSENTAMENTOS					TOTAL	%
		1	2	3	4	5		
Soja para biodiesel	2	1	3	2	2	3	11	35
Hortas para os programas governamentais	3	1	2	1	2	-	7	23
Aumentar a Produção de Leite	2	2	-	3	2	1	7	23
Pequenas agroindústrias	1	-	-	-	-	1	1	3
Diversificação de Atividades	1	1	1	-	-	1	3	10
Outras respostas	1	1	-	-	1	-	2	6
Total	10	6	6	6	7	6	31	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

As principais respostas identificadas neste contexto foram: 1 – Soja para biodiesel; 2 – Hortas para os programas governamentais; 3 – Produção de Leite; 4 – Pequenas agroindústrias; 5 – diversificação de Atividades. Retiramos alguns relatos que elucidam a construções destes agrupamentos.

Agroindústria familiar e um projeto de desenvolvimento sustentável são fundamentais para os assentamentos do município. (Entrevista L - 10).

A soja muitas vezes é a única alternativa do assentado que está descapitalizado, sem acesso ao crédito do PRONAF e sem alternativas. Como a cooperativa disponibiliza adubo, semente, o plantio a colheita e agrônomos para assistência, a soja tem ajudado muito os assentados. (Entrevista E - 17).

Nesse mesmo sentido, organizamos as manifestações coletadas com os assentados, para identificar as ocorrências nos diferentes assentamentos estudados e preparamos o quadro abaixo:

Esse quadro evidencia novamente o equilíbrio da distribuição das ocorrências entre as associações estudadas. Neste quesito, também conseguimos perceber que as respostas correspondem ao estágio de desenvolvimento do assentamento.

A resposta que predominou foi “Soja para o Biodiesel”, com 35% das ocorrências. Essa resposta foi abordada em todos os assentamentos. Esse fato nos remete novamente à discussão iniciada em tópicos anteriores, nos quais buscávamos a relação estabelecida entre os assentamentos e as alternativas de produção. Nesse contexto, o plantio de soja foi encontrado em todos os assentamentos podendo ser identificada como uma construção dos assentados vinculada ao mercado e favorecida por uma política governamental.

A soja para a produção de Biodiesel é uma realidade concreta do município de Jataí, e envolve todos os assentamentos existentes e vários agricultores familiares sob a coordenação da cooperativa do assentamento Rio Paraíso, que apresentou números expressivos de crescimento nas últimas safras. Os assentados percebem esse programa que associa política pública com organizações legítimas dos assentados e empresas da área como uma alternativa exitosa que contribuiu para a melhoria da renda nos assentamentos do município.

Outro agrupamento por similaridade identificado e com uma distribuição equilibrada e com um percentual significativa é a categoria produção de leite, que também corrobora com os aspectos abordados acima, pois os assentados que

possuem apoio da Cooperativa do Assentamento Rio Paraíso para comercializar sua produção.

As respostas agrupadas no item “Hortas para os programas governamentais” com 23% das manifestações, realçaram a importância desse programa, principalmente para os assentamentos em estruturação como é o caso dos assentamentos Nossa Senhora do Guadalupe e do assentamento Gurita.

O item “Aumentar a produção de Leite” também apresentou percentual de 23% com respostas nos assentamentos Santa Rita, Gurita, Nossa Senhora do Guadalupe e Rio Paraíso.

Os demais agrupamentos identificados foram: “Pequenas agroindústrias”, “Diversificação de Atividades”, e “Outras respostas” embora com menor ocorrência podemos considerar fundamentais para o entendimento da perspectiva que os assentados têm de seu futuro.

No primeiro item agregamos as contribuições oriundas, sobretudo do assentamento Rio Paraíso, que discute alternativas complementares às já existentes com o foco de aumento de renda por meio da agregação de valor no produto final.

O segundo item foi posto com a preocupação de demonstrar a importância de uma atuação diversificada na busca de novas alternativas para esses assentamentos.

No terceiro “Outras respostas” agrupamos as opiniões que apareceram apenas nos assentamentos Santa Rita e Nossa Senhora do Guadalupe e que tratava de questões específicas. A figura 8 promove uma melhor visualização desse contexto.

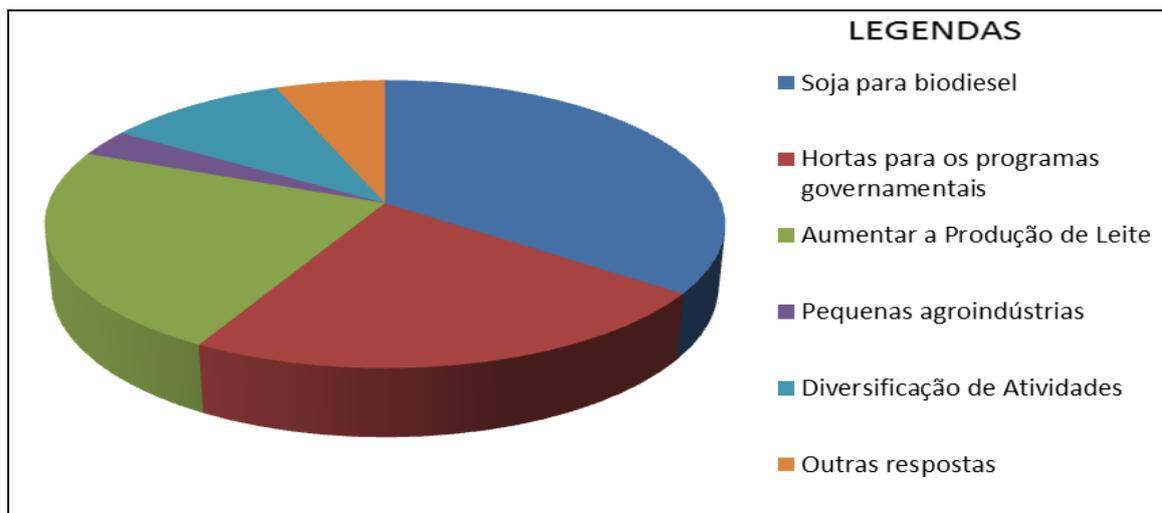


Figura 8 – Quais as perspectivas quanto ao futuro deste assentamento na percepção dos assentados e lideranças.

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Por fim, descrevemos a percepção das lideranças e dos assentados sobre a ATER prestada aos assentamentos da reforma agrária, suas perspectivas e aspirações, sempre com o desígnio de colaborar e contribuir com sugestões que auxiliem no crescimento e consolidação da ATER.

Os depoimentos tornaram a afirmar que a atuação da ATER nos assentamentos estudados sempre foi voltada às demandas de natureza técnica e que uma forma de consolidar esse serviço seria ampliar sua atuação, tornando-o presente em outros setores, notadamente no apoio as organizações dos assentados.

Quanto ao futuro dos assentamentos, os entrevistados expressaram uma atitude positiva, apesar de algumas dificuldades pontuais, afirmaram que os assentamentos do município de Jataí apresentam boas perspectivas de melhoria e consolidação.

Também dentro dos objetivos deste estudo vamos relatar a perspectiva dos técnicos de campo, no sentido de buscar sinergias e similaridades nas colocações dos assentados na busca do entendimento de como está a atuação e consolidação da ATER nestas áreas de assentamento.

5.2 Análise dos Técnicos Extensionistas sobre o Serviço de ATER

A análise da percepção dos técnicos que atuam diretamente nos assentamentos da reforma agrária no município de Jataí é o outro componente desta pesquisa.

Para atender a esse objetivo organizamos e analisamos as respostas dos técnicos que atuam nos assentamentos estudados, procurando identificar os pontos convergentes, as contradições sobre as perguntas elaboradas e a inter-relação entre elas.

É importante ressaltar que todas as indagações com certa similaridade que foram colocadas para a apreciação dos três componentes desta pesquisa não foram feitas no intuito de contrapor diferentes versões na busca da verdade, mas acima de tudo, para aprofundar as diferentes percepções sobre a mesma questão.

A primeira unidade do roteiro da entrevista direcionada aos técnicos que atuam diretamente com os assentados teve a finalidade de recolher informações gerais do entrevistado. Nessa fase da pesquisa buscamos conhecer e descrever as características individuais de cada extensionista.

Além de identificar o local de trabalho, buscamos informações da sua formação profissional e da experiência com atividades agropecuárias.

Todos os entrevistados tiveram sua formação básica em cursos da área de ciências agrárias ou administração. Alguns tiveram sua primeira experiência profissional trabalhando em áreas de assentamento da reforma agrária e três deles relataram ter uma grande experiência em trabalhos na área agrícola, não necessariamente em assentamentos da reforma agrária.

A segunda unidade teve a finalidade de fazer um histórico das diversas entidades que atuam na prestação de serviços de ATER no município de Jataí.

Utilizamos esse argumento para verificar se os técnicos escolheram atuar nessa área por opção ou se foi a única alternativa em dado momento de sua trajetória profissional. Todas as manifestações sinalizam que os técnicos que atuam no município nas áreas de reforma agrária escolheram por opção atuar com esse segmento.

Também nessa unidade solicitamos que cada técnico fizesse um histórico do assentamento em que atua para identificar possíveis mudanças no perfil produtivo

do assentamento, bem como verificar quais entidades, públicas ou privadas, municipais, estaduais ou federais que colaboraram com o assentamento desde sua implantação.

As respostas encontradas demonstram que os técnicos entrevistados, apesar das grandes dificuldades, sempre ajustaram suas atuações para a realização de trabalhos que os mesmos consideravam importantes para os assentamentos atendidos.

O PA Nossa Senhora de Guadalupe é um dos assentamentos mais novos, quando entrei não havia a legitimação do pessoal, nem ao menos as divisões oficiais das parcelas, mas esse trabalho no início é muito positivo, pois as pessoas ainda não tiveram acesso a investimentos. Incentivamos um pequeno cultivo do limão Taiti, para agregação na renda familiar e na produção de frangos caipira. (Entrevista T - 2).

O assentamento quando teve início, há 24 anos atrás, era uma área em sua maioria coberta pela vegetação natural (cerrados), com o tempo foi quase que 90% aberta, e hoje temos alta produção nas principais culturas (soja e milho safrinha), e também produção significativa de leite. O perfil mudou muito, devido a adoção de tecnologias, através da EMATER e Coparpa, Banco do Brasil e outros parceiros. (Entrevista T - 6).

Os trechos acima referem-se a duas situações distintas, uma, de um assentamento recente (Nossa Senhora do Guadalupe) e outra do assentamento mais antigo do município, o Rio Paraíso. Em ambos assentamentos conseguimos constatar que os técnicos demonstram conhecer as áreas nas quais atuam e que alguns acompanharam toda a trajetória desses assentamentos.

Na terceira unidade iniciamos a abordagem sobre as questões gerais abrangidas pelo serviço de ATER em assentamentos da reforma agrária.

O primeiro questionamento dessa temática foi colocado para apreciação dos técnicos de campo, procurando identificar os objetivos do trabalho do técnico em áreas de assentamento. Podemos perceber, nos trechos selecionados, qual é o posicionamento dos técnicos a este respeito:

Promover a difusão de tecnologias acessíveis ao produtor. (Entrevista T - 5).

Fomentar iniciativas participativas e promover ações de desenvolvimento sustentáveis. (Entrevista T - 1).

Orientar nos investimentos corretos dentro da propriedade com planejamento e escolha da atividade que tem vocação. (Entrevista T - 2).

Acompanhamento das atividades com as devidas orientações técnicas sobre uso de produtos, manejo e cuidados com os animais, aplicação de novas tecnologias. (Entrevista T - 4).

Para os pequenos produtores, é a única saída, pois, o extensionista que dá todo suporte técnico, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, melhorando a qualidade de vida do homem do campo. (Entrevista T - 5).

Fundamental para o desenvolvimento desses agricultores, levar conhecimentos e novas tecnologias com um acompanhamento constante. (Entrevista T - 4).

O objetivo do técnico é levar informações técnicas a cada um, respeitando suas diversidades e aptidões individuais, sendo muitas das vezes um clínico geral, em diversas situações. (Entrevista T - 3).

Neste momento começamos a perceber como cada técnico avalia sua maneira de conduzir os trabalhos, identificando componentes que demonstram a adequada forma de atuação e de cada instituição envolvida no processo.

Todos os depoimentos ressaltam a transferência de tecnologia como o principal objetivo do serviço de ATER. Esses posicionamentos estão bem alinhados à concepção difusionista que coloca o técnico com a responsabilidade de transferir o conhecimento, e de, assim, gerar mudanças. Termos como difusão de tecnologia, orientação, investimentos corretos e aplicação de novas tecnologias são recorrentes e foram relatados por técnicos das empresas que atuam no município.

Estes aspectos foram constatados em trabalhos que abordam a atuação da ATER em outras regiões, dentre elas destacamos:

Deponti (2010, p. 218) analisando da à intervenção no meio rural realizada pela EMATER/RS-ASCAR, concluiu que a atuação ainda continua marcada por traços difusionista, práticas realizadas nas mais variadas situações e momentos. A Agência apresenta um vício de abordagem, representado pela constante utilização de técnicas e métodos tradicionais e pela dificuldade de inclusão de novas metodologias. A Agência apresenta um vício de abordagem, representado pela constante utilização de técnicas e métodos tradicionais e pela dificuldade de inclusão de novas metodologias. Essa situação pode ser explicada pela resistência a mudanças por parte de alguns técnicos e pelo sentimento de apego a uma extensão rural clássica.

Landini (2015, P. 376), realizou um estudo por meio de uma enquete por e-mail com 52 extensionistas que trabalham em seis EMATERs dos seguintes Estados: Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e de Rondônia, e concluiu-se que (1) as dificuldades associadas com o trabalho grupal ou em parceria entre agricultores são o problema mais mencionado, (2) nos técnicos, tende a persistir uma perspectiva difusionista da extensão rural, mesmo contra as

diretrizes participativas e dialógicas estabelecidas pela política pública e (3) existe um olhar autocrítico limitado dos extensionistas, os quais tendem a ver os produtores como problema. E concluiu que a persistência de um olhar difusionista da ATER, o que se articula diretamente com a experiência de que os produtores resistem de alguma maneira, à adoção de tecnologias.

Tratando desta questão, Abramovay (2007, p. 4) afirma que:

A superação do difusionismo – corretamente criticado no documento da ATER, como expressão do auge da Revolução Verde – supõe um novo papel para a extensão rural: de organização voltada a assistir os agricultores, ela deve tornar-se um dos eixos centrais de planejamento local, da capacidade que as regiões terão de descobrir potencialidades e aproveitar recursos que estimulem o processo de desenvolvimento.

Uma das conclusões desse autor é que tende a persistir nos técnicos uma perspectiva difusionista da extensão rural, mesmo com as diretrizes participativas e dialógicas estabelecidas pela PNATER. Avalia, ainda, que existe um olhar autocrítico limitado dos extensionistas, os quais tendem a ver os produtores como problema para a atuação da extensão, mas não tendem a refletir sobre os problemas da Ater para contribuir com os agricultores.

Retornando ao nosso estudo verificamos outros posicionamentos estão claramente delineados para o entendimento da ATER como processo, e nesse sentido mais próximos do preconizado no PNATER. Contudo, o entendimento do técnico da nova extensão, muitas vezes, não tem consistência, pois em seguida mostra que utiliza todo o conjunto de métodos enquadrados dentro da concepção difusionista. A partir desta constatação preliminar vamos reunir mais elementos para poder completar e contextualizar essas contribuições.

O segundo questionamento teve como finalidade remeter o técnico a uma reflexão acerca das principais limitações e/ou entraves para o desenvolvimento do trabalho do extensionista em áreas de assentamento. Eis as principais contribuições:

A falta de continuidade nas políticas de desenvolvimento rural voltadas para a reforma agrária. (Entrevista T - 1).

A distribuição dos recursos financeiros obrigando as instituições a contratarem poucos profissionais que ficam sobrecarregados para atender muitas famílias, 125 famílias cada técnico, isso inviabiliza um trabalho mais intenso com cada família. (Entrevista T - 2).

Muito difícil, principalmente do INCRA, há uma demora muito grande na legalização, para que os mesmos possam ter acesso ao PRONAF-A, para início das atividades produtivas, com recursos para investimento e custeio. (Entrevista T - 3).

Persiste o mesmo dualismo contatado no quesito anterior. Alguns trechos continuam a ressaltar uma visão predominante da linha difusionista, e outras colocações que questionam a estrutura e o funcionamento da ATER em área de assentamento.

A referência sobre a relação entre o número de técnicos e o número de assentados foi destacada como um elemento que dificulta as ações de campo. Esse fato também foi registrado nas entrevistas com as lideranças e com os assentados como uma grande dificuldade e que prejudica sensivelmente a qualidade dos serviços de ATER. Todos os posicionamentos alusivos a essa ocorrência foram no sentido de reavaliar a relação técnico/assentado, estabelecida pelo INCRA. A relação 1 técnico para 125 assentados foi considerada muito alta por todos os envolvidos, que afirmaram não ser possível proporcionar um atendimento adequado aos assentados e que a mesma leva em conta apenas os aspectos quantitativos, não se preocupando com a qualidade do trabalho.

Outro subsídio importante foi a constatação da necessidade de investimento em qualificação e na estrutura de trabalho. Os técnicos entrevistados relataram que não existe nenhuma preocupação, por parte das empresas contratadas, com a qualificação dos profissionais que atuam no campo. Alguns expuseram que mesmo as atualizações e as discussões de temáticas importantes para o exercício de suas atribuições profissionais são disponibilizadas de forma precária. Quanto à estrutura, constatamos que, muitas das vezes, até o deslocamento para a área fica comprometido por dificuldades com a manutenção dos veículos.

Mesmo cientes das dificuldades encontradas, solicitamos aos técnicos que se manifestassem sobre a qualidade dos trabalhos que realizam nas áreas de assentamento. Observamos algumas manifestações que são bastante esclarecedoras:

Que poderiam ser melhores se as condições de trabalho fossem melhores. Contávamos com uma boa interação entre a equipe técnica, com a supervisão do trabalho, e também lançávamos mão do trabalho coletivo. (Entrevista T - 2).

Talvez pudessem fazer diferente, ajudar, contribuir com novas tecnologias, mas esbarramos em recursos. (Entrevista T - 3).

Bom, quando chegamos aos dois assentamentos que trabalho, vimos muitas dificuldades, com os principais entraves ligados ao crédito, pois sem o crédito, não compramos “vacas, bois, tratores, calcário”, etc. Logo pareciam terras abandonadas. Com a inserção do programa do Biodiesel, conseguimos incluir paulatinamente o assentado num contexto social, onde conseguimos algumas formas de acesso ao crédito, conseqüentemente melhorando o assentamento de forma geral. (Entrevista T - 4).

As respostas sinalizaram para uma autoavaliação positiva do trabalho executado. Em alguns relatos constatamos o envolvimento pessoal do técnico empenhado e buscando contornar as dificuldades encontradas. Não encontramos registros sobre a responsabilidade das empresas contratadas e muito menos sobre qualquer acompanhamento do INCRA para procurar minimizar as dificuldades relatadas.

As dificuldades estruturais foram novamente colocadas como elemento que não permite uma melhor atuação dos serviços de ATER. A falta e a demora na liberação dos créditos do PRONAF, notadamente dos recursos direcionados para investimentos no lote, foram lembrados pelos técnicos como fatores que dificultam os trabalhos com os agricultores, e muitas vezes até acarreta uma desconfiança nos serviços de ATER por parte dos assentados.

Neste mesmo contexto, indagamos sobre o que pode ser feito para melhorar a qualidade de seus trabalhos. Os técnicos reagiram desta forma:

Diminuir o número de famílias para cada técnico atender, claro sem diminuir o valor do repasse econômico para o técnico. (Entrevista T - 2).

Maior atuação junto aos produtores, ou seja, ampliar as visitas às famílias, promover mais reuniões, participar das decisões junto aos conselhos comunitários, etc. (Entrevista T - 6).

Estrutura de trabalho e Capacitação de novos cursos. (Entrevista T - 5).

Novamente, as posições convergem para as questões estruturais. É visível que, para organizar melhor o trabalho em áreas de assentamento da reforma agrária, além da apropriação por parte da equipe técnica das novas bases conceituais preconizadas, a falta de estrutura parece ser um gargalo identificado por todos técnicos, lideranças e assentados. Contudo, as entidades responsáveis para disponibilizar as condições adequadas para o trabalho sempre se manifestam, por meio de publicidade, que tudo está funcionando a contento.

Constatamos que algumas contribuições cogitaram a necessidade de promover mais reuniões e outros procedimentos que valorizam o coletivo, tais como participação nas decisões junto aos conselhos comunitários.

No próximo tópico procuramos ampliar a discussão em torno a atuação dos técnicos em área de assentamento, indagando como cada um deles avalia a contribuição da ATER para o desenvolvimento das áreas de assentamento no município do Jataí. Eis as narrativas mais recorrentes:

Muito positivamente, pois principalmente no PA Guadalupe, que é muito próximo da cidade, o qual pode abastecer com produtos de qualidade os mercados e feiras da cidade e isso só é possível com uma boa orientação técnica e aplicação da tecnologia correta. (Entrevista T - 3).

Sim, através da transferência de tecnologias, uso de práticas conservacionistas etc. (Entrevista T - 6).

Ela é essencial e de suma importância. No que diz respeito à EMATER, o trabalho é diferenciado. Infelizmente em Jataí acredito em outras regiões, a Ater ficou na responsabilidade, de entidades terceirizadas conveniadas com o INCRA, o que temos visto na prática, o descontentamento é geral por parte dos assentados. (Entrevista T - 5).

Neste momento da entrevista apareceu a figura das “entidades terceirizadas”. Na colocação do entrevistado esta forma de contratação do serviço de ATER reflete diretamente na qualidade e gera uma grande insatisfação nos assentados. Quando tratamos desta questão com os assentados verificamos que os assentados fizeram diversas críticas aos serviços prestados, contudo sem relacionar diretamente a esta questão.

Diesell et.al,(2008, p.1177) em um artigo que analisa e discute o tema da privatização dos serviços de extensão rural, contribui para esclarecer algumas questões desta temática , a saber:

[...] De modo geral, constata-se que as empresas privadas de assessoria técnica tendem a privilegiar o público de maior poder aquisitivo; as agroindústrias e associações trabalham com produtores de *commodities* (que, em geral, não são os mais pobres); enquanto somente as ONGs têm como público-alvo os segmentos mais pobres. Considerando que a natureza das informações e tecnologias difundidas variam conforme o ator privado que é protagonista na oferta dos serviços de extensão, observa-se que o incentivo ao protagonismo de organizações como associações de produtores ou cooperativas pode ampliar o espectro dos tipos de informações difundidas, reduzindo a necessidade de participação dos governos (DIESEL et.al, 2008 p. 1177).

Este assunto ainda não foi devidamente apontado como um problema pelos técnicos entrevistados, pois em nenhum momento correlacionaram o formato dos serviços com as dificuldades enfrentadas.

Contudo, temos que considerar contribuições como as expressas por Ávila et. al. (2011, p.441), nas quais já aparecem novo elementos de análise:

A ação pública em torno dos projetos territoriais trouxe à tona a polaridade que se expressa na disputa dos agentes intermediários (ONGs e Ater oficial) de desenvolvimento rural. Notadamente respaldada pelo poder designado pelo Estado, a Ater oficial ainda se mantém dominante no processo, graças às redes do tipo comunidade profissional e política que seus técnicos, sobretudo os agrônomos, estabelecem vertical e horizontalmente, permeando a CIAT, o MDA e os órgãos estatais parceiros. (ÁVILA et. al., 2011 p.441)

No município estudado a ação das ONGs é muito pequena restringindo apenas aos assentamentos, o que reduz uma possível disputa entre os agentes de Ater.

A seguir colocamos para a reflexão dos entrevistados: Qual é a importância e a abrangência do trabalho de um extensionista. O retorno foi correspondente às expectativas iniciais e coerentes com os outros quesitos:

O trabalho do extensionista possui papel fundamental no desenvolvimento rural em assentamentos abrange várias dimensões que vão desde o econômico, o ambiental e o social. A atividade como algo que necessita de muita responsabilidade, tendo em vista que as consequências do que fazemos afetam positivamente ou negativamente os envolvidos. (Entrevista T - 1).

Acho vital para os assentamentos que atendi famílias, algumas que encontrei, até passando necessidade básica de comida, chegou nessa situação por falta de uma assistência no início do assentamento, portanto tivemos que tentar recuperar a vontade de viver e produzir dentro dessas áreas. (Entrevista T - 3).

Na primeira colocação conseguimos apreender a percepção coerente e integrada da realidade elaborada por um técnico de campo, o que demonstra a sua capacidade e o olhar sobre o contexto no qual está inserido.

Outras colocações deixam subentendido a dimensão da ajuda, os assentados pobres com uma série de obstáculos para produzir encontram no técnico um indivíduo capaz de modificar sua realidade. Posicionamentos como esses não

consideram que qualquer mudança inicia na determinação do assentado e que o técnico atua com elemento de apoio de motivação.

Ao relacionar a importância dos serviços de ATER, os técnicos entrevistados relatam a amplitude do trabalho extensionista. Com esse entendimento procuramos trabalhos similares realizados em outras regiões do país para podermos estabelecer um paralelo com as percepções identificadas neste estudo.

Lima e Rothman (2010, p. 8), em um estudo que teve como objetivo aproximar o olhar da prática extensionista em áreas de reforma agrária, sob o prisma de uma perspectiva voltada aos atores sociais, apresentaram os seguintes aspectos, ao relatar a necessidade de redefinir o papel do agente de desenvolvimento:

Com princípios educativos construtivistas e pressupostos produtivos agroecológicos o campo da prática extensionista se volta para a construção de uma nova forma de intervir para o desenvolvimento. Ou seja, os estudos e as políticas destinadas ao campo começam a incorporar a multidimensionalidade do mundo rural e a heterogeneidade da vida social dos agricultores, direcionando para o dilema da sustentabilidade. [...] Acompanhar e qualificar a prática e a pesquisa da Extensão Rural por esse entendimento envolve atualizar e redefinir o papel do "agente de desenvolvimento", assim como repensar a forma de construção dos modos de vida entre camponeses e extensionistas, na busca de formas reveladoras, criativas e que tragam uma liberdade digna de seu trabalho.

Nesse mesmo artigo retiramos a contribuição de Tendler (1998), que em um trabalho sobre os serviços de Extensão Rural no Ceará, constatou os seguintes aspectos acerca da interação agricultor-extensionista:

O bom desempenho do serviço está estritamente ligado a constituição conjunta de alternativas produtivas e organizacionais, assim como a construção de confiança e um ambiente favorável para a prática do serviço, apesar das dificuldades de controle e segurança dos orçamentos por parte dos gerentes do serviço. [...] Ao mesmo tempo, a moral e a autoestima do extensionista não dependem necessariamente do surgimento de novas relações entre supervisor e agentes, mas principalmente dos extensionistas e seu reconhecimento pelos agricultores (TENDLER, APUD LIMA, ROTHMAN, 2010, p. 16).

As percepções dos técnicos e dos beneficiários acerca dos serviços prestados pela ATER realizados em outras unidades da federação mostram que esses serviços muitas vezes não correspondem às expectativas de seu público, embora o discurso oficial retrate o contrário.

Taveira e Oliveira (2008) em um estudo realizado com agricultores assentados do Pontal do Paranapanema correlacionaram a extensão rural na perspectiva de agricultores assentados e dos técnicos. Neste mesmo estudo os autores evidenciaram que as divergências de pontos de vista entre os técnicos e os agricultores assentados, estavam sobremaneira concentradas na valorização dos aspectos quantitativos da atuação pelo primeiro, e dos qualitativos, pelos segundos. Reafirmando que as diferenças encontradas precisam ser superadas para aprimorar a qualidade do serviço prestado. Concluíram que o serviço de extensão rural não correspondia às expectativas de seu público, e que é necessário o diálogo e a descoberta das realidades locais como forma de aprimorar a qualidade do serviço de extensão rural. (TAVARES; OLIVEIRA, 2008)

Voltando ao nosso estudo, encontramos colocações carregadas de emoção, nas quais constatamos que muitas vezes a atuação de um técnico de campo extrapola o componente técnico e adquire uma conotação humana, na qual o indivíduo é colocado frente a grandes carências e precisa descobrir como agir em situações para as quais sua formação básica não é suficiente, pois não foi treinado para aquele tipo de atendimento.

Em sequência perguntamos se os técnicos entrevistados sentiam-se capacitados para executar os serviços de ATER em áreas de assentamento.

Muito capacitada, nesses quatro anos diariamente dentro dos assentamentos podemos viver situações diversas e adquirir muita experiência. (Entrevista T - 2).

Com certeza que sim, em minha opinião, tem como melhorar, desde que o INCRA e a EMATER se aproximem para discutir melhor e planejar ações, que verdadeiramente venham a contemplar os beneficiários de assentamentos. (Entrevista T - 5).

Sim, faz 27 anos que moro em área de assentamento, aprendi muito, sei as dificuldades que uma família passa para dar estudos aos seus filhos e permanecer no campo. (Entrevista T - 4).

Igualmente as colocações voltam a refletir a preocupação dos técnicos em adquirir novas habilidades que possam contribuir para qualificar os trabalhos de ATER. Todos se referiram a suas trajetórias de vida e experiências profissionais como elementos que fortalecem a sua atuação na área. Mesmo assim registramos que ocorreu uma colocação que sugere maior aproximação do INCRA com os técnicos de campo, por meio de planejamento integrado e discussões permanentes

ao longo do processo, como elemento fundamental para um melhor atendimento aos assentados.

Para contextualizar a opinião dos técnicos entrevistados sobre a sua qualificação, resumimos as possíveis alternativas disponíveis no momento.

A Política Nacional de ATER recomenda uma clara ruptura com o modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações e com os tradicionais pacotes da “Revolução Verde”, substituindo-os por novos enfoques metodológicos que sirvam como base para que a extensão rural pública possa alcançar novos objetivos.

A nova ATER demanda um novo profissional que, acima de tudo consiga enxergar as pessoas, não apenas enquanto clientes de um serviço técnico, mas como parceiros na construção de conhecimentos que surjam da complementariedade de seu conhecimento acadêmico com o saber dos grupos menos favorecidos. Para cumprir essa missão os métodos colaboram, mas não são suficientes para consolidar uma nova relação entre o técnico e o assentado.

O trabalho próprio de ATER em campo deve entendido como um processo de troca de saberes entre o técnico e o produtor familiar. O saber não é unilateral, ou seja, não é apenas o técnico que o tem, o do agricultor familiar tem que ser respeitado. O diálogo mútuo é imperativo (SILVA, 2013).

Pimentel (2007, p.137), estudou assentamentos da Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro e relatou alguns aspectos inerentes à formação dos técnicos que atuavam nesses assentamentos por ocasião da pesquisa:

A universidade se moldou para atender às demandas de uma modernização e baseada em um modelo tecnológico que ainda hoje perdura, a experiência do atrelamento da assistência técnica ao uso do crédito foi tamanha que ainda hoje os assentamentos que dispõem de assistência técnica são os que irão receber créditos. Os técnicos não estão sendo preparados para lidar com pessoas e nem com suas organizações. A universidade apresenta em maior profundidade questões técnicas não garantindo uma compreensão da realidade. [...] Por vezes ocorre um desencontro entre a legitimidade do técnico e o saber e querer dos assentados. Essa legitimidade e poder, conferidos ao técnico, estão associados ao poder na liberação de recursos e ao conhecimento técnico o que gera uma relação de dominação do técnico em relação aos assentados (PIMENTEL, 2007, p.137).

Caporal (2001) compartilhou dessa discussão quando afirmou que na formação dos profissionais existe uma deficiência comprovada: a formação acadêmica atual dos técnicos conduz a uma visão do todo que é fragmentado. Na

formação profissional não se faz uma integração de disciplinas. Existe muito estudo sobre máquinas e insumos, mas muito pouco sobre o homem e seu papel decisivo na agricultura e no manejo dos recursos naturais.

O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) sugeriu um conjunto de atributos para orientar a escolha dos técnicos, que atuar diretamente com os agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Segundo este documento, o extensionista e os agentes de ATER devem apresentar as características que seguem.

Perfil do extensionista e do agente de ATER: 1 – Habilidades para planejamento participativo; 2 – Visão holística e sistêmica; 3 – Capacidade de análise e síntese; 4 – Capacidade de liderança, respeitando as formas individuais e coletivas; 5 – Conhecimento sobre desenvolvimento sustentável e instrumentos de fortalecimento da agricultura familiar; 6 – Sensibilidade ao trabalho com os agricultores familiares, às suas necessidades e aspirações; 7 – Conhecimento e sensibilidade às questões de etnia, gênero, raça e geração, como elementos fundamentais para a promoção da igualdade; 8 – Valorização do conhecimento dos agricultores, com perfil aberto a mudanças relativas a conceitos, tecnologias e percepção da realidade, a partir da ação em conjunto. (PRONATER, 2005, p 7)

A partir de 2008, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, preocupado com a formação dos extensionistas, procurou novas formas de oportunizar a qualificação desses profissionais por meio de parcerias com renomadas universidades públicas e centros de pesquisa e, em particular, com grupos de professores e pesquisadores comprometidos com o fortalecimento da agricultura familiar.

Foram elaborados mecanismos de ação conjunta com essas instituições para oferecer alternativas qualificadas a esses profissionais de forma periódica e continuada. Além dessa iniciativa, o DATER vem implementando outras formas para contribuir com a qualificação dos profissionais segundo os princípios e diretrizes definidas pela PNATER.

Como muitas observações feitas pressupõem uma nova forma de pensar e trabalhar ATER nas áreas de assentamento, indagamos se os técnicos conheciam PNATER, e o que de fato melhorou na atuação dos técnicos após a aprovação do texto oficial que regula os serviços de ATER.

Conheço, percebo a existência de políticas públicas que são formatadas para as diferenças de gênero, etnias e adequadas para os agricultores

familiares, favorecendo especificamente a um grupo definido, deixando as ações governamentais menos generalistas. (Entrevista. T - 1).

Conheço, mas não trabalhei depois da regulamentação deste programa, pois ele exclui algumas instituições da participação como ATES nos assentamentos, por atuarmos em uma dessas instituições o convênio acabou e não foi renovado. (Entrevista T - 2).

Não tenho conhecimento pleno, mas sei que houve, no mínimo, um pequeno avanço. (Entrevista T - 6).

Com certeza melhorou muito principalmente nos estados que levam a sério a ATER, ou seja, onde ainda existem as EMATERs verdadeiras, não como infelizmente em Goiás que é uma autarquia. (Entrevista T - 5).

Como podemos contatar nos fragmentos extraídos das entrevistas, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), está distante da realidade dos técnicos que atuam junto aos assentados, permanecendo, ainda como uma proposta a ser consolidada. Observamos esse fato com preocupação, pois verificamos que produziu pouco efeito no cotidiano dos técnicos que atuam em áreas de assentamento do município de Jataí.

A próxima unidade buscou compreender como os técnicos realizam seu trabalho cotidiano, como fazem o planejamento, a execução e a avaliação do seu próprio trabalho.

Optamos em apresentar na sequência, em função da proximidade das temáticas, a unidade quatro, que versa sobre aspectos referentes à metodologia participativa, que é o objeto primordial de análise deste estudo.

No primeiro momento indagamos aos técnicos se utilizam metodologias participativas em sua atuação junto a áreas de assentamento. Todos relataram que fazem uso desses procedimentos metodológicos em todas as atividades conduzidas por eles.

No intuito de ratificar esse entendimento pedimos que elencassem as principais atividades ou ações que a ATER desenvolvem nos assentamentos. Foram listadas as seguintes atividades:

Visita em eventos ligados à temática da agricultura familiar. (Entrevista T - 1).

Implantação de novas atividades de exploração. (Entrevista T - 2).

Fomento ao associativismo. (Entrevista T - 5).

Acompanhamento técnico das lavouras e criações. (Entrevista T - 5).

Emissão de DAP. (Entrevista T - 5).

Inclusão dos assentados junto às políticas públicas. (Entrevista T - 1).

Ter muita paciência, para ouvir e avaliar e entender cada um, para ter uma boa resposta, para o que está sendo questionado e na medida do possível ajudá-los, nas soluções. (Entrevista T - 3).

Palestras com temas de assuntos pertinentes às realidades da comunidade, e unidades demonstrativas. (Entrevista T - 5).

As atividades descritas pelos técnicos correspondem às consideradas atribuições dos extensionistas de campo. Algumas atividades relatadas indicam claramente o caráter de execução de uma tarefa ou obrigação, como constatamos na afirmativa *somos responsáveis pela emissão de DAP* (Declaração de Aptidão do PRONAF).

Outras colocações reforçam a atuação dos técnicos na linha difusionista, tais como acompanhamento técnico das atividades e indicação da utilização de procedimentos metodológicos ajustados a esse entendimento. O componente técnico é predominante nos depoimentos coletados

No entanto, encontramos relatos fazendo alusão a uma nova forma de atuar, tais como *muita paciência, para ouvir e avaliar e entender cada um* ou mesmo novos componentes que extrapolam a simples atuação de um técnico, demonstrando uma visão estratégica, principalmente quando relatam a intenção de inserir os assentados nas políticas públicas existentes para o setor.

Após a descrição e o detalhamento das principais atividades realizadas pelos técnicos que atuam nos assentamentos estudados, procuramos identificar quais os principais procedimentos metodológicos que foram utilizados para concretizar essas ações. Estas foram as principais indicações:

Visita às propriedades. (Entrevista T - 1).

As reuniões são com alguns grupos e pouco ocasionais. (Entrevista T - 6).

Explicação pessoal individual ou coletiva, observações a campo, cursos, palestras, dia de campo, visitas técnicas, visitas a feiras, vídeos. (Entrevista T - 4).

Visita nas propriedades, conhecendo a realidade do assentado. (Entrevistas T - 5).

Visitas técnicas. (Entrevista T - 3).

Neste quesito, o detalhamento das metodologias utilizadas volta a corroborar com predominância da linha difusionista. Todas as respostas evidenciaram a primazia do uso de visitas técnicas individuais em detrimento de métodos grupais, mais apropriados para serviços desta natureza.

Para proporcionar o debate sobre metodologias participativas elaboramos um quesito no qual constava uma série de procedimentos metodológicos e solicitamos que o entrevistado indicasse qual já fez uso no seu cotidiano de responsável pela execução dos serviços de ATER. Foram estes os procedimentos indicados:

Caminhadas e observação direta. (Entrevista T - 2).

Visita nas propriedades existe espaço para interação individual com o parceiro proporcionando a observação da realidade e das problemáticas. (Entrevista T - 5).

Ultimamente não, pois não temos muito subsídio para utilizar as metodologias participativas. (Entrevista T - 6).

Calendário sazonal. (Entrevista T - 2).

Surgiram três indicações de procedimentos metodológicos utilizados. Entretanto redirecionamos o questionamento, buscando aprofundar o nosso entendimento acerca desse quesito. Solicitamos que os entrevistados citassem quais os principais procedimentos metodológicos que utilizam no seu cotidiano no assentamento. Nesse mesmo questionamento acrescentamos novas indagações, entre as quais, se é possível exemplificar os resultados alcançados com a utilização desses métodos de trabalho, e quais os principais obstáculos encontrados na utilização dos procedimentos metodológicos recomendados. Abaixo relacionamos as principais contribuições dadas ao exame desta questão:

Intensificação da produção de leite após a formação de grupos de produtores. Com limitado recurso financeiro. (Entrevista T - 2).

Toda metodologia a ser aplicada requer muito interação com as famílias, pra conseguir tirar as informações necessárias, pois nem sempre elas são ditas na primeira pergunta, tem que ser um diálogo, e gerar confiança, para que sejam colhidas as respostas verdadeiras. (Entrevista T - 1).

Palestras com temas de assuntos pertinentes às realidades da comunidade, e unidades demonstrativas. (Entrevista T - 5).

Como podemos constatar, não existe uma uniformidade de entendimento quando se refere a procedimentos metodológicos. Alguns técnicos abordam essa questão demonstrando maior domínio do conteúdo ou dos elementos teóricos envolvidos nesses procedimentos. Outros continuam reproduzindo todo o aparato metodológico da abordagem difusionista que tratamos em seção precedente desta tese.

Metodologia participativa é aquela que permite a atuação efetiva dos participantes no processo educativo, sem considerá-los como meros receptores, nos quais depositam conhecimentos e informações. O enfoque participativo valoriza os conhecimentos e experiências dos participantes, envolvendo-os na discussão, em que há identificação e busca de soluções para os problemas com os quais terão que lidar.

Caporal e Ramos (2006, p.7) realçaram a importância da utilização das metodologias participativas para a atuação dos técnicos.

O novo enfoque de ATER requer que o agente esteja preparado para utilizar técnicas e instrumentos participativos que permitam o estabelecimento de negociações e a ampliação da capacidade de decisão dos grupos sobre sua realidade. Graças à troca de conhecimentos e de saberes empíricos e científicos, técnicos e agricultores poderão elaborar um conhecimento novo que lhes permitirá fazer opções tecnológicas e não tecnológicas adequadas às condições locais. A ação extensionista deve criar condições objetivas para ajudar no fortalecimento da cidadania, na efetiva participação dos atores nas decisões e na melhoria da qualidade de vida das populações rurais (CAPORAL; RAMOS, 2006, p. 7).

Suassuna (2004, p. 6), em um estudo no qual avaliou o alcance do uso de metodologias participativas em Extensão Rural, ponderou:

As práticas de diagnóstico e planejamento participativo podem trazer aspectos importantes na mudança de consciência para construção da cidadania, na obtenção de direitos de grupos, no reconhecimento da diversidade de conhecimentos, na distribuição equitativa de oportunidades para ampliar e facilitar a capacidade do cidadão em decidir e incidir nas decisões, ou seja, essas são conquistas que facilitam a participação em processos decisórios o que propicia maior conhecimento e atuação de cidadãos excluídos na sua realidade (SUASSUNA, 2004, p. 6).

Embora seja aceito que a utilização de Metodologias Participativas contribua para a dinâmica dos serviços de ATER, ainda é muito limitada sua utilização nos assentamentos pesquisados. Até os procedimentos relatados pelos técnicos não foram mencionados pelos assentados e suas lideranças.

Encontramos relatos de técnicos que afirmaram que nunca utilizaram os procedimentos metodológicos participativos no seu cotidiano, acrescentando que apenas alguns técnicos que atuam em áreas de assentamento do município de Jataí receberam treinamento específico para incorporar essa forma de atuação.

Encontramos relatos nos quais os entrevistados recordaram de outras épocas da Extensão Rural, afirmando que houve um período em que dispúnhamos de

recursos para a ministração de cursos, e que o resultado e a participação dos produtores eram muito satisfatórios, mas hoje nossa realidade é precária. Esses registros relacionam que a falta de recursos está afetando a forma de trabalho e, muitas vezes, até a escolha do procedimento metodológico adequado. Hoje nossa atuação está restrita ao atendimento individual do assentado no escritório. Quando é possível, realizamos visitas e pequenas reuniões.

Esses fragmentos extraídos das entrevistas com os técnicos de campo ressaltam a dependência do trabalho de ATER com a disponibilidade de recursos financeiros. A falta de meios provoca dificuldade de deslocamento para o técnico e reduz substancialmente as possibilidades de atuação, além de comprometer a continuidade e a credibilidade do trabalho.

No conjunto, podemos afirmar que os procedimentos metodológicos recomendados não são utilizados pelos técnicos que atuam no município. É aparente a predominância do uso de métodos tradicionais com o objetivo de levar tecnologias para aumentar a produção e produtividade. Entretanto, encontramos nos relatos alguns subsídios que sinalizam para um incipiente esforço voltado ao apoio coletivo, através da formação de grupos de interesse ou grupos de mulheres, que estão diretamente sintonizados às prioridades da nova política. Esses trabalhos foram amplamente afetados pela frequência irregular das visitas dos técnicos e da descontinuidade do trabalho devido a aspectos contratuais, afirmaram alguns entrevistados.

O próximo quesito abordado teve o intento de desvendar qual é a posição dos técnicos de campo quanto à inserção dos projetos de assentamento no processo de desenvolvimento do território no qual está localizado. Para esta finalidade indagamos se a ATER contribuem para o desenvolvimento destes assentamentos.

A assistência técnica e extensão rural proporcionam o desenvolvimento rural desprovido de interesses mercadológicos. (Entrevista T - 2).

Não atua apenas na questão técnica. (Entrevista T - 4).

Sim, com a mudança da visão da uma propriedade como uma empresa. (Entrevista T - 2).

Creio que apesar da precariedade da Astec Pública (que na realidade está sucateada, como é do conhecimento de todos), ainda temos um papel fundamental no referido processo, contribuindo, sim, para o desenvolvimento dos assentamentos. (Entrevista T - 6).

Identificamos posições contrastantes, estando evidente que os entrevistados muitas vezes atrelam o termo desenvolvimento a elementos associados ao mercado.

Não encontramos nenhuma ação conjunta envolvendo todos os assentamentos do município organizados pela ATER. Os técnicos que atuavam no município apresentavam vínculo de trabalho com diferentes empresas e não encontramos evidências de projetos integrados, que aglutinem todas essas empresas no mesmo esforço.

O atendimento é feito de forma individualizada, por assentamento e não existe a preocupação de discutir a integração entre eles. A predominância de visitas técnicas é uma evidência deste fato. Ocorrem poucas reuniões e as discussões são voltadas a questões técnicas, amplamente respaldadas nos depoimentos dos assentados.

Apenas o projeto do biodiesel envolve mais de um assentamento. Esse projeto é vinculado e executado pela Cooperativa do assentamento Rio Paraíso, que desempenha suas funções por meio de uma equipe técnica contratada pela cooperativa.

Atualmente o projeto atua exclusivamente com assistência técnica para a cultura da soja, não conseguindo ainda expandir e atuar com outros cultivos e principalmente em outras áreas.

Essa experiência destaca a importância do envolvimento dos assentados e de suas organizações para o desenvolvimento de todos. Mostra o protagonismo dos envolvidos e pode ser uma grande alternativa para novas ações conjuntas.

A grande dificuldade encontrada é que os programas de apoio aos assentados não conseguem conversar, discutir alternativas, buscar novos caminhos e apontar para a necessária complementariedade de suas ações. Os envolvidos no trabalho preocupam-se primeiro com sua existência e em uma possível disputa por recursos, não percebendo que o desenvolvimento sustentável de seu território é o propósito e a finalidade de todos.

Quanto ao conjunto “atuar de forma sincronizada e complementar”, os assentados podem conseguir avanços em seus lotes com repercussão direta na qualidade de vida e no exercício pleno da cidadania.

Em seguida, solicitamos aos técnicos de campo que descrevessem o perfil adequado de um técnico para atuar no serviço de ATER.

Proativo, inovador, paciente e determinado. (Entrevista T - 1).

Uma pessoa que tenha uma visão Holística, que tenha amplo conhecimento, seja simples e humilde. (Entrevista T - 20).

Primeiro tem que demonstrar interesse, vontade e compromisso, o público é diferente, são pessoas carentes, geralmente com pouca renda familiar e estudo. (Entrevista T - 3).

Nesse levantamento sobre o perfil de técnico surgem características que se aproximam muito do desenho feito pelas lideranças dos assentados e pelos assentados. Entretanto, um elemento perpassa todas as informações recolhidas nos diversos agentes entrevistados, quando direta, ou indiretamente, aparece o diálogo como elemento de ligação, entre as diferentes percepções que conseguimos captar.

Outras características predominaram nos levantamentos realizados, contudo uma em especial foi citada em diversas entrevistas com as lideranças e com os assentados, e que não obteve nenhuma menção entre os técnicos. Referimo-nos à qualidade técnica necessária para o desempenho adequado das funções de um extensionista. Esse aspecto pode passar despercebido na esfera técnica, pois fazer autocrítica e olhar para dentro pode ser mais difícil do que externar posições consensuais.

Para adentrar na compreensão dos serviços desenvolvidos pela ATER nos assentamentos, pedimos que os entrevistados descrevessem como é o cotidiano dos técnicos, registrando as ações e a natureza dos serviços prestados.

Os atendimentos eram divididos entre os da área técnica e os da área social com um roteiro de visitas pré-determinado. (Entrevista T - 5).

Diariamente são feitas visitas para verificar as demandas que são: manejo de animais (bovinos, suínos e aves), plantio das lavouras, implantação de projetos de plantio de florestas, preservação de áreas de APPs, reuniões, formações de grupos de interesses, cursos. (Entrevista T - 2).

Elaboração de Projetos de Custeio e investimento Acompanhamento de Lavoura de soja e milho. (Entrevista T - 4).

Organização Rural, Agroindústria, Bovinocultura de leite, Aves Corte/postura, olericultura, fruticultura e reflorestamento, conservação e recuperação de solo. (Entrevista T - 3).

No período de safra, todas as atividades pertinentes ao desenvolvimento da cultura (soja), amostragem de solo, verificação de ervas daninhas, recomendações, aferição de plantio, contagem de insetos praga, etc. Na entre safra, realização de palestras, montagem de projetos, idealização dos projetos como um todo, "conselheiro", a intenção é capacitá-los. (Entrevista T - 4).

Os relatos demonstraram a predominância da atuação dos técnicos voltada para o crédito rural. A elaboração de planos de custeio e de investimentos consome a maior parte do tempo do profissional. Após essa elaboração, os técnicos ficam plenamente envolvidos com o acompanhamento dessas lavouras e com relatórios exigidos pelos agentes financeiros. Outros serviços apontados foram: emissão de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) e gestão ambiental.

A dependência do crédito rural foi constatada nos depoimentos dos técnicos, bem como das lideranças e dos assentados ouvidos nesta pesquisa.

A unidade que finaliza o roteiro de entrevista utilizado nesta pesquisa teve a intenção de identificar as perspectivas para o futuro do assentamento, bem como para os serviços prestados de ATER. A abordagem inicial desse aspecto solicitava aos entrevistados sua percepção sobre as atividades da ATER e sua correlação com as novas expectativas dos assentados quanto ao futuro. Frisamos a necessidade de abordar aspectos relacionados com a melhoria de renda, satisfação dos assentados, qualidade de vida e participação, dentre outros. Eis as colocações dos entrevistados:

Aumento substancial de produtores inseridos nas políticas públicas do setor familiar. (Entrevista T - 1).

A percepção de cidadania resgatada pelo agricultor. (Entrevista T - 5).

Melhorias na qualidade de vida. Entrevista T - 4).

Acredito que sim, durante o período do convênio INCRA/SEBRAE foi possível observar um aumento substancial de produtores inseridos nas políticas públicas do setor familiar, refletindo no acesso a bens de consumo, melhorias na qualidade de vida e a percepção de cidadania resgatada pelo agricultor. (Entrevista E - 3).

Sim. Posso relatar um caso que cheguei na parcela de uma senhora. Ela passava necessidades básicas, incentivamos ela criar frangos melhorados. Ela trabalhou de diarista na casa de outra assentada conseguiu dinheiro comprou os pintinhos e ração. Vendeu os frangos, depois me mostrou o dinheiro e disse: eu nunca mais fico sem frango lá em casa. Muitos são os casos de sucesso. Conseguimos tirar muitas famílias da miséria, e igualar outras com aumento de renda e mudar a visão do assentamento como um lugar onde eles têm que ganhar tudo, para uma visão de que lá é a empresa deles a fonte de renda, e o lugar de ganhar dinheiro. (Entrevista T - 2).

Novamente os depoimentos focaram uma percepção positiva quanto ao futuro. Predominou o entendimento que é possível melhorar a renda dos assentados e, conseqüentemente, sua qualidade de vida. Encontramos contribuições que relacionavam essa possível melhoria à integração desses assentados às políticas públicas existentes. Também deparamos com depoimentos que afirmam que as

perspectivas de futuros para os filhos dos assentados estão aumentando em virtude da maior oportunidade de estudar.

Finalmente, destacamos que alguns técnicos relataram as trajetórias de vida de alguns assentados, registrando com orgulho e demonstrando a contribuição dada pela ATER para o aumento de renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Ficou claro nos depoimentos que na percepção dos técnicos, o serviço de ATER é essencial para consolidar um futuro promissor para estes assentados.

Neste mesmo contexto solicitamos que os técnicos entrevistados, tendo como referência fatores conjunturais e estruturais que afetam as atividades agropecuárias desenvolvidas no município, descrevessem quais as perspectivas quanto ao futuro do assentamento em que atuam. Posto este desafio, os entrevistados contribuíram desta forma:

Acredito que se as políticas públicas forem feitas corretamente. A perspectiva é muito boa, mas a visão dos assentados ainda tem que mudar mais, com relação a produção, pois muitos querem produzir igual os grandes produtores de grãos da região. Contudo eles possuem pequenas áreas e portanto tem que produzir o que é viável pra essa pequena área e não imitar os grandes. (Entrevista T - 5).

Apesar de parte das glebas trocar com muita frequência de donos, acredito que sempre é possível ocorrer um crescimento, na otimização das áreas, visto que não há mais espaço físico para crescimento, e sim apenas intensificar a produção na mesma área. (Entrevista T - 6).

Nessa indagação, os técnicos não restringiram os comentários aos assentamentos que atuam, e embora mantivessem um posicionamento otimista e novamente relembassem a importância das atuais políticas públicas.

Ao mencionar que os assentados muitas vezes procuram referência nos grandes agricultores, que possuem estrutura e conseguem ganhos em virtude da escala de sua produção, os técnicos demonstram a necessidade de uma atuação mais dialogada e que consiga fazer estes assentados enxergarem sua realidade de forma diferenciada, e que somente vão viabilizar sua unidade produtiva por meio de alternativas que busquem produtos que atendam á nichos de mercados.

Para contextualizar a ATER, de forma mais ampla indagamos quais seriam as possíveis ações de governo que contribuiriam para aperfeiçoar o trabalho de um técnico de campo que atua em áreas de assentamento. Novamente apareceu uma série de subsídios para nossa análise.

Acredito, que não precisaria do governo criar novas ações que visasse o benefício dos assentamentos, bastaria que o esforço fosse gasto nas ações que foram criadas, mas não foram possíveis de implantação, ou foram parcialmente. Ex: Regularização ambiental dos assentamentos, proporcionando dessa forma o acesso ao PRONAF. (Entrevista T - 4).

Liberar recurso para que se possa pagar um técnico para no máximo 15 famílias. (Entrevista T - 2).

Maior atuação junto aos produtores, ou seja, ampliar as visitas às famílias, promover mais reuniões, participar das decisões junto aos conselhos comunitários, etc. (Entrevista T - 6).

Colocar dentro de cada assentamento técnico de várias áreas, inclusive humanas. (Entrevista T - 1).

Os depoimentos voltaram a resgata a questão de recursos. Em todas as situações encontradas constatamos a permanente preocupação com a instabilidade com que os recursos são destinados para os assentamentos da reforma agrária. Também, a falta de agilidade do órgão responsável pela reforma agrária no acompanhamento e solução dos problemas foi amplamente lembrada pelos entrevistados.

A composição da equipe de trabalho, a relação técnico/assentado e a qualificação dos técnicos e sua conseqüente valorização permearam todos os depoimentos, ficando explícito que os entrevistados possuem uma visão objetiva e concreta das necessidades e da importância da contribuição do órgão responsável por esses assentamentos. O que preocupa é o fato de que também esses técnicos não conseguem estabelecer um diálogo com os responsáveis pelos assentamentos.

Quanto à relação nº de técnicos / nº de assentados, foi contestada por todos os técnicos, sendo considerada muito alta, o que não permite uma assistência técnica de qualidade. Os técnicos evitam indicar um número mais adequado para essa relação, apenas um indicou 15 assentados por técnico sem repercussão nos salários recebidos. Os entrevistados ponderaram que o INCRA elabora essas referências com base apenas no aspecto financeiro, não levando em conta outros aspectos envolvidos na questão.

Finalmente, abrimos o microfone para resgatar as informações que o entrevistado considera relevantes para descrever e compreender os serviços de ATER em áreas de assentamento.

Sugerimos a abordagem livre, não indicando ou sugerindo temas ou aspectos de quaisquer tipos. Apareceram as seguintes contribuições:

A interação entre o assentado e o técnico de ATER se completa quando existe uma relação informal de confiança recíproca, tornando as ações do técnico possíveis de execução e o trabalho do assentado de resultados positivos. (Entrevista T - 1).

O serviço de ATER, deve ser contínuo, todos os programas começam e daí quando começamos ter resultados acabam os contratos e outra empresa tem que começar tudo novamente. Acho que deve ter continuidade. (Entrevista T - 3).

É um grande desafio, porém é muito gratificante conviver com todas essas pessoas maravilhosas, que temos em nosso meio, e saber que já contribuimos e podemos contribuir muito ainda, para que essas pessoas possam crescer melhorar o padrão de vida, em consequência da melhoria e organização da produção. (Entrevista T - 6).

Neste momento, os técnicos procuraram colocar suas angústias e esperanças para a melhoria dos serviços de ATER. Resgataram a questão da confiança entre técnicos e assentados, elemento comum e essencial para a qualidade do trabalho. Apresentaram uma visão da realidade, e dentro dessas colocações, evidenciaram aspectos referentes à remuneração dos técnicos.

Outros elementos se sobressaíram nas colocações, tais como: *O serviço de ATER, deve ser contínuo e baseado na Confiança*, que aparece nas colocações dos técnicos e mostra que, na percepção dos mesmos, esse serviço tem que ser permanente para atender as expectativas dos beneficiários.

Silva (2013, p.162), em um estudo no qual discutiu “As especificidades da nova ATER para Agricultura Familiar” abordou a questão da continuidade dos trabalhos em Extensão Rural:

Essa forma de contratação desses serviços que tem sido constituída nos últimos anos com progressiva ênfase, em linhas gerais, proporciona um afunilamento da questão da ATER para a órbita do gasto público, transferindo o debate sobre a ótica do direito para a do limite orçamentário.[...]Por conseguinte, há que também se preocupar com a questão da continuidade, com o término dos contratos, pois esta ocorrência pode originar um interregno entre o fim do contrato e a realização de um novo, e neste interim pode-se acontecer um período de não atendimento dos serviços, causando tanto a descontinuidade dos serviços como o de termino, devido a contingências orçamentárias. Ou ainda, porvir outra instituição, cujo método ao vivenciar o contrato seja distinto da anterior, constituindo um novo padrão de trabalho de tal modo que procria junto aos beneficiados a sensação de interrupção e recomeço (SILVA, 2013, p.162).

Essas dificuldades foram descritas por Caporal (2011) em reflexão recente sobre o estado em que se encontram os serviços de ATER do Brasil. Afirma o autor que:

A lei recomenda a adoção “de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública (BRASIL, 2010). Entretanto, as primeiras chamadas de projetos que foram publicadas vão contra este princípio, pois as chamadas estabelecem, *a priori*, um pacote de métodos de ATER que é insuficiente ou mesmo inibidor de processos participativos. Como se sabe, a adoção de metodologias participativas supõe uma ampla articulação com as comunidades rurais e uma adesão livre e democrática dos participantes. Isso requer um tempo de maturação, o que não se viabiliza através de contratos de curto prazo e que estabelecem atividades que devem ser executadas com rapidez para que as entidades possam receber por seus serviços (CAPORAL, 2011, p. 4).

As questões constatadas nesta tese refletem uma preocupação constatada em diversas localidades, o que requer uma atuação mais adequada do INCRA procurando alternativas para solucionar o problema indicado.

Para trazer novos elementos de análise para este estudo, solicitamos que cada técnico relatasse como realiza as atividades de planejamento, execução e avaliação dos trabalhos de ATER. Esse é o tópico a ser discutido na próxima subseção.

5.3 Planejamento Execução e Avaliação do Trabalho de ATER

Na intenção de permitir uma maior compreensão da forma como os serviços de ATER consolidam o planejamento das ações a serem executadas, optamos por descrever como cada instituição que atua no município de Jataí realiza as suas atividades de planejamento, bem como a execução dos trabalhos no campo e, finalmente, como as mesmas realizam as atividades de avaliação de seus trabalhos.

O planejamento na ATER consiste na descrição dos procedimentos a serem utilizados e na organização de um conjunto de ações a serem executadas em um dado período de tempo, visando a alcançar objetivos determinados, com a participação efetiva do público atendido. Esse é um momento de reflexão e de busca das melhores alternativas de ação para alcançar os objetivos propostos.

Um bom planejamento precisa ser ainda dinâmico e flexível de modo a admitir correções e aperfeiçoamento no percurso, permitindo um permanente repensar em

adequar as ações à realidade concreta, bem como elaborar e exercitar uma forma de avaliação permanente dos resultados alcançados.

A etapa do planejamento é considerada basilar para garantir a qualidade dos serviços da ATER. É nesta etapa que, tendo como referência a realidade concreta, pensamos e estruturamos os caminhos a percorrer para alcançar os objetivos pré-estabelecidos. Também, neste momento organizamos nossas atividades, decidimos nossas estratégias, escolhemos a forma e o meio para proceder a uma avaliação contínua, e decidimos quais serão os resultados esperados.

O ponto central é que esse conjunto de procedimentos, que antecede as ações na ATER, deve ser construído de forma compartilhada com o público. Mais do que isso, deve ser visto como uma construção coletiva, pois envolve mudanças, impactos e principalmente parceria como instrumento de elaboração e de apropriação por parte de todos os envolvidos.

O planejamento também é necessário para a adequação dos custos de cada ação projetada e de seus possíveis resultados. Pressupõe não escolher atividades que estejam acima da capacidade de trabalho dos envolvidos, ou mesmo definir como prioridade ações que dependem de terceiros para serem concretizadas.

Cada ação apoiada deve estar sincronizada com um sistema dinâmico, e que permita, por meio de avaliação permanente, redirecionar os esforços de todos, estabelecendo novas trajetórias para se alcançar os objetivos propostos.

Para a ATER o planejamento é entendido como um processo permanente e contínuo, com uma constante construção de propostas, definições de caminhos, resultados alcançados e avaliação continuada, feita em conjunto com os beneficiários, conferindo assim dinamismo e legitimidade a esse processo.

Na PNATER encontramos a sugestão de que esse planejamento seja realizado de forma participativa, no sentido de que seja adotado o planejamento das ações com base no território rural, sempre considerando as dimensões econômicas, ambientais, sociais, culturais e políticas do desenvolvimento sustentável, em um contexto de relações de trabalho e de vida.

Para verificar como é realizado o planejamento das ações nos assentamentos estudados elaboramos quatro questionamentos que serviram de referência para a reflexão.

Foram levantadas as seguintes indagações: 1 – Qual é a composição da equipe técnica e o planejamento inicial? 2 – Como a equipe trabalha o seu

planejamento? 3 – Para estruturar o trabalho como foi realizado diagnóstico, a análise da realidade e os estudos prévios de mercado para os produtos dos assentados? e, 4 – Caso já tenham sido utilizados alguns instrumentos diferenciados, quais foram os procedimentos metodológicos adotados?

Estas questões foram elaboradas para permitir que o técnico de campo discorra de forma aberta e livre sobre os procedimentos adotados por ocasião do planejamento de sua equipe acerca dos trabalhos de campo.

Outro elemento importante foi procurar vincular o tamanho e a composição das equipes técnicas, com as ações programadas, buscando verificar a adequação e a coerência do trabalho proposto.

O segundo quesito procurou identificar como cada equipe trabalha o seu planejamento. Neste momento observamos que as equipes muitas vezes apenas fizeram uma listagem das ações programadas organizadas em um pequeno calendário de atendimento. Não encontramos o vínculo das ações programadas com recursos disponíveis e principalmente com os objetivos a serem alcançados.

Também não encontramos registros de um plano de ação para cada assentamento, bem como constatamos a falta de um planejamento envolvendo todos os assentamentos atendidos.

Os dois últimos quesitos procuraram verificar se as equipes utilizaram o diagnóstico da área como referência para o planejamento, bem como se de fato ocorreu um diagnóstico e se a equipe que o realizou foi à mesma que deu continuidade ao trabalho. Neste mesmo contexto procuramos identificar se a equipe utilizou algum procedimento metodológico diferenciado e inovador, além de permitir ao técnico relatar e descrever como trabalha esta questão.

Apenas em uma entrevista encontramos o relato que para estruturar o trabalho foi realizado diagnóstico, a análise da realidade e os estudos prévios de mercado para os produtos dos assentados.

Neste quesito todas as respostas foram confrontadas com a contribuição sobre o tema oriunda das lideranças e dos assentados, haja vista que a maioria dos entrevistados nesses segmentos afirmaram com veemência que não participaram de nenhuma reunião para planejar as atividades da ATER. Principalmente as lideranças dos assentados garantiram que não existe o costume de reunir com a ATER para pensar propostas de trabalho.

Com base no retorno dos entrevistados, organizamos o quadro 5, com a finalidade de permitir a apreciação simultânea de todas as informações oriundas das entrevistas, bem como as principais contribuições e uma análise dos elementos comuns na atuação dos técnicos, destacando importantes diferenças.

As respostas foram organizadas para a melhor compreensão e avaliação do seu significado.

Quadro 5 – A etapa do planejamento dos técnicos que atuam na ATER no município de Jataí.

PLANEJAMENTO	
QUESTÕES	MANIFESTAÇÕES
1 – Qual é a composição da equipe técnica e o planejamento inicial?	Apenas um técnico no atendimento direto. (Entrevista T - 1). A equipe é multidisciplinar, com um gestor, um coordenador e onze técnicos que atuam na regional sul/sudoeste. (Entrevista T - 2). No nosso escritório, a equipe técnica é formada por quatro profissionais, um agrônomo, um Técnico Agropecuário, um veterinário e um Adm. Rural. (Entrevista T- 5).
2 – Como a equipe trabalha o seu planejamento?	A equipe obedece a um cronograma de visitas e ações mensais que são armazenadas em um programa central, e periodicamente se realiza o balanço do cronograma, ajustando a execução se necessário. (Entrevista T - 2). Através de Plano de Ações Integradas. (Entrevista T - 5).
3 – Para estruturar o trabalho foi realizado o diagnóstico, a análise da realidade e os estudos prévios de mercado para os produtos dos assentados?	Sim, junto às instituições privadas que nos ajudam (auxiliam), são levantados tópicos, feitos diagnósticos, previsões e soluções a serem levantadas. (Entrevista T - 3). Para estruturar o trabalho foi realizado diagnóstico, a análise da realidade e os estudos prévios de mercado para os produtos dos assentados. (Entrevista T - 5).
4 – Caso já tenham sido utilizados alguns instrumentos diferenciados, verificar quais foram os procedimentos metodológicos adotados?	“Programa Empreendedor Rural”, “Negócio Certo Rural”, “Com licença, vou à Luta”, “Excelência em Liderança”. São programas do SEBRAE em parceria com outras entidades e que possuem metodologias próprias de formação profissional, tais programas foram utilizados em grupos de interesse e lideranças locais. (Entrevista T-1).

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Cabe destacar aqui que o quadro 5 revelou elementos importantes para diferenciar as equipes que atuam no município. Inicialmente, analisando os aspectos apontados na indagação como fazem o planejamento das ações de ATER captamos novos elementos para apreciação. A rigor todas as execuções de atividades ficam prejudicadas se não forem antecedidas de um bom planejamento. Os técnicos que participaram dessa pesquisa afirmaram que realizam, mesmo que de forma simplificada algumas metodologias características de um planejamento.

No universo estudado, verificamos diferenças significativas no conjunto das ações desenvolvidas pelos técnicos que atuam no município da Jataí. A primeira ressalva é relativa à composição da equipe técnica e o planejamento inicial. Todas as respostas descreveram a composição das equipes que atuam na dimensão regional ou municipal. Não houve alusão à atuação restrita aos assentamentos do município. Quando indagamos sobre o motivo de tal comportamento, as reações foram diversas, contudo sempre afirmando que esse foi o modelo que melhor se adaptou às características do município. Contudo, na maioria dos assentamentos encontramos a atuação de apenas um técnico responsável com a cooperação de outro técnico quando a situação requeresse uma formação específica. O técnico que trabalha nessa forma de arranjo pode não conseguir atuar adequadamente nos diferentes assentamentos, pois pode pertencer à equipe com atribuições diferenciadas e não ter uma atuação direta nos assentamentos. Esses aspectos corroboram a versão dos assentados quando afirmaram que não participam do planejamento das ações da ATER.

Na composição das equipes registramos que o assentamento Rio Paraíso conta com uma Engenheira Agrônoma que reside na área e atende aos assentados em um escritório da EMATER-GO, localizado próximo à sede da cooperativa do assentamento. Essa mesma cooperativa dispõe de uma equipe técnica que trabalha diretamente com os cooperados em um programa de biodiesel. O profissional residir nas áreas foi uma prática muito comum em assentamentos da reforma agrária nos anos de 1980.

Todos os técnicos afirmaram que trabalham com o planejamento de suas atividades, contudo as informações coletadas a campo sinalizam mais para a condução de uma série de ações ou programas não vinculados que buscam alcançar dificuldades localizadas sem a perspectiva do conjunto, e principalmente sem uma estratégia, e muito menos, sem saber aonde querem chegar. Essas

observações foram colocadas pelos assentados entrevistados quando apresentamos as percepções dos mesmos sobre os serviços de ATER.

Não estamos defendendo uma atuação uniforme e semelhante para todos os técnicos que atuam com assentados em Jataí. Cada técnico tem sua individualidade e características que os tornam diferenciados, e esse fato é positivo, o que temos que resguardar, são os procedimentos realizados durante todo processo.

Todos os esforços efetuados contêm méritos, contudo, é somente no acompanhamento diário das ações que percebemos as contradições. Contatamos que muitos programas e formas de atuação foram simplesmente uma readaptação de projetos e programas existentes no passado e que na época estavam direcionados para a agricultura empresarial. Essa forma de trabalhar não respondeu adequadamente e não gerou os resultados esperados.

Tais adaptações podem estar seriamente comprometidas, pois contêm uma compreensão equivocada da natureza da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária. Esse segmento diferenciado de nossa agricultura apresenta características distintas da agricultura empresarial, o que requer um tratamento apropriado às suas especificidades. Todos os procedimentos metodológicos devem “conversar” e buscar alternativas compatíveis com a natureza dessa forma social de produção.

Alguns técnicos registraram a realização de diagnósticos nos assentamentos estudados. Contudo, a partir dos seus relatos constatamos que esses procedimentos, quando realizados, não contaram com a participação dos beneficiários.

A seguir procuramos conhecer como cada técnico executa seu trabalho, seguindo um comportamento similar ao anterior, elaborando quatro questionamentos que serviram de referência para a reflexão.

Foram levantadas as seguintes indagações: 1 – Quais os principais métodos de trabalho utilizados? 2 – As visitas técnicas ocorrem com a frequência preconizada? Todos os assentados foram acompanhados em seu lote? 3 – Qual a frequência de reuniões com os assentados. Qual é a participação dos assentados nestas reuniões? e, 4 – Qual o apoio oferecido às organizações dos assentados?

Estas questões foram elaboradas para permitir que o técnico de campo descreva com detalhes os principais métodos utilizados no planejamento de suas ações de campo.

Buscamos entender como é desenvolvido o trabalho, a frequência das visitas e das reuniões realizadas bem como o apoio e o envolvimento das organizações dos assentados nesta etapa do trabalho.

Seguindo o mesmo procedimento e com base no retorno dos entrevistados organizamos o quadro 5, no qual as respostas foram organizadas para a melhor compreensão e avaliação do seu significado. Esse procedimento permite a apreciação simultânea de todas as informações oriundas das entrevistas, bem como as principais contribuições e uma análise dos elementos comuns na atuação dos técnicos, e as diferenças encontradas. É uma forma para organizar e estruturar as contribuições oriundas das entrevistas de campo.

Cabe destacar que o quadro 6 apontou a intenção dos técnicos materializada nos instrumentos de planejamento utilizados. Todos os relatos colocam a condição ideal, contudo já verificamos que em virtude da falta de recursos alocados e a outros aspectos, muitas vezes o planejamento não é cumprido na sua plenitude. Esse aspecto foi destacado em outros tópicos das entrevistas. Os assentados também alegaram que as visitas não ocorriam com a periodicidade desejada.

Atendo-nos apenas aos registros postos no Quadro 6, encontramos outros elementos que consideramos importante explicar.

A etapa descrita como execução das atividades engloba quatro questionamentos que buscam captar os principais métodos de trabalhos utilizados e sua respectiva periodicidade. A participação dos assentados e o apoio oferecido às organizações compõem os aspectos levantados.

Todos os envolvidos descreveram o uso de visitas, reuniões e métodos mais complexos, tais como: formação de grupos de interesse, criação de programas de capacitação, bem como reuniões coletivas para diagnosticar pontos fracos e pontos fortes e traçar ações a curto médio e longo prazo.

A frequência das visitas e das reuniões foram aludidas nesses dois depoimentos: *“Era realizado obrigatoriamente um mínimo de quatro reuniões anuais, mas em anos normais o número era superior”* e *“As reuniões são realizadas frequentemente a cada 90 dias”*, que destacamos para constatar que coincidem com os depoimentos feitos pelos assentados. Esse aspecto da descontinuidade dos serviços foi comentado pelos assentados e suas lideranças. O período indicado pelos técnicos muitas vezes coincide com a frequência de atendimento retratado pelos assentados. A constância dos contatos entre técnicos e assentados pode

variar devido a inúmeros fatores, contudo, é fundamental que seja consensual entre as partes e que atenda às características de cada assentamento.

Quadro 6 – Aspectos sobre as metodologias utilizadas pelos técnicos de campo que atuam nos assentamentos da reforma agrária, no município de Jataí.

NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES	
QUESTÕES	MANIFESTAÇÕES
1 – Quais os principais métodos de trabalho utilizados?	<p>Visita técnica (Entrevista T - 4).</p> <p>Formação de grupos de interesse (Entrevista T - 1).</p> <p>Criação de programas de capacitação (Entrevista T - 1).</p> <p>Visita técnica de rotina para acompanhamento das atividades produtivas, formação de grupos de interesse e criação de programas de capacitação. (Entrevista T - 1).</p> <p>Reuniões coletivas, para diagnosticar pontos fracos e pontos fortes. Depois traçar ações a curto médio e longo prazo. (Entrevista T - 5).</p>
2 – As visitas técnicas ocorrem com a frequência preconizada? Todos os assentados foram acompanhados em seu lote?	<p>Obrigatoriamente cada assentado era atendido pelo menos duas vezes por ano. Porém, no balanço geral que era realizado no final de cada ano, se verificava que o número obrigatório de duas visitas era muito aquém do que realmente acontecia na prática. (Entrevista T - 1).</p> <p>As ações são executadas em intervalos de 60 dias. (Entrevista T - 5)</p>
3 – Qual a frequência de reuniões com os assentados. Qual é a participação dos assentados nestas reuniões?	<p>Era realizado obrigatoriamente um mínimo de quatro reuniões anuais, mas em anos normais o número era superior. Os assentados se mobilizavam e sempre estavam presentes nas reuniões. (Entrevista T - 1).</p> <p>As reuniões são realizadas frequentemente a cada 90 dias. Outras, quando necessário. (Entrevista T - 5).</p>
4 – Qual o apoio oferecido às organizações dos assentados?	<p>O apoio era frequente como forma de legitimar e fortalecer o associativismo no assentamento. (Entrevista T - 1).</p> <p>Apoio em logística, social e comercialização (Entrevista T - 5).</p>

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Os outros dois quesitos tiveram o desígnio de suscitar o debate acerca de duas questões básicas, a participação e o apoio às organizações dos assentados.

Conseguimos detectar nos depoimentos, que os técnicos medem participação com a presença física nas reuniões ou demais eventos. Esse pode ser o motivo do

descompasso observado quando discutimos os depoimentos dos assentados que alegam não ter participação e dos técnicos que afirmam o contrário. Estar presente, e apenas concordar com as questões levantadas, não significa elaborar juntos. A prática de apenas buscar o referendo dos usuários, muito comum em épocas distantes da Extensão Rural, não caracteriza o emprego de metodologias participativas.

No que se refere ao apoio às organizações dos assentados, o raciocínio pode ser o mesmo. Embora da parte dos técnicos houvesse a afirmativa de apoio às organizações, novamente no confronto com as colocações dos assentados averiguamos o contrário.

As lideranças dos assentados, em diversos momentos das entrevistas, foram enfáticas em afirmar que existe uma distância entre a atuação da ATER e as ações desenvolvidas pelas organizações dos assentados. Todos os entrevistados colocaram que acreditam na necessidade de acontecer esse diálogo, contudo reafirmaram que ainda não foi possível concretizar.

Novamente recorremos a uma questão de linguagem, pois o entendimento dos termos “Apoio em logística, social e comercialização” pode ser distinto na visão dos técnicos e dos assentados.

Finalmente, procuramos conhecer como cada técnico realiza a avaliação de seu trabalho utilizando procedimentos idênticos aos anteriores a partir de questionamentos que serviram de referência para a reflexão. São eles: 1 – Quais as ações realizadas são avaliadas e se tais avaliações são feitas com a participação dos assentados? 2 – As informações colhidas neste instrumento de avaliação são efetivamente consideradas para um novo planejamento, de forma a retroalimentar o processo? 3 – Existe um acompanhamento detalhado das dificuldades e da melhoria das condições do assentado? e, 4 – O planejamento inicial alcançou seus objetivos?

Estas questões foram elaboradas para permitir que o técnico de campo descreva com detalhes como avalia o resultado de cada ação programada no planejamento. A finalidade foi permitir que o técnico descrevesse a forma que realiza a avaliação dos trabalhos de campo e se a mesma permite repensar as ações executadas e impactar na programação futura.

No item acompanhamento procuramos identificar se ocorre uma atuação diferenciada buscando alcançar a todos, principalmente os que apresentam maior dificuldade.

Com o mesmo intuito dos itens anteriores organizamos o quadro 7, reunindo as respostas dos entrevistados. Nesse momento tivemos a preocupação adicional de procurar a correlação dos procedimentos utilizados para avaliação dos resultados alcançados com as outras etapas do trabalho, ou seja, planejamento e execução das atividades. Essa forma de organizar as informações também foi apropriada, pois permitiu organizar e estruturar as contribuições oriundas das entrevistas de campo.

Todas as informações foram utilizadas para descrever e compreender a dinâmica de trabalho dos serviços de ATER, cabendo explicitar que em nenhum momento tivemos a intenção de avaliar o desempenho individual dos técnicos envolvidos no processo.

O foco central é como os técnicos de campo fazem uso dos instrumentos de planejamento e de avaliação da sua atividade, o que pode qualificar muito o seu trabalho cotidiano.

Quadro 7 – Atividades executadas pelos técnicos de campo que atuam nos assentamentos da reforma agrária, no município de Jataí.

NA AVALIAÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS	
QUESTÕES	MANIFESTAÇÕES
1 – Quais as ações realizadas são avaliadas e se tais avaliações são feitas com a participação dos assentados?	Todas as ações são avaliadas, tanto pela instituição SEBRAE, como pela instituição INCRA. Pesquisa aponta mais de 80 de satisfação com serviço de ATER do convenio INCRA SEBRAE em Goiás nesse endereço pode constatar sobre pesquisa realizada (Entrevista T - 1).
2 – As informações colhidas neste instrumento de avaliação são efetivamente consideradas para um novo planejamento, de forma a retroalimentar o processo?	No nosso caso, temos dificuldades, por falta de profissional da área de assistência social). (Entrevista T - 5).
3 – Existe um acompanhamento detalhado das dificuldades e da melhoria das condições do assentado?	Detalhado não, mas de forma geral, sim. (Entrevista T - 6).
4 – O planejamento inicial alcançou seus objetivos?	Em partes (Entrevista T-1). Consideramos 70%, no geral. (Entrevista T - 5).

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Cabe destacar aqui que o quadro acima, além de organizar as contribuições oriundas das entrevistas, revelou que a avaliação dos trabalhos realizados não pode ser considerada uma prática usual e permanente nos assentamentos estudados.

A avaliação não é a atividade terminal de qualquer processo de trabalho. É acima de tudo uma atividade permanente de acompanhamento e com controle social, se necessário, de redirecionamento dos esforços para alcançar os objetivos propostos.

Todos afirmaram que fazem uso de algum instrumento de avaliação. Entretanto, verificamos novamente a referência da avaliação institucional, que ocorre por força de um convênio ou qualquer outro instrumento jurídico. Não a avaliação permanente e continuada do processo de trabalho, com a participação efetiva dos assentados, quando em um determinado momento todos refletem em conjunto sobre as ações e decidem continuar ou rever e reprogramar as ações. Essa avaliação do cotidiano, objetiva e permanente não acontece de acordo com os relatos dos assentados.

Diante desse cenário, finalizamos assegurando que os relatórios numéricos exigidos por força de convênio são muito utilizados nestes assentamentos, chegando a gerar situações constrangedoras como foi relatado por vários assentados no caso específico do excesso de fotografias tiradas para comprovar a presença do técnico no assentamento, o que não atende aos objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ATER em áreas de assentamentos do Brasil foi objeto de um amplo debate e questionamento desde o final dos anos 1980, buscando consolidar novos modelos e formatos, que fossem apropriados às especificidades dessa realidade social. Contar com uma equipe que disponha de conhecimento técnico e principalmente com a “expertise” para lidar com essa realidade tornando-a produtiva, segundo as concepções vigentes em cada época, sempre foi o caminho idealizado para viabilizar e consolidar os assentamentos da reforma agrária, via aumento da renda e inserção nos mercados.

A inquietação primordial dos técnicos responsáveis por implantar e consolidar esses assentamentos foi no sentido de procurar, entre as diversas concepções de metodologias de trabalho, com diversos elementos, aquelas que estivessem pautadas no aprendizado do assentado via difusão de tecnologias apropriadas.

No percurso dessa trajetória ocorreram avanços e retrocessos, muitas vezes devido à disputa por recursos, premissas inadequadas ou disputas de poder. Deparamo-nos com uma série de programas e projetos implementados sem sucesso, até que, recentemente, surgiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, uniformizando e definindo rumos para o exercício de ATER em todo país.

Entre a definição política, seu encaminhamento e a implantação, constamos, junto à realidade estudada, a existência de uma grande distância entre o planejado e o executado, pois muitas das definições não conseguem romper as barreiras burocráticas e realmente chegar à base, para, de fato, construir em conjunto com os assentados uma nova realidade.

Como vimos anteriormente, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) preconiza ações para assegurar o atendimento exclusivo aos agricultores familiares, assentados de programas de reforma agrária e outros beneficiários definidos como prioritários pelos programas do MDA/SAF. Figura em destaque o acesso a serviço de ATER de natureza pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente para promover o desenvolvimento rural sustentável. Sugere a adoção de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, por meio de novos enfoques metodológicos participativos e segundo um paradigma tecnológico identificado com os princípios da Agroecologia, além de estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões e, conseqüentemente, contribuir para a construção da cidadania. Outrossim propõe desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Esses princípios deveriam nortear todas as atuações de ATER, aperfeiçoando uma dinâmica de atendimento às famílias assentadas, priorizando a qualidade nos serviços prestados, que requer planejamento, uso de procedimentos metodológicos participativos. O desenvolvimento sustentável é uma das ancoras que auxilia na elaboração de estratégias. Em outras palavras, é a bússola que indica a trajetória a ser seguida, que deve ser organizado em conjunto com ATER e assentados.

Favareto (2006), estabeleceu a diferença conceitual entre a abordagem territorial do desenvolvimento rural em relação às abordagens tradicionais, e concluiu que, dentre outros aspectos, que é um processo através do qual o rural, em vez de desaparecer, se integra por completo à dinâmica mais ampla dos processos de desenvolvimento, por meio da unificação dos diferentes mercados (de trabalho, de produtos e serviços, e de bens simbólicos), como através da criação de instituições que regulam as formas de uso social desses espaços, agora amalgamando interesses que têm por portadores sociais segmentos originários também de outras esferas.

Com base na contribuição desse autor aprendemos que a escala de percepção do desenvolvimento sustentável foi ampliada, o que nos permite argumentar que as novas atribuições da ATER extrapolam os limites do

assentamento, procurando integrar as ações a uma ambiência mais ampla, que envolve novas pessoas instituições e, sobretudo, os assentados e seus parceiros mais próximos: os agricultores familiares.

O desígnio de pavimentar os caminhos que induzirão os assentados a perceber e trilhar os percursos do desenvolvimento sustentável, somente pode ser materializado por meio do uso de metodologias participativas, pois esses procedimentos têm como objetivo estimular o empoderamento do assentado, contribuindo para o seu crescimento econômico, social e cultural. Além disso, desperta nos indivíduos e nos grupos pontos importantes para instigar e reforçar a autoestima, a motivação e o envolvimento destas nas soluções de problemas comuns. A abordagem da questão das metodologias participativas foi o componente essencial deste trabalho, devido à importância que assume dentro da discussão de viabilidade e inserção dos assentamentos da reforma agrária.

Esses métodos buscam a integração entre pesquisadores, extensionistas e agricultores para a geração de conhecimentos, promovendo reflexões a partir da observação e análise da realidade, para gerar conjuntamente alternativas e soluções visando à melhoria dos processos em nível da produção e beneficiamento dos produtos gerados (EMATER/RS-ASCAR, 2011).

O novo enfoque de ATER requer que o agente esteja preparado para utilizar técnicas e instrumentos participativos que permitam o estabelecimento de negociações, fortalecendo a capacidade de decisão dos grupos sobre sua realidade. Graças à troca de conhecimentos e de saberes, técnicos e agricultores poderão elaborar um conhecimento novo que lhes permitirá fazer opções tecnológicas e não tecnológicas adequadas às condições locais. A ação extensionista deve criar condições objetivas para ajudar no fortalecimento da cidadania, na efetiva participação dos atores nas decisões e na melhoria da qualidade de vida das populações rurais (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Foram cuidadosamente apreciadas todas as afirmativas e considerações dos entrevistados que, direta ou indiretamente, posicionavam-se frente às questões ligada ao Desenvolvimento Territorial e às Metodologias Participativas.

A condução desta pesquisa foi norteadada por três hipóteses que conjuntamente emolduraram os caminhos que percorremos. A primeira, admitia que: Os serviços de ATER prestado aos assentamentos de reforma agrária no município de Jataí não estão adequados à nova forma de atuação preconizada no PNATER e

estabelecida segundo as novas abordagens do desenvolvimento rural no Brasil, voltadas para consolidar novos arranjos em uma escala territorial. As informações coletadas nos assentamentos em conjunto com as evidências averiguadas confirmaram essa hipótese.

Não conseguimos constatar a existência, de um projeto comum a todos os assentamentos, o que demonstrou que os serviços de Ater não trabalharam para construir uma alternativa que configurasse uma articulação com base em um território, como é preconizada pelo PNATER. A atuação de diferentes equipes e que não demonstraram empenho em buscar caminhos integrados contribuíram notadamente para nosso entendimento.

Outro elemento constatado foi a preocupação reiteradamente colocada pelas lideranças dos assentamentos da falta de projeto de desenvolvimento elaborado para os assentamentos.

A segunda hipótese desta tese supôs que os serviços de ATER prestados aos assentamentos de reforma agrária de Jataí não privilegiam o enfoque ascendente e participativo, preconizado no PNATER, sendo esse um dos aspectos que contribuem para a elevada precariedade dos assentamentos desse município goiano. Com base nas informações coletadas este pressuposto foi confirmado.

Nas entrevistas realizadas nos cinco assentamentos localizados no município de Jataí, reunimos manifestações que registram as deficiências dos serviços de ATER, embora verificássemos, também, que mesmo em meio à crítica sobre a atuação deficiente dos técnicos, em momento nenhum descartaram a necessidade desses serviços. Os principais questionamentos foram evidenciados em todos os assentamentos, onde conseguimos verificar que muitos entrevistados souberam separar as dificuldades momentâneas por que passa a ATER, mas reconhecendo a importância desses serviços para os assentados.

Outros relatos expressam de forma precisa como a atuação da ATER segue orientações já superadas, sobretudo quando utiliza métodos e práticas muito comuns no período em predominou a abordagem produtivista.

Como podemos constatar, as manifestações dos assentados reunidas através desta pesquisa trazem à tona elementos que demonstram que os mesmos têm o entendimento de como deve ser a atuação diferenciada da ATER, mais próxima das propostas preconizadas pela PNATER.

No caso estudado, verificamos reiteradamente a não utilização de procedimentos metodológicos participativos. Embora os técnicos entrevistados afirmem que utilizam esses procedimentos, quando solicitamos a todos aos entrevistados para que apontassem as principais atividades organizadas pelo responsável pela ATER, eles indicam procedimentos muito utilizados na época da abordagem difusionista. Os métodos utilizados não contam com a participação dos assentados, sendo decididos em outras instâncias, exercendo uma influência negativa ao grupo dos assentados. Outro aspecto detectado é a frágil inclusão das organizações dos assentados em todo o processo, o que fortalece o individualismo e produz impacto negativo no associativismo, sabidamente importante como força motora das transformações nos processos sócio-políticos. Essas colocações confirmam que os serviços de ATER não privilegiam o enfoque preconizado no PNATER, sendo esse um dos aspectos que contribuem para a elevada precariedade dos assentamentos em Jataí.

Neste contexto, e com base nas informações relatadas, percebemos que os procedimentos metodológicos participativos não são utilizados pelos técnicos em seu cotidiano, fato que nos fornece elemento de convicção para assegurar que a segunda hipótese desta tese foi confirmada.

A terceira hipótese contemplava a percepção dos assentados e dos técnicos que atuam na ATER no município de Jataí sobre os serviços de ATER. Para compor os elementos de convicção analisamos diversos quesitos que, em seu conjunto, para confirmarem também, a terceira hipótese. Isso foi evidenciado, mais explicitamente, nas respostas que os entrevistados deram sobre o perfil adequado do técnico e a sua forma de atuar nas áreas de assentamentos.

Reunimos informações coletadas junto aos assentados e aferimos quais foram os posicionamentos predominantes quanto à finalidade dos serviços da ATER. Nesse quesito prevaleceu a visão de um novo técnico, diferente do habitual, com uma atuação mais dialogada, mais comprometida com os interesses dos assentados, e principalmente mais compartilhada, conforme constatamos em vários depoimentos. Podemos perceber que no conteúdo do conjunto de depoimentos desta pesquisa, está embutido um novo profissional para atender uma nova ATER.

Quando indagados acerca do que aprimorar nos serviços de ATER existentes, os assentados pautaram uma série de elementos que descrevem uma

nova forma de atuar para a ATER, confirmamos que os assentados propõem uma forma dialógica e comprometida com a ATER.

Quanto à percepção dos técnicos de campo reunimos alguns elementos que caracterizam uma atuação ainda estruturada segundo os ditames da linha difusionista. Reunimos algumas colocações que confirmam esta orientação: *“Promover a difusão de tecnologias acessíveis ao produtor”, “Orientar os investimentos corretos dentro da propriedade com planejamento e escolha da atividade que tem vocação”, “Acompanhamento das atividades com as devidas orientações técnicas sobre uso de produtos, manejo e cuidados com os animais, aplicação de novas tecnologias”*. Assim sendo, ficou claro que os conceitos e conteúdos da abordagem difusionista ainda são muito fortes, nos circuitos técnicos que atuam no município do sudoeste goiano ajudando a perpetuar o modelo extensionista, baseado na Teoria da Difusão de Inovações;

Outros estudos que buscaram identificar a percepção dos técnicos e dos beneficiários acerca dos serviços prestados pela ATER em outras unidades da federação mostraram que esses serviços muitas vezes não correspondem às expectativas de seu público, embora seu discurso oficial retrate o contrário.

Duas outras questões atraíram nossa atenção devido à continuidade dos serviços e a forma de avaliação existente. No primeiro caso, a continuidade dos serviços foi apontada tanto pelos técnicos quanto pelos assentados como elemento basilar para garantir a qualidade dos serviços.

Nesse contexto, os assentados e técnicos concordaram que o posicionamento político do INCRA, bem como os componentes de natureza jurídica, contribuem para fortalecer a convicção sobre ameaças de descontinuidade desse serviço. As observações realizadas permitem assegurar que os envolvidos acreditam que se cada contrato tivesse a um horizonte temporal de, no mínimo, cinco anos, isso asseguraria segurança para o técnico e o conforto de uma atuação continuada. Essa questão já foi objeto de análise e avaliação em diversos estudos e a maioria considera que se trata de um aspecto administrativo que deveria ser prioridade para o INCRA, se o objetivo for mesmo de qualificar os serviços de ATER no assentamento de acordo com o preconizado na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Também relacionada aos aspectos mencionados, os assentados alegaram que reiteradamente buscaram o INCRA para dialogar a esse respeito, reiterando que

seus pleitos referentes à ATER não foram considerados. Isso demonstra que os beneficiários não estão alheios às questões suscitadas.

Quanto ao processo de avaliação dos técnicos, trata-se de tema que foi alvo de críticas pelos assentados, quando relataram que: “*os técnicos somente querem tirar foto*”, constatamos que o método utilizado é ineficiente, por não conseguir perceber a dinâmica das ações e medir apenas, e de forma precária, como as tarefas determinadas no instrumento de contratação dos serviços foram executadas.

Falta uma cultura de avaliação e controle social como processo que privilegia os resultados alcançados e que tenha como referência a consolidação do assentamento, tal como preconiza a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que determina “Avaliar participativamente os resultados e o potencial de replicabilidade”.

Os envolvidos têm de buscar novas formas e adotar procedimentos continuados de avaliação, pois esse instrumento, quando utilizado de forma eficaz, permite corrigir os desvios e sugerir novas rotas. Acima de tudo, garantir que os assentados participem como verdadeiros protagonistas e que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável no âmbito do assentamento e para próprio estado de Goiás.

Outro registro importante é a constatação de que uma cooperativa de assentados da reforma agrária consegue estruturar um serviço de assistência técnica vinculada a um programa oficial, no caso, o de biodiesel, e que tem conseguido avanços interessantes, o que deve ser foco de observação para posterior extrapolação para outras regiões do país.

Para concluir, reconhecemos que discutir ATER em áreas de assentamento permanece uma temática bastante contemporânea e repleta de alternativas de abordagens e conteúdos. Esta tese teve o objetivo de contribuir com esse debate. Estamos convencidos de que, devido à complexidade e a relevância do tema, novos estudos e pesquisas deverão ser implementadas, buscando ampliar e aprofundar o conhecimento, que sempre será o diferencial para viabilizar, humanizar e democratizar o acesso à terra e às políticas de inclusão social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRODER, Mônica; Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações Brasileiras de agricultores familiares, **Sociologias**, 2010, Vol.12, p.268-306.

ABRAMOVAY, R. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação. **Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural**, XLV, Londrina. Anais. Londrina: Sober, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.4, n. 2, abr./jun. 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. **PRONAF: construindo as instituições do desenvolvimento rural**. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1998. 55p.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998.

ACAMPORA, Teresa; FONTE, Maria. Productos Típicos, estrategias de desarrollo rural y conocimiento local. **Revista Opera**, n. 7, Bogotá, p.191-212, 2007.

AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMATER. **Metodologia de Extensão Rural Supervisão de Metodologia e Capacitação**, 2009. 104p.

ALMEIDA, Joaquim Anésio. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

ALMEIDA, Jalcione, **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável**. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997b. p. 33-55

ALMEIDA, S. C. R.; OLIVEIRA, M. N.; XAVIER, J. H. V. A descentralização da Política Nacional de ATER: uma experiência nos assentamentos de reforma agrária no noroeste mineiro Brasil. **Sociedade & Natureza** (UFU. Impresso), v. 22, p. 551-560, 2010.

ALTAFIN, I. **Diagnóstico rural participativo no desenvolvimento local sustentável**. Brasília: Projeto PNUD – Ministério da Agricultura e do Abastecimento, n. 4, a. 32, p. 17, fev. 1999.

ÁVILA, M. L. de; SABOURIN, E. P.; DUARTE, L. M. G.; MASSADIER, G. ATER e desenvolvimento territorial: Uma análise crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**. V.1, Nº 2, p. 427-448, Jul.-Dez.2011.

BARBOSA, G. J.; FRANCIS, D. G.; SILVA, M. C. E. Agricultura Familiar e Extensão rural em Uberlândia: uma análise em nível de campo. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2004. **Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional**. v. 1. p. 447-459.

BENEDETTO, Andrea Valorización de la identidad territorial, políticas públicas y estrategias de desarrollo territorial en los países del MERCOSUR **ÓPERA**; Lugar: Bogotá, Colombia; Año: 2007 p. 139 - 165

BELK , Russel , Qualitative versus Quantitative Research in Marketing, **Revista de Negócios**, Blumenau, v.18, n.1, p.5 - 9, Janeiro/Março de 2013.

BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88p. Coleção Primeiros Passos.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino**. Aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1980. 320p.

BRASIL, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>. Acesso: 15 maio de 2013.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática)**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 15 setembro de 2013.

BRASIL, Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, 1996. 37p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004. 22 p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **ATES Assessoria Técnica, Social e Ambiental Manual Operacional 2008**. Brasília. MDA, 2008.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010. 45p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Documentos Institucionais, 2. Brasília: MDA, 2005a. 28 p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Documentos de Apoio, 2. Brasília: MDA, 2005b. 62 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Documentos Institucionais, 3. Brasília: MDA, 2005c. 31 p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CNDRS/ CONDRAF/NEAD, 2003. (Texto para discussão nº4).

BREDA, N. L.; SANTOS, A. C. Coordenação de cadeias agroalimentares locais: uma estratégia para as pequenas atividades familiares. **Anais XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, RJ, 2000.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: PCT-INCRA/IICA, 1998. 105p.

CAPORAL, F.R. Lei de ATER: exclusão da agroecologia e outras armadilhas: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 4, p. 23-33, 2011.

CAPORAL, F. R. 11.858 – Lei de Ater: exclusão da agroecologia e outras armadilhas. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, **Cadernos de Agroecologia**, Fortaleza/CE, v. 6, n. 2, 12 a 16 dez. 2011.

CAPORAL, F. R. **Política Nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.). Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006. p. 9-34.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, set. 2006. 23p

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Río Grande do Sul, Brasil. 1998, 517p. Tese (Doctorado en Agroecologia, Campesinado e História) – ISEC-ETSIAN, Universidade de Córdoba. Córdoba, España.

CAPORAL, F. R. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. Reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 24, n. 2, p. 70-90, set./dez. 1994.

CHAMBERS, R. The State and Rural Development: Ideologies and Agenda for the 1990s. Brighton. Institute Development Studies. **Discussion Paper 269** 1989. 24p.

CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. **World Development**, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994a.

CHAMBERS, R. Participatory Rural Appraisal (PRA): analysis of experience. **World Development**, v. 22, n. 9, p. 1253-1268, 1994b.

CHAYANOV, A.W. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 319p.

CONAMA. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – Anexo II e III. **Resolução Nº 387. Estabelece Procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária e dá outras Providências**. BRASIL. Lei no 4.504, de 30 de Novembro de 1964, e nas Resoluções CONAMA n.º 237, de 19 de Dezembro de 1997 e 286, de 30 de Agosto de 2001. Brasília, 2006

CONTAG. **Programa de Formação de Lideranças e Técnicos em Desenvolvimento Local Sustentável**. Brasília: MTb/Sefor/Codefat/Contag. 1998, 86 p.

DIAS, M. M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ATES”. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília/DF, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

DIESEL, V.; FROEHLICH, J. M.; NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C.. Privatização dos serviços de extensão rural: uma discussão (des) necessária? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 46, p. 1155-1188, 2008.

EMATER. RIO GRANDE DO SUL – ASCAR. **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR: a gestão do processo de planejamento/EMATER/RS-ASCAR**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2011. 47p.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996. 24p. Projeto UFT/BRA/036/BRA.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural - mudança institucional ou inovação por adição? **Estudos Avançados (USP)**, v. 24, p. 299-319, 2010.

FAVARETO, Arilson. **Tendências contemporâneas dos estudos e políticas de desenvolvimento territorial**. In: BACELAR, TÂNIA. (Org.). Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil - avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010, v. 12, p. 15-46.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento Sustentável – Antinomias de um Conceito, In **Revista Raízes**, Campina Grande, Vol. 21, nº 02 , jul. dez./2002

FERREIRA, D. F. **Análises das transformações recentes na atividade agrícola da região sudoeste de Goiás, 1970/1995-6**. 2001. 145f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia/MG.

FERREIRA, R. S. Interfaces possíveis entre política territorial e extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 24, p. 115-130, 2007.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de, e DIAS, Marcelo Miná, Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Rev. Administração Pública**, vol.46, nº 6, Rio de Janeiro Nov./Dez - 2012. p - 1575 -1597

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONTANELLA, Bruno Jose Barcellos et al . Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(2):389-394, fev., 2011

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, In: **Revista de Administração de Empresas**, v.35 n 2, Mar./ Abr. 1995 a , p 57 -63

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais, In: **Revista de Administração de Empresas**, v.35 n 3, Mai./ Jun. 1995 b , p 20 -29

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GONZAGA, Dorila Silva de Oliveira Mota; ANJOS, F. S.; BEZERRA, A. J. A. Agricultura familiar e o processo de difusão de tecnologias: o caso da cultura do café no Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, município de Acrelândia, Acre. **Acta Geográfica (UFRR)**, v. 04, p. 125-142, 2010.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; *et al.* Assistência técnica para assentamentos rurais: análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER) – **Relatório de Consultoria**. Rio de Janeiro/Brasília: SIGER, 1993.

JONES, Gwyn E. GARFORTH, Chris. “**The history, development, and future of agricultural extension**”, In: Swanson, Burton E., Bentz, Robert P. and Sofranko, Andrew J. (eds.). *Improving agricultural extension - A reference manual*. Rome : Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1997, 316 p. Disponível para download em: <http://www.fao.org>.

JOUVE, P.; MERCOIRET, M. R. La Investigacion/Desarrollo: una alternativa para poner las investigaciones sobre los sistemas de producción al servicio del desarrollo rural. **Revista Investigacion/Desarrollo** para América Latina, Barquisimeto, Venezuela, n. 1, p. 1-8, 1992.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KOYENIKAN, M. J. Issues for Agricultural Extension Policy in Nigeria, **Journal of Agricultural Extension** Vol. 12 (2) December, 2008 P. 52 – 62

KRIEGER, M., SIMÕES, M.P. Projecto de extensão rural na Cova da Beira, **Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens**. ISSN 0870-6263. 9:1, p. 45 - 58.

KREUTZ, I. J. ; PINHEIRO, S. L. G.; CAZELLA, A. A. A construção de novas atribuições para a assistência técnica e extensão rural: a mediação com reconhecimento da identidade. **Extensão Rural** (Santa Maria), v. 1, p. 41-67, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

LAN ANH HOANG, Castella, J. C., NOVOSAD ,Paul. Social networks and information access: Implications for agricultural extension in a rice farming community in northern Vietnam , **Agriculture and Human Values** (2006) 23:513–527

LIMA, D. P. N. S.; ROTHMAN, F. D. Extensão Rural em Assentamentos: novas relações entre atores. In: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas. **Anais** do VII Congresso da ALASRU.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Atlas, 1987. 99p.

MARQUES, Vicente de Azevedo; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA; Caio Galvão de. **O censo 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. 108p.

MARTINS, José do Prado. **Didática geral: fundamentos, planejamento, metodologia e avaliação**. São Paulo: Atlas, 1985.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.(Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 80p.

MIRANDA, J. C. O desenvolvimento territorial para avaliação de políticas públicas: exemplo do assentamento de uma fazenda em Tocantins (Brasil). **Finisterra (Lisboa)**, v. XLII, p. 119-124, 2007.

MIRANDA, Jaime Rodrigo da Silva. **A Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates): A coopservicos no Sudeste do Pará** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008,158 f

NEVES, J. L., Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996

OKONOSKI, T. R. H.; CUNHA, L. A. G. A agroecologia e a fomicultura: distintas trajetórias para o desenvolvimento territorial rural do município de São Mateus do Sul - PR. **Revista IDEAS**, v. 5, p. 217-248, 2011.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília/DF, v. 16, n. 2, p. 97-134, 1999.

OLIVEIRA, P. C. F. Extensão rural: “a cara do governo no campo”. **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, V.9: 67-78 p. 2011

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação. In: Consultoria Legislativa do Senado Federal – Coordenação de Estudos – **Textos para discussão** N. 48, outubro de 2008.

PIMENTEL, Vania Costa. **Assentamento é mais que um “Projeto”: a assistência técnica nos assentamentos rurais**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – CPDA, 2007, 181f.

PINTO DA SILVA JUNIOR, Renato; FERREIRA DE NORONHA, José. Produção e renda no assentamento Santa Tereza, Município de Porangatu, Goiás. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 183-190, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ – Localização. Disponível em: <http://www.jatai.go.gov.br/>. Acesso em 09 de outubro de 2012.

PRETTY, J. N. & VOLOUHÊ, S. D. **Using Rapid or Participatory Rural Appraisal**. In: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P. & SOFRANKO, A. J. (eds.) (1997): *Improving Agricultural Extension: A Reference Manual*. Roma: FAO. pp. 47–55.

RAYS, O. A. **A questão da metodologia do ensino na didática escolar**. In: VEIGA, I. P. de A. (Coord.). *Repensando a didática*. 11. ed. Campinas: Papirus, 1996.

RIBEIRO, Ricardo Pinto. **O sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural: uma análise retrospectiva**. Brasília: EMBRATER, 1985.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília/DF, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

ROGERS, E. M. **Diffusion of Innovations**. 4th. ed. New York: The Free Press, 2003 (1ª edição, 1962).

ROMANIELLO, M. M. ASSIS, T. R. P. **Extensão Rural e Sustentabilidade: guia de estudos**. Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Lavras. Lavras: UFLA, 2015. 114 p.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriactividad y desarrollo rural en el Sur de Brasil**. 2000. 472 f. Tese (Doutorado) – Curso de Agroecologia, Sociologia y Desarrollo Sostenible, Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, Córdoba, 2000.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUPPel, 2003. 374p.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. et al. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia Rural**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, jul./set. 2004.

SANTOS, A. L. M.; DE DAVID, C. O Espaço Rural na Região da Campanha Gaúcha: territorialidades e desenvolvimento. O caso do assentamento Conquista do Caiboaté, São Gabriel-RS. **Revista do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**, v. 22, p. 57-81, 2011.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**, Tradução Laura Teixeira Motta: Revisão Técnica Ricardo Doniselli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMAN, R. F.; CONCEIÇÃO, O. A. C; FILIPPI E.E. A Economia Institucional: em Busca de uma Teoria do Desenvolvimento Rural. **Perspectiva Econômica** (Online), v. 2, p. 37-55, 2006.

SILVA, RAIMUNDO PIRES. As especificidades da nova Ater para agricultura familiar. **Revista NERA** (UNESP), v. 23, p. 150-166, 2014.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. 181p.

SUASSUNA, Cláudia Medeiros. **Cultura local e metodologias participativas em assentamentos rurais: o caso de brinco de ouro**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2004.

SWANSON, Burton; BENTZ, Robert.; SOFRANKO, Andrew . **Improving agricultural extension: a reference manual**. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1997. 220p.

TAVEIRA, Luís Renato Silva; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de, A extensão rural na perspectiva de agricultores assentados do Pontal do Paranapanema – SP, **Rev. Econ. Sociol. Rural** vol.46 nº1 Brasília Jan./Mar. 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Cadernos da AATR – BA** (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia), Bahia, 2002.

TORRENS, João Carlos Sampaio **Território e Desenvolvimento: a experiência de articulação territorial do Sudoeste do Paraná**, Projeto de Cooperação Técnica FAO/ MDA TCP BRA/3101 A, Curitiba , 2007, 101 p.

TENDLER, J. **Bom Governo nos Trópicos: uma visão crítica**. Tradução de Maria Cristina Cupertino. Rio de Janeiro e Brasília: Revan e ENAP, 1998.

TURNES, V. **Processos participativos de desenvolvimento rural. Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG)**. Programa de formação de dirigentes e técnicos em desenvolvimento municipal baseado na agricultura familiar. Formação de monitores. Brasília: CONTAG, 1997.

VEIGA, José Eli da. **Diretrizes para uma nova política agrária**. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2000. p.19-35.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA/SAF, 2006. 62p.

VRIESMAN, A. K.; OKUYAMA, K. K.; ROCHA, C. H.; WEIRICH NETO, P. H. Assistência Técnica e Extensão Rural para a Certificação de Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar. **Revista Conexão UEPG**, v. 08, p. 138-149, 2012.

WEID, J. M. V. **Texto Referência do Campo Agroecológico para a Conferência Nacional de Ater**. Rio de Janeiro: Fase, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A



Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de
Produção Agrícola Familiar



ROTEIRO DE ENTREVISTAS – REPRESENTANTES DOS ASSENTADOS

No início da gravação registrar: Data e horário e local da entrevista, nome do entrevistado; idade, sexo, experiência com atividade agropecuária e possível contato.

UNIDADE 1: DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Nome do entrevistado: _____

Assentamento: _____

Nome da Organização: _____

Cargo que ocupa: _____

Mencionar quais as principais atividades conduzidas pela organização:

UNIDADE 2: O HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO

1. Como e em que ano surgiu o assentamento? Como foi o início das atividades no assentamento?

2. Os assentados tiveram apoio de alguma entidade de Ater no início das atividades? Que tipo de ajuda? (pessoas, entidades, etc.)

3. Atualmente o assentamento conta com o apoio de alguma entidade de ATER?

UNIDADE 3: QUESTÕES GERAIS

1. Em seu entendimento, qual é a finalidade dos serviços da ATER?

2. Como você avalia a contribuição da ATER para o desenvolvimento deste assentamento?

3. Enumere alguma atividade que você considera importante que foi executada pelos técnicos da ATER

4. Como o técnico responsável pela ATER conduz os trabalhos neste assentamento? Ele busca a participação dos assentados em todas as atividades executadas?

5. O que pode ser melhorado nos trabalhos de ATER neste assentamento?

6. O que significa para os assentados da reforma agrária a aprovação da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)

UNIDADE 4: VISÃO DO REPRESENTANTE DOS ASSENTADOS. (ATER)

1. Com que frequência você participa de encontros/reuniões/outras atividades junto à ATER? Quais?

2. O trabalho da ATER contribui para melhorias no relacionamento dos assentados e com representantes de outras organizações? Contribui para melhorar o nível tecnológico dos assentados? Contribui para melhorias nas formas de compra e venda de seus produtos?

3. Como é a aceitação da ATER no assentamento?

4. Conhece as experiências da ATER em outros assentamentos? Sabe quem são as pessoas que participam? Realizam alguma reunião ou atividade em conjunto?

5. A ATER tem alguma atividade junto a essa associação / cooperativa / Sindicato? O trabalho da ATER têm ajudado no fortalecimento de instâncias de participação ou representação?

6. Você verifica que o técnico responsável pela ATER no assentamento demonstra responsabilidade e compromisso nas suas ações?

7. Como você definiria um perfil adequado para um técnico que deseja atuar na ATER?

UNIDADE 5: PERSPECTIVAS

1. As atividades da ATER originaram novas expectativas em relação ao futuro? (Enfocar aspectos relacionados com a melhoria de renda, de satisfação dos assentados, qualidade de vida, participação, dentre outros.)

2. Frente aos fatores conjunturais e estruturais que afetam as atividades agropecuárias desenvolvidas no município, quais as perspectivas quanto ao futuro deste assentamento?

APÊNDICE B



Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de
Produção Agrícola Familiar



ROTEIRO DE ENTREVISTAS – EXTENSIONISTA

No início da gravação registrar: Data e horário e local da entrevista, nome do entrevistado; idade, sexo e possível contato.

UNIDADE 1: DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Nome do entrevistado: _____

Formação profissional: _____

Empresa em que atua: _____

Experiência com atividade agropecuária: _____

UNIDADE 2: O HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ATER

1. Há quantos anos trabalha neste assentamento? Há quantos anos trabalha na reforma agrária? Há quantos anos trabalha com extensão rural?

2. Faça um histórico do assentamento, desde sua origem até os dias atuais? Nos últimos anos houve mudança no perfil produtivo do assentamento? Caso positivo, o que levou a esta mudança?

3. Algumas entidades, públicas ou privadas, municipais, estaduais ou federais têm dado apoio ao assentamento? O assentamento ressenete-se da falta de apoio de alguma entidade?

UNIDADE 3 – QUESTÕES GERAIS

1. Em seu entendimento quais os objetivos do trabalho do técnico em áreas de assentamento?

2. Quais são as principais limitações e /ou entraves para o desenvolvimento do trabalho do extensionista em áreas de assentamento?

3. O que você pensa sobre a qualidade dos trabalhos que realiza?

4. O que você acha que pode fazer para melhorar a qualidade de seus trabalhos?

5. Como você avalia a contribuição da ATER para o desenvolvimento das áreas de assentamento no município de Jataí?

6. Qual a importância e a abrangência do trabalho de um extensionista? Como encara a atividade correspondente à ATER em áreas de assentamento?

7. Você se sente capacitado para executar os serviços de ATER em áreas de assentamento?

8. Você conhece a PNATER? O que de fato melhorou na atuação dos técnicos após a aprovação o texto oficial que regula os serviços de ATER?

UNIDADE 3: PLANEJAMENTO EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO

a) Na etapa do planejamento,

Qual é a composição da equipe técnica e o planejamento inicial?

Como a equipe trabalha o seu planejamento?

Para estruturar o trabalho foi realizado diagnóstico da realidade e estudos prévios de mercado para os produtos dos assentados?

Caso já tenham sido utilizados alguns instrumentos diferenciados, verificar quais foram os procedimentos metodológicos adotados?

b) Na execução das atividades,

Quais são os principais métodos de trabalho utilizados?

As visitas técnicas ocorrem com a frequência preconizada? Todos os assentados foram acompanhados em seu lote?

Qual a frequência de ocorrência de reuniões com os assentados?

Qual o apoio oferecido às organizações dos assentados?

c) Na avaliação das ações realizadas:

Quais as ações realizadas que são avaliadas e se tais avaliações são feitas com a participação dos assentados?

As informações colhidas neste instrumento de avaliação são efetivamente consideradas para um novo planejamento, de forma a retroalimentar o processo?

Existe um acompanhamento detalhado das dificuldades e da melhoria das condições do assentado?

O planejamento inicial alcançou seus objetivos?

UNIDADE 4: QUESTÕES VOLTADAS PARA METODOLOGIAS.

1. Como vocês estão percebendo a importância da utilização das Metodologias Participativas nos trabalhos junto aos assentamentos?

2. Quais são as atividades ou ações que a ATER desenvolvem nos assentamentos atendidos? (Listar as principais atividades)

3. Quais os principais procedimentos metodológicos que você utiliza no seu cotidiano no assentamento?

4. Dos procedimentos abaixo elencados, informe quais você já utilizou no seu trabalho e qual foi o resultado?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Caminhadas e observação direta | <input type="checkbox"/> Entrevistas semi-estruturadas |
| <input type="checkbox"/> Tipos, sequenciamento de entrevistas | <input type="checkbox"/> O mapeamento participativo |
| <input type="checkbox"/> Calendários sazonais | <input type="checkbox"/> Linhas de tempo/ histórias locais |
| <input type="checkbox"/> Diagramas de Venn | <input type="checkbox"/> Outros (indicar qual ou quais) |

5. Citar os procedimentos metodológicos que incentivam a participação dos assentados? Quais ações concretas você poderia citar para exemplificar os resultados alcançados com a utilização desses métodos de trabalho? Quais são os principais obstáculos que têm encontrado na utilização desses procedimentos metodológicos?

6. Como você definiria um perfil adequado para um técnico que deseja atuar na ATER?

7. Descreva como é o cotidiano de trabalho dos técnicos de Ater em áreas de assentamento. (procure registrar as ações cotidianas em relação ao período do ano e a natureza / demanda de serviços)

UNIDADE 5: PERSPECTIVAS

1. As atividades da ATER originaram nos assentados novas expectativas em relação ao futuro? (Enfocar aspectos relacionados com a melhoria de renda, de satisfação dos assentados, qualidade de vida, participação, dentre outros.)

2. Frente aos fatores conjunturais e estruturais que afetam as atividades agropecuárias desenvolvidas no município, quais as perspectivas quanto ao futuro desse assentamento?

3. Na sua avaliação, quais seriam as possíveis ações de governo que contribuiriam para aperfeiçoar o trabalho de um técnico de campo que atua em áreas de assentamento?

4. Registrar outras informações que você considera relevante para descrever e compreender os serviços de Ater em áreas de assentamento

APÊNDICE C



Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção
Agrícola Familiar



ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ASSENTADO

No início da gravação registrar: Data e horário e local da entrevista, nome do entrevistado; idade, sexo, experiência com atividade agropecuária e possível contato.

UNIDADE 1: DADOS GERAIS DO ASSENTADO

Nome do entrevistado: _____

Nome do Assentamento: _____

Participa de alguma organização? _____

Qual o nível de participação?

- Participa de Reuniões
- Participa da direção da organização
- Apenas associado e não participa das atividades.

Das entidades abaixo elencadas, você participa e alguma:

- Sindicato de Trabalhadores Rurais
- Associação Religiosa
- Associação de Produtores
- Associação Esportiva
- Cooperativa de Produtores
- Grupo informal de agricultores
- Condomínio
- Outros (indicar qual ou quais)

UNIDADE 2 – QUESTÕES GERAIS

1. Em seu entendimento, qual é a finalidade dos serviços da ATER?
2. Como você avalia a contribuição da ATER para o desenvolvimento das áreas de assentamento no município de Jataí?
3. Enumere alguma atividade que você considera importante que foi executado pelos técnicos da ATER.
4. Como o técnico responsável pela ATER conduz os trabalhos nesse assentamento? Ele busca a participação dos assentados em todas as atividades executadas?
5. O que pode ser melhorado nos trabalhos de ATER nesse assentamento?

UNIDADE 3: VISÃO DO ASSENTADO DA ATER

1. Com que frequência você participa de encontros/reuniões/outras atividades junto à ATER? Quais?
2. Como é a aceitação da Assistência Técnica e da Extensão Rural no assentamento?
3. Você conhece as experiências da ATER em outros assentamentos? Sabe quem são as pessoas que participam? Realizam alguma reunião ou atividade em conjunto?
4. Você verifica se o técnico responsável pela ATER no assentamento demonstra responsabilidade e compromisso nas suas ações?
5. Como você definiria um perfil adequado para um técnico que deseja atuar na ATER?

UNIDADE 4: PERSPECTIVAS

1. As atividades da ATER originaram novas expectativas em relação ao futuro? (Enfocar aspectos relacionados com a melhoria de renda, de satisfação dos assentados, qualidade de vida, participação, dentre outros.)
2. Frente aos fatores conjunturais e estruturais que afetam as atividades agropecuárias desenvolvidas no município, quais as perspectivas quanto ao futuro deste assentamento?